

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Ananda Martins Carvalho

MEMÓRIAS DE RIO E DE GENTE

Belo Horizonte

2018

Ananda Martins Carvalho

MEMÓRIAS DE RIO E DE GENTE

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Canuto

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

C331m

Carvalho, Ananda Martins.

Memórias de Rio e de Gente [manuscrito] / Ananda Martins Carvalho. - 2018.
207 f.: il.

Orientador: Frederico Canuto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Degradação ambiental – Aspectos sociais - Teses. 2. Indústria mineral – Aspectos ambientais – Teses. 3. Barragens de rejeitos - Mariana (MG) – Teses 4. Etnologia - Teses. 5. Espaço urbano – Aspectos sociais – Teses. I. Canuto, Frederico. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 363.7

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU
– da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 23 de fevereiro
de 2018 pela Comissão Examinadora:

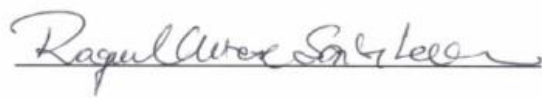
Prof. Dr. Frederico Canuto (Orientador-EA-UFMG)



Profa. Dra. Claudia Andréa Mayorga Borges (FAFICH-UFMG)



Profa. Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira (FAFICH-UFMG)



Prof. Dr. Bruno Sena Martins (Universidade de Coimbra)

_____ via videoconferência _____

Aos retirados das terras que, por direito e pelas memórias semeadas, lhes pertencem.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por ser força em meio aos desassossegos. Ao meu pai, por despertar em mim a vontade de justiça. Aos avós Dirce, Maria, Aníbal e José, por significarem a palavra luta. À bisavó Tana, que me presenteou contando as histórias das suas águas. À minha irmã, por sua presença e bondade. A todos os familiares que me ensinam o que é estar junto, mesmo quando conhecemos distâncias.

Ao Frederico Canuto, agradeço por mostrar que orientar é, também, oferecer liberdade para ir. À Maria Luísa Nogueira, sou grata pelo oferecimento da delicadeza. À Cláudia Mayorga, pela coragem em viver a universidade que se estende para além de seus muros. Agradeço à Raquel Oliveira e ao Bruno Sena Martins, cujas palavras – em salas de aula, nos livros e nas conversas – emprestaram sentidos a essa dissertação. Ao Cyro Almeida, pelo convite a fazer viajar os lugares por meio das imagens. À Karine Carneiro e à Simone Cortezão, por abrirem caminhos para a pesquisa de mestrado a partir da leitura do texto de qualificação.

Aos Arquitetos Sem Fronteiras Bruna Médici, Tiago Castelo Branco e Eduardo Gontijo sou grata pelo convívio entre Mariana e Belo Horizonte que, embora curto, fez-se alongado em minhas reflexões. À Nívia Mônica da Silva e ao Ildomar Braz, por me permitirem acompanhar os atendimentos às atingidas e atingidos no Ministério Público de Minas Gerais, pelas numerosas caronas, pelas atividades partilhadas antecedentes ao mestrado e que, de uma ou outra forma, conduziram-me à Mariana. Aos integrantes do Projeto Mobiliza Rio Doce, Cláudia Orduz, Letícia Barreto, Luana Carola, Lucas Grossi, Marina Siqueira e Paula Guimarães, pela alegria dos encontros, pelos debates que na diversidade encontram formas e, sobretudo, por manterem a indignação sempre viva. Especialmente agradeço à Cláudia Orduz, pela leitura atenta dos textos que compõem este trabalho e por acolher as palavras que a ele extravasam.

Agradeço ao *grupi*, pelas resistências vividas desde o Programa Pólos de Cidadania e por seguirem na teimosia de se fazerem outros mundos. À Sabriny Santos, pela generosidade nos momentos de escrita, entre cafés e carnavais. À Mayra Albuquerque, pela aposta na universidade como travessia. À Mariana de Paula Alves e à Cibele Chalita, por acenderem o encanto dos dias. Dos caminhos cruzados com a Antropologia, agradeço à Aline Miranda e à Aline Corrêa pela amizade nascida. À Débora Moura, pela ajuda com os mapas que compõem este trabalho.

Em Mariana, sou grata a quem ofereceu a sua casa como pouso e terminou por abrigar as minhas inquietações, questionamentos e entusiasmos: Débora Rosa, Laís Caroline Gomes, Maria Luísa Fonseca, Marizete Gonçalves, Camila Aparecida, Seu Juca e Elizabeth. Agradeço ao Marcos Zucarelli pelas conversas na estrada BH – Mariana, que em muito contribuíram para a definição dos objetivos da pesquisa. Ao Marcos Calazans, pela disponibilidade em ouvir e ser solidário, pela realização conjunta de entrevistas. Pelo zelo e cuidado em dizer o desastre nas páginas do Jornal A Sirene, à Ana Elisa Novaes, à Larissa Helena, à Daniela Félix e ao Flávio Ribeiro.

Agradeço às atingidas e aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão por partilharem momentos de suas vidas e me permitirem vislumbrar paisagens de suas memórias. Especialmente, agradeço ao Espedito Silva, à Luzia Queiroz, ao Wellidas Monteiro, à Angélica Peixoto, ao Marcos Muniz, à Maria e ao Marino D'Ângelo, por se oferecerem às minhas questões mesmo quando os itinerários de pesquisa eram incertos, pela confiança e hospitalidade. Durante o percurso, perguntava-me como poderia abraçar as vozes que portam os estilhaços das arbitrariedades deferidas, e encerro o mestrado com a certeza de ter sido acolhida por pessoas que muito me ensinaram sobre a dignidade das pertenças que se fazem na estreiteza da relação com a terra.

Sou grata, ainda, às palavras de outros mestres que, nos livros e na vida, levam-me a novos lugares a partir dos quais eu possa ver, ouvir, aprender.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Quando a seca chega e leva embora as águas do rio Uruguai, as pessoas de *Pueblo Federación* regressam à sua perdida querência. As águas, ao ir embora, deixam nua uma paisagem de lua; e as pessoas voltam. Elas vivem agora numa aldeia que também se chama *Pueblo Federación*, como se chamava a sua velha aldeia antes que a represa de Santo Grande a inundasse e deixasse debaixo das águas. Da aldeia velha já não se vê nem mesmo a cruz no alto da torre da igreja; e a aldeia nova é muito mais linda. Mas eles voltam à aldeia velha que a seca lhes devolve enquanto dura. Eles voltam e ocupam as casas que foram suas casas e que agora são ruínas de guerra. Ali, onde a avó morreu e onde aconteceram o primeiro gol e o primeiro beijo, eles fazem fogo para o chimarrão e para o churrasco, enquanto os cães cavam a terra em busca dos ossos que tinham escondido (Eduardo Galeano, Livro dos Abraços).

Silenciosa e deserta de gente
A paisagem é um espectro de cores marrons
Sobre paredes incompletas
Pendem quadros, calendários, fotografias
Numa delas talvez tenha sido feliz uma mulher
Cuidou da horta e dos filhos
Viu o menino crescer
E aprender no campo os princípios
Que na cidade o seguiriam.
Ela queria morrer ali
No mesmo palmo de terra de seu pai e avô
Na sombra do pé de maçã
Que em vez do fruto dava flor.
Em forma de lama
A massa descartada da mineração chegou primeiro.
No chão, a cama em pedaços
O colchão, o sapato e os brinquedos
Com que as crianças corriam às ruas.
No fim de tarde, talvez
Os velhos pousassem os braços nas janelas
As mulheres se reunissem nos quintais
Ou buscassem nos maridos um abraço.
Silêncios e saudades hoje
Sobrevoam os objetos soltos no chão
O lugar é habitado por pássaros.
(Ananda Martins Carvalho)

RESUMO

A dissertação, cuja metodologia tem inspiração nos procedimentos do campo etnográfico, examina os desdobramentos do desastre ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão sobre as moradoras e moradores atingidos em Mariana (Minas Gerais, Brasil), nomeadamente nos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras e Campinas. O objetivo foi compreender, tomando em conta as relações intersubjetivas, como as vítimas têm lidado com as perdas e reconfigurado suas memórias e práticas socioespaciais. Para isso, parto da contextualização do município de Mariana no cenário da mineração e desta no modelo de desenvolvimento amplamente implementado no Brasil. Evoco, em seguida, as afetações sobre as vítimas a partir dos usos dos espaços nos distritos e dos usos a que agora estão submetidas no centro urbano de Mariana. Além de terem que se adaptar a espaços provisórios, precisam traduzir seus modos de vida em arenas de negociação nas quais, de diversas formas, são silenciadas. Nesse sentido, resalto formas de proliferação do sofrimento social (DAS, 1998) e indícios de manifestação da violência lenta (NIXON, 2011), sobre moradoras e moradores. Aponto, por fim, formas de resistência que emergem e ensaio aproximações entre as lutas travadas em Mariana com aquelas que se fazem ao longo da bacia do rio Doce. As conclusões apontam para as ideias de que, entre os sujeitos atingidos, as relações entre a memória e as terras em que cresceram teceram-se de maneira estreita e duradoura. Se a emergência do desastre obriga às atingidas e atingidos reconfigurarem suas práticas e restabelecerem as paisagens de suas memórias, é a partir da escuta de suas vozes que processos de reparação justos poderão ocorrer e da mobilização de suas lembranças que novas formas de resistência encontrarão caminhos.

Palavras-chave: Desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton. Sofrimento Social. Violência lenta. Espaço. Memória.

ABSTRACT

This dissertation, based on ethnographic inspiration, examines the consequences of the disaster caused by the rupture of the Fundão dam over the residents affected in Mariana (Minas Gerais, Brazil), in Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras e Campinas. The objective was to understand, taking into account inter-subjective relationships, how the victims are dealing with losses and reconfiguring their memories and social-spatial practices. I first illustrate the contextualization of the municipality in the mining scenario and then describe it inserted in the mining development model. Subsequently, I recall the affectations produced on the residents' lives from the uses of space in the districts and the uses in which they are now subjected in the Mariana city center. The residents had to adapt to temporary spaces and had to translate their ways of life into arenas of negotiation, where, in many ways, they are continuously silenced. In this sense, I emphasize ways of proliferating social suffering (DAS, 1998) and evidence of the manifestation of slow violence (NIXON, 2011) upon them. Finally, I point out emerging forms of resistance and look for approximations between the struggles waged in Mariana and those that take place along the Rio Doce basin. The conclusions point to the ideas that, among the affected subjects, the relations between memory and the lands on which they grew up were built in a strong and lasting way. If the emergency of the disaster forces those affected to reconfigure their practices and restore the landscape of their memories, it is from listening to their voices that just repair processes can occur and from the mobilization of their memories that new forms of resistance may be found.

Keywords: Samarco/ Vale/ BHP Billiton disaster. Social suffering. Slow violence. Space. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Fotografias

Pág. 32:

Figura 1: Escola Municipal de Paracatu de Baixo, Mariana, 07.07.16

Figura 2: Escola Municipal de Paracatu de Baixo, Mariana, 18.10.16

Pág. 33:

Figura 3: Escola Municipal de Paracatu de Baixo, Mariana, 24.08.16

Figura 4: Escola Municipal de Paracatu de Baixo, Mariana, 07.07.16

Pág. 34:

Figura 5: Paracatu de Baixo, Mariana, 07.07.16

Figura 6: Paracatu de Baixo, Mariana, 07.07.16

Pág. 35:

Figura 7: Paracatu de Baixo, Mariana, 24.08.16

Figura 8: Paracatu de Baixo, Mariana, 03.02.16

Pág. 36:

Figura 9: Paracatu de Baixo, Mariana, 07.07.16

Figura 10: Paracatu de Baixo, Mariana, 07.07.16

Pág. 37:

Figura 11: Paracatu de Baixo, Mariana, 07.07.16

Figura 12: Paracatu de Baixo, Mariana, 07.07.16

Pág. 66:

Figura 13: Cachoeira em Campinas, Mariana, 23.10.16

Pág. 75:

Figura 14: Paracatu de Baixo, Mariana, 07.07.16

Figura 15: Paracatu de Baixo, Mariana, 18.10.16

Pág. 76:

Figura 16: Paracatu de Baixo, Mariana, 24.08.16

Figura 17: Bento Rodrigues, Mariana, 01.05.17

Pág. 77:

Figura 18: Igreja de Santo Antônio, Paracatu de Baixo, Mariana, 24.08.16

Figura 19: Paracatu de Baixo, Mariana, 03.02.16

Pág. 78:

Figura 20: Paracatu de Baixo, Mariana, 24.08.16

Figura 21: Bento Rodrigues, Mariana, 05.11.16

Pág. 79:

Figura 22: Paracatu de Baixo, Mariana, 24.08.16

Figura 23: Paracatu de Baixo, Mariana, 24.08.16

Pág. 80:

Figura 24: Bento Rodrigues, Mariana, 01.05.17

Figura 25: Paracatu de Baixo, Mariana, 01.05.17

Pág. 81:

Figura 26: Paracatu de Baixo, Mariana, 24.08.16

Figura 27: Paracatu de Baixo, Mariana, 24.08.16

Pág. 88:

Figura 28: Inscrição da Samarco em uma placa de Mariana, 2015

Pág. 89:

Figura 29: Moradores atingidos, representantes da ONU e do Ministério Público em reunião, Mariana, 12.12.15

Pág. 106:

Figura 30: Ato Um Minuto de Sirene na Praça da Sé, Mariana, 05.05.16

Pág. 109:

Figura 31: Edições do jornal A Sirene durante a exposição “O desastre-crime na bacia do Rio Doce”, UFMG. 19.11.17

Pág. 122:

Figura 32: “Atenção – Permaneça somente dentro do perímetro isolado”, Bento Rodrigues, 01.05.17

Figura 33: “Segurança – Ao ouvir a sirene evacue (na) área”, Bento Rodrigues, 01.05.17

Pág. 123:

Figura 34: “Perigo – Proibido permanecer nessa área”, Bento Rodrigues, 01.05.17

Figura 35: “Atenção – Em caso de acionamento das sirenes dirija-se ao ponto de encontro”, Bento Rodrigues, 01.05.17

Pág. 124:

Figura 36: “Ponto de encontro”, Bento Rodrigues, 01.05.17

Figura 37: “Cuidado – Risco de desabamento”, Bento Rodrigues, 01.05.17

Pág. 125:

Figura 38: “Posto de comando”, Bento Rodrigues, 01.05.17

Figura 39: Cruzes para lembrar as vítimas fatais, Bento Rodrigues, 01.05.17

Pág. 126:

Figura 40: “Cuidado – Animais peçonhentos”, Bento Rodrigues, 01.05.17

Figura 41: “Cuidado – Risco de afogamento”, Bento Rodrigues, 01.05.17

Pág. 127:

Figura 42: “Cuidado – Proibido nadar”, Bento Rodrigues, 01.05.17

Figura 43: Lago formado pelo dique S4, Bento Rodrigues, 01.05.17

Pág. 144:

Figura 44: Faixa pedindo o retorno das atividades da Samarco em audiência pública

Pág. 146:

Figura 45: Fachada de uma casa em Pedras, com destaque para o muro construído a fim de evitar os impactos do trânsito de caminhões

Pág. 151:

Figura 46: Audiência judicial realizada em 10 de setembro de 2016 no Fórum de Mariana

Pág. 169:

Figura 47: Vila de Regência, Linhares (ES), 31.20.16

Figura 48: Vila de Regência, Linhares, (ES), 31.20.16

Pág. 170:

Figura 49: Vila de Regência, Linhares (ES), 31.10.16

Figura 50: Cachoeira Escura, Belo Oriente (MG), 01.11.16

Pág. 171:

Figura 51: Cachoeira Escura, Belo Oriente (MG), 01.11.16

Figura 52: Cachoeira Escura, Belo Oriente (MG), 01.11.16

Pág. 172:

Figura 53: Cachoeira Escura, Belo Oriente (MG), 01.11.16

Figura 54: Cachoeira Escura, Belo Oriente (MG), 01.11.16

Pág. 173:

Figura 55: Cachoeira Escura, Belo Oriente (MG), 01.11.16

Figura 56: Cachoeira Escura, Belo Oriente (MG), 01.11.16

Pág. 174:

Figura 57: Bento Rodrigues, Mariana, 05.11.17

Figura 58: Bento Rodrigues, Mariana, 05.11.17

Pág. 175:

Figura 59: Bento Rodrigues, Mariana, 05.11.17

Figura 60: Bento Rodrigues, Mariana, 05.11.17

Pág. 182:

Figura 61: Bento Rodrigues, Mariana, 05.11.16

Figura 62: Bento Rodrigues, Mariana, 05.11.16

Pág. 183:

Figura 63: Bento Rodrigues, Mariana, 01.05.17

Figura 64: Bento Rodrigues, Mariana, 01.05.17

Pág. 184:

Figura 65: Bento Rodrigues, Mariana, 01.05.17

Figura 66: Bento Rodrigues, Mariana, 01.05.17

Pág. 185:

Figura 67: Bento Rodrigues, Mariana, 01.05.17

Figura 68: Bento Rodrigues, Mariana, 01.05.17

Pág. 186:

Figura 69: Bento Rodrigues, Mariana, 01.05.17

Figura 70: Bento Rodrigues, Mariana, 01.05.17

Pág. 191:

Figura 71: Paracatu de Baixo, Mariana, 03.02.16

Figura 72: Paracatu de Baixo, Mariana, 03.02.16

Mapas:

Pág. 47:

Mapa 1: Localidades atingidas em Mariana

Pág. 49:

Mapa 2: Trajeto percorrido pelos rejeitos

Pág. 157:

Mapa 3: Localidades percorridas pela marcha “Um ano de lama e luta”

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

AGERH: Agência Estadual de Recursos Hídricos

ANA: Agência Nacional de Águas

ASF: Arquitetas Sem Fronteiras

CAODH: Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COMPAT: Conselho Municipal do Patrimônio Cultural

DNPM: Departamento Nacional de Produção Mineral

ES: Espírito Santo

FEAM: Fundação Estadual do Meio Ambiente

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

GEPSA: Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais

GESTA: Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

IBAMA: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAF: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IEMA: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

iFC: International Finance Corporation

IGAM: Instituto Mineiro de Gestão das Águas

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MG: Minas Gerais

MPMG: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

PoEMAS: Núcleo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade

PGEs: Projetos de infraestrutura de grande escala

PLCI: Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados

SUS: Sistema Único de Saúde

TTAC: Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
<i>Diário</i>	28
<i>Caderno de imagens</i>	31
CAPÍTULO I: Nestes vales onde serpenteiam minérios, o maior trem do mundo levou a minha terra	39
Cinco de novembro de 2015	42
Além dos trilhos – A Samarco (Vale/ BHP Billiton) e sua incidência nos distritos	52
Sonhos que nos sonharam – Desenvolvimento como categoria abissal	59
<i>Diário</i>	71
<i>Caderno de imagens</i>	74
CAPÍTULO II: Pesquisar lugares devastados	83
Primeiras itinerâncias	85
Construir um conhecimento de fronteira	93
Ver, ouvir, escrever	96
Viajar versos de sentidos	109
<i>Partilhas</i>	116
<i>Caderno de imagens</i>	120
CAPÍTULO III: Lembrar a terra	128
A casa das flores	133
As casas sem quintais	140
A sala de audiências	147

<i>Diário</i>	154
<i>Caderno de imagens</i>	167
CAPÍTULO IV: Ocupar a terra – Vestir a morada de novos sentidos	176
<i>Caderno de imagens</i>	180
CONCLUSÃO	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
ANEXOS	200
ANEXO I.....	200
ANEXO II.....	201

INTRODUÇÃO

Na tarde de 24 de setembro de 2017 uma missa foi celebrada na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues, como parte dos festejos em homenagem à santa. Seguida de uma procissão que acompanhou as ruas e casas do vilarejo, a celebração fez-se junto à Corporação Musical de São Sebastião da Passagem de Mariana e às famílias da comunidade¹. Por localizar-se em uma porção elevada do terreno, a igreja das Mercês resguardou-se do lastro dos rejeitos minerários depositados ali em cinco de novembro de 2015. A construção é pequena, branca, com portas e janelas em azul claro. Seu interior é adornado com imagens de santos e pinturas de passagens bíblicas, lembrando as igrejas de Minas Gerais construídas durante o período colonial em contiguidade às áreas de exploração aurífera. Naquele dia, bandeirolas amarradas à entrada serviram de teto para a corporação musical e para os fiéis que já não cabiam nos bancos de madeira dispostos no interior da capela.

Enquanto instrumentos tocavam anunciando o fim da celebração, cumprimentei alguns moradores, satisfeitos. Para Espedito², momentos assim reavivam uma alegria guardada. Marquinhos, carregando caixas com lanches preparados para a ocasião, lembrou da importância de estarem todas e todos ali, incluindo apoiadoras e apoiadores. Depois de ajudar a arrumar a igreja e de organizar as caixas para serem levadas de volta à zona urbana de Mariana, onde ele e mais de duas centenas de famílias de Bento Rodrigues estão provisoriamente instalados, Marquinhos me acompanhou em uma caminhada pelas ruas do vilarejo.

A cada casa, ou fragmentos pardos de paredes, grades, portas e janelas que lembram os lares que foram, ele apontava seus respectivos proprietários. “Essa sobra aqui é do Joaquim Severino, esse pedacinho aqui é do filho dele. Aqui, a gente está entrando na praça, desse quebra-molas pra lá é a praça”. A praça é hoje um descampado de onde se veem troncos e galhos retorcidos. Ali, Marquinhos lembrou que seu avô, contador de histórias, emprestou o nome a uma rua do Bento, rua Raimundo

¹ Ao todo, o “Tríduo e Festa de Nossa Senhora das Mercês” teve a duração de quatro dias. Entre 21 e 24 de setembro de 2017 foram realizadas missas e celebrações na região central de Mariana e em Bento Rodrigues.

² Nas histórias e citações que compõem este trabalho, optei por não omitir os nomes dos interlocutores, reconhecendo os sujeitos cujo tempo partilhamos. Quando os depoimentos pudessem resultar em alguma intimidade ferida, os nomes foram omitidos. Além dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido colhidos, após a escrita busquei apresentar aos moradores as menções feitas a seus nomes, fazendo as necessárias correções a partir daí.

Muniz. Antes mesmo de chegar a luz elétrica, o que se deu apenas em 1982, Raimundo fez do Bento sua morada.

As ruas em Bento ganharam nome em 1982, porque foi quando chegou a energia lá. A Rua Raimundo Muniz, onde morava, foi uma homenagem ao meu avô, Raimundo Custódio Muniz. Quando a luz chegou, acharam justo dar o nome dele, pois ele era um contador de histórias. Ele saía de Bento Rodrigues e andava 2 ou 3 quilômetros, no sentido de Mariana, pra contar histórias para as pessoas num lugar que chamavam de 'piteiro'" (MUNIZ, QUINTÃO, BENTO et al, 2017, p. 04).

Seguimos nossa caminhada pelas laterais da igreja de São Bento, ou da estrutura improvisada de plástico e metais que resguardam o peso minguado que restou da construção. Passamos por paredes marrons espaçadas, que alcançam metro e meio, onde moradias outrora se avizinhavam, até interrompermos os passos no limite em que a terra firme cede lugar a um vasto volume de água represada. Estamos diante da casa do Marquinhos. Um ano após ser abalada pelo vazamento de rejeitos da barragem de Fundão, ela foi atingida pela segunda vez, devido à construção do dique S4. Sob o argumento de contenção da lama – nome que traduz em forma e cor a massa descartada pelas atividades mineradoras – a Samarco, subsidiária das empresas Vale e BHP Billiton, deu início, em setembro de 2016, às obras que represaram as águas do rio Gualaxo do Norte. Embora questionada pelo Conselho Municipal de Patrimônio de Mariana (COMPAT) e pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio de uma ação criminal e de uma ação cível que afirmam a violação às propriedades, a obra foi levada a cabo com o aval do Governo do Estado de Minas Gerais (RODRIGUES, 2016). Após sua finalização, em janeiro de 2017, cinquenta e cinco propriedades do Bento ficaram submersas, o que representa um terço de suas terras (MUNIZ, 2017, p. 09).

Dentre as casas submersas está a do Marquinhos. Apontando para a água, fazendo desenho com as mãos, ele a reconstruiu: "A frente da minha casa é ali", insinuou com os dedos. Em seguida, apontou cada cômodo, os quartos, a sala, a cozinha, até alcançar a área dos fundos onde, junto à família, sentava para ver a serra do Caraça, que se estende a oeste no horizonte. Na área contígua à casa, havia animais de criação e plantações: mais de trinta pés de jabuticaba, laranja, banana, milho e mandioca, cujos cultivos alternavam-se a depender das estações do ano. Para distinguir, em meio à água, a área exata ocupada por seu terreno, Marquinhos plantou uma estaca com um

saco branco amarrado à ponta, que lembra uma bandeira. Restou ainda um pequeno trecho não alagado, onde o capim cresce. Ele mostrou ali o desejo de semear algo.

Antes de retornar, encontramos Sandra, vizinha de Marquinhos, junto a uma caminhonete estacionada à rua; ela também visitava a sua casa. Em uma conversa breve, disse que escolheu olhar para o Bento com olhos de vitória, sua motivação é estar viva. Para Sandra, o fato da igreja das Mercês ter se mantido erguida tem razão de ser: “Nossa Senhora deixou a igreja de pé não foi à toa, foi pra gente cuidar dela”. Antes de partir, falou com o Marquinhos a respeito de algumas abelhas que haviam aparecido ali, teriam que notificar a Samarco a fim de evitar alguma infestação. Preparamo-nos também para ir embora, retornando por outra rua na qual, a cada passo dado, os calçados afundavam-se no pó seco dos rejeitos. Marquinhos explicou que a procissão passaria naquele ponto, como nos outros anos, mas um caminhão pipa levado pela Samarco correu somente alguns trechos para abrandar a poeira, restringindo o percurso possível para a procissão. Em outra altura, próxima à igreja de São Bento, a água do caminhão formou uma enorme poça, que os moradores removeram com as próprias mãos para a procissão passar.

Bento Rodrigues hoje compõe um cenário distinto daquele conhecido por quem ali se criou e, desde cinco de novembro de 2015, sobre interferências continuadas. Naquele dia, do alto da estrada por onde se chega ao lugar, casas e lama reviravam-se perante os olhos. Três anos depois, uma paisagem de água traduz-se em incômodo silêncio. De um lado, a construção do dique S4, a circulação constante de funcionários da Samarco, além do controle da entrada por meio de uma portaria instalada pela empresa demarcam ingerências sobre aquelas terras por atores que lhes desconhecem sentidos de pertencimento. Por outro lado, gestos dos seus moradores e moradoras estão continuamente a anunciar cuidados: o desejo de tornar a plantar, a necessidade de evitar que se procriem alguns insetos, a celebração na igreja e toda a organização aí implicada, as visitas frequentes aos terrenos. Antes de sairmos, Marquinhos mostrou com o celular imagens da casa que era sua antes da lama chegar e, imediatamente corrigiu-se: “Essa casa ainda é minha”.³

Essa pesquisa move-se em meio a lugares radicalmente transformados. Em seu percurso, tenta vislumbrar suas formas pretéritas e as atividades que ali se cumpriam, bem como as transfigurações que, sofridas na terra, acompanharam as rotinas de quem

³ Texto construído a partir de excertos do diário de campo, referente a 24 de setembro de 2017.

a habitava. Atividades de trabalho, de lazer, tradições religiosas, relações de vizinhança e vínculos familiares foram afetados com o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton, traduzindo-se, em seu conjunto, na suspensão de modos de vida assentados no lugar.

De maneira distinta ao dia de reencontro e celebração descrito na cena anterior, moradoras e moradores de Bento Rodrigues e de outras seis localidades de Mariana testemunharam, nos últimos anos, capítulos de angústia e apreensão nas numerosas reuniões, mesas de negociação e audiências que se incorporaram ao cotidiano desde cinco de novembro de 2015. Sem que lhes fosse creditado poder de escolha, tiveram que redefinir suas trajetórias enquanto atingidas e atingidos por um dos maiores desastres envolvendo a mineração do qual se tem notícias, em termos da quantidade do material derramado, da extensão da destruição e dos danos provocados (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016). A escolha aqui feita em dizer tais processos na bacia do rio Doce como desastre parte dos ensinamentos de Norma Valencio (2014, 2016), para quem, ao contrário de um evento resumido em si mesmo, o desastre remete a um processo de alargadas proporções e sofrimentos, desencadeados por meio da confluência de fatores de cunho político e social.

Entre Mariana, em Minas Gerais, e a foz do rio Doce, no Espírito Santo, os rejeitos da barragem de Fundão percorreram mais de 600 quilômetros (ZHOURI, VALENCIO, OLIVEIRA et al, 2016). Estenderam-se ao mar, representando uma forte ameaça à maior formação de recife de coral do Atlântico Sul, o banco de Abrolhos, no estado da Bahia (AUGUSTO, 2017). Deitaram, em seu percurso, flora e fauna, atropelando a medida do tempo que faz com que as transformações nas paisagens se sucedem de modo compassado aos dias. Desabrigaram famílias de casas, móveis, objetos de recordação. Quem não perdeu sua casa viu-se diante da subtração de áreas de cultivo, referências simbólicas e ritmos de vida até então mediados pelas águas do rio.

Houve prejuízos a pescadores, ribeirinhos, agricultores, assentados da reforma agrária e populações tradicionais, como a tribo Krenak, na zona rural, e aos moradores das cidades ao longo dos rios atingidos. Sete cidades mineiras e duas capixabas tiveram que interromper o abastecimento de água. Trinta e cinco municípios de Minas Gerais ficaram em situação de emergência ou de calamidade pública e quatro do Espírito Santo sofreram com os impactos do rompimento da barragem (PoEMAS, 2015, p. 09- 10).

No município de Mariana, onde esse trabalho se aloca, mais de trezentas famílias ficaram desabrigadas. Para moradoras e moradores de Bento Rodrigues e de Paracatu

de Baixo, o dia sucedido ao rompimento da barragem de Fundão foi passado em uma quadra esportiva da Arena Mariana. Conforme o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG, 2016a), apenas com intervenções da instituição as vítimas foram realocadas em hotéis e pousadas da cidade. Iniciados os processos de negociação entre empresas, Estado e moradores, estes foram transferidos para casas alugadas pela Samarco, onde permanecem até que sejam reconstruídas suas comunidades em outros terrenos. Em muitos casos, habitantes de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e outros distritos seguem reivindicando o reconhecimento enquanto atingidos, recorrendo ao MPMG e a espaços de reuniões e audiências públicas para que tenham reparadas as perdas com animais, plantações e outras atividades laborais.

Nestas linhas introdutórias, é possível notar que, ao contrário de um episódio encerrado em si mesmo, o desastre provocado pela Samarco, Vale e BHP Billiton reverbera no dia a dia das atingidas e atingidos, manifestando-se como um processo continuado. Sob diversas formas, habitantes das localidades de Bento Rodrigues, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras, Camargos e Campinas, em Mariana, o presenciam. Negociações sobre o futuro das comunidades caminham morosamente entre as esferas decisórias do Estado e as empresas e circunscrevem moradoras e moradores em temporalidades incertas. Diante de um cotidiano atribulado e dependente de infindáveis negociações envolvendo empresas e os âmbitos municipal, estadual e federal do Estado, a situação de instabilidade mantém-se.

Assentada no contexto em que o desastre emerge e persevera, essa pesquisa resulta do encontro com as vozes atingidas de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras e Campinas. Em um período que se estendeu entre 2015 e 2018, procurei conhecê-las e a seus lugares de pertença, bem como acompanhar os desdobramentos do desastre na arena pública de Mariana. Meu objetivo foi compreender como, do ponto de vista intersubjetivo, os sujeitos afetados pelo rompimento da barragem de Fundão têm lidado com as perdas implicadas pelo desastre, convocando memórias, reconfigurando suas práticas socioespaciais e imaginando futuros.

Nutrido por uma inspiração etnográfica, por meio de entrevistas e *conversações*, da observação de reuniões e audiências públicas, de visitas aos lugares atingidos e da participação em atividades de extensão universitária e de mobilização política, o objetivo desdobrou-se nos seguintes pontos: investigar as formas com que atingidas e atingidos

estão a reconstruir as suas vidas e as suas relações com o espaço; testemunhar as transformações nos distritos por meio de registros fotográficos; examinar os modos sob os quais as relações entre moradoras e moradores, empresas e poder público proliferam violências e sofrimentos. Por fim, em documentar os modos como têm sido processadas as lutas por justiça e reparações, as mobilizações políticas em emergência e as formas de resistência em constituição.

A captura de momentos íntimos neste processo de alargadas proporções permitiu abordar as afetações nas vidas de quem os vínculos entre lugares e memórias constroem-se em estreiteza. A escuta dos sujeitos, confrontados entre as dimensões do presente, do passado e do futuro, amparou-se em autores cujas contribuições ocupam áreas limítrofes do conhecimento. De tal modo que, ao longo da pesquisa, as noções de desastre, desenvolvimento, linhas abissais, violência lenta, espaço e memória estabeleceram um quadro de compreensões a partir do qual os materiais colhidos em campo assentaram-se e terminaram por encaminhar formas ao trabalho.

O capítulo de abertura, “Nestes vales onde serpenteiam minérios, o maior trem do mundo levou a minha terra”, retoma testemunhos do dia cinco de novembro de 2015, por ser este o marco a partir do qual precipitaram-se o desastre e as indagações sobre os mecanismos que o ensejaram. Em caminho retrocesso ao dia cinco, discuto os processos de instalação e de operação da Samarco em Mariana, que remontam à efetivação de um modelo de mineração e de desenvolvimento hegemonicamente construídos no Brasil. Encerro o capítulo relacionando-os a um consumo da terra que, frequentadas vezes, inviabiliza e/ ou invisibiliza seus usos por comunidades tradicionais cujos laços se efetivam no lugar.

O capítulo seguinte, “Pesquisar lugares devastados”, é uma exposição e descrição dos métodos e dos instrumentos lançados à mão para as aproximações e leituras do campo. A inspiração etnográfica está situada a partir dos usos dos sentidos que a convocaram e terminaram por construir os caminhos de pesquisa. As entrevistas e as *conversações*, os registros fotográficos e a observação de arenas públicas de negociação desenharam a pesquisa em ações tecidas entre ver, ouvir e escrever. Pude assim testemunhar as transfigurações nos distritos, ouvir relatos e histórias, bem como considerar os efeitos das palavras enunciadas em situações de reuniões e de audiências públicas.

No capítulo terceiro, “Lembrar a terra”, discuto as transformações em curso sobre

as atingidas e atingidos. Com substancial recurso aos depoimentos colhidos durante as entrevistas, dirijo-me aos modos de vida passados nos distritos, desde as atividades cumpridas em casa às relações construídas em comunidade. Essas mesmas vozes contam as atribulações advindas da mudança para o centro urbano de Mariana: a vida em apartamentos ou casas sem quintais, a distância dos antigos vizinhos, o convívio com a emergente hostilização por parte dos outros cidadãos marianenses e, por fim, a inserção em instâncias inéditas de negociação cujos termos em pauta diferenciam-se das palavras longamente aprendidas pelas moradoras e moradores dos distritos.

Finalmente, no capítulo “Ocupar a terra – Vestir a morada de novos sentidos”, traço um esboço das resistências emergentes na busca por justiça e por ressignificações dos sentidos do lugar. Ensaio, além disso, aproximações entre Mariana e as lutas instaladas por populações que, desde outras geografias, conheceram tragédias. Faço assim uma visita a outros municípios atingidos entre Minas Gerais e Espírito Santo e vislumbro aspectos coincidentes entre eles. Embora carreguem singularidades quanto à proporção e ao alcance de suas consequências, as populações desses lugares sofreram os imperativos do projeto de desenvolvimento que engendrou o desastre. A partir das localidades em que ocorrem, as resistências ascendentes trazem a potência de constituírem sentidos comuns em favor da visibilidade de comunidades cujas histórias foram plantadas nas latitudes ocupadas.

Entre os capítulos, excertos do diário e fotografias autorais aproximam o leitor das cenas testemunhadas durante o trabalho de campo. A fim de reavivá-las e de trazer centralidade às histórias que percorrem o cotidiano no qual circulam sofrimentos e resistências, optei por destacar tais narrativas, dedicando-lhes páginas exclusivas. Em tom ensaístico, as fotografias e textos esperam acessar o desastre em suas consequências intrínsecas. Ao longo da dissertação, tal acesso é buscado também por meio da literatura, cujas metáforas conseguem transportar o leitor às intermitências da vida em lugares profundamente alterados.

Cabe aqui também mencionar que o fato de estar em Mariana nos primeiros dias, meses e anos seguidos à ruptura da barragem de Fundão afetou-me de diversas maneiras. Ao caminhar pela cidade histórica, entre uma e outra reunião, uma e outra entrevista, notava a materialização das atividades mineradoras por meio das ruas, casarões e igrejas esculpidas há alguns séculos. Ao mesmo tempo, tentava entender em que pontos das redes abarcadas pela mineração situavam-se as trajetórias da gente

simples que cruzava minhas andanças. Ao conhecer os distritos atingidos, por sua vez, uma certa paralisia inicial diante das cenas testemunhadas deu lugar ao movimento de recompor os lugares por meio das histórias que me eram compartilhadas. Vinda de uma metrópole onde os tempos e espaços são outros – embora não tão alheios a tais dinâmicas, como outrora pudesse me parecer – precisei entender o novo lugar, visitar aqueles que até então me ocupavam, repensar metodologias, tomar posições e me abrir para aprendizados e encontros vários.

O desastre ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão persiste. Suas consequências estão latentes, anunciam continuidade em um tempo alargado e não foram ainda totalmente deslindadas. A pesquisa age em um campo de incertezas, quando as negociações sobre as indenizações, reconstrução das comunidades e punições aos responsáveis se desenrolam. Contudo, o envolvimento nessa arena de conflitos permite uma aproximação com as formas de agir dos setores privados e do Estado, bem como as lógicas que as engendram. A aproximação com os sujeitos frontalmente atingidos, por sua vez, possibilita perscrutar os sentidos atribuídos à tragédia desde um lugar em que suas vozes não são estrangeiras. Compondo a dissertação um registro dos primeiros desdobramentos do desastre e das compreensões que estes demandam, o empenho é para a produção de conhecimentos afeitos às intermitências da vida íntima do lugar.

Diário,

7 de julho de 2016

Embora menos vermelho que quando o vi em fevereiro, o rio Gualaxo do Norte ainda carrega a cor deixada pelos rejeitos. Da estrada vejo um córrego de água cristalina que o abastece e, mais adiante, ao rio se funde. Em suas margens, árvores são atravessadas por uma linha marrom. Sigo a estrada de terra, avanço pelo distrito de Monsenhor Horta e, antes de fazer a curva, encontro paredes, portas e janelas, retalhos de casas cujas cores se confundem com a via.

Em Paracatu de Baixo, fora o som da água e dos pássaros, tudo o mais está silencioso. A igreja, a quadra de esportes e a escola são as primeiras estruturas vistas de pé; carregam a linha marrom como as árvores. Passos reticentes me levam primeiro à quadra. Com minha altura, quase alcanço a cesta de basquete, então me dou conta de que piso sobre mais de um metro de lama. Atravesso a cerca retorcida, contorno a igreja e me aproximo de uma área com dezenas de casas destruídas. Percebo um cão urinar sobre um cômodo. Sigo caminhando e sou tomada pela sensação de estar invadindo a vida de alguém.

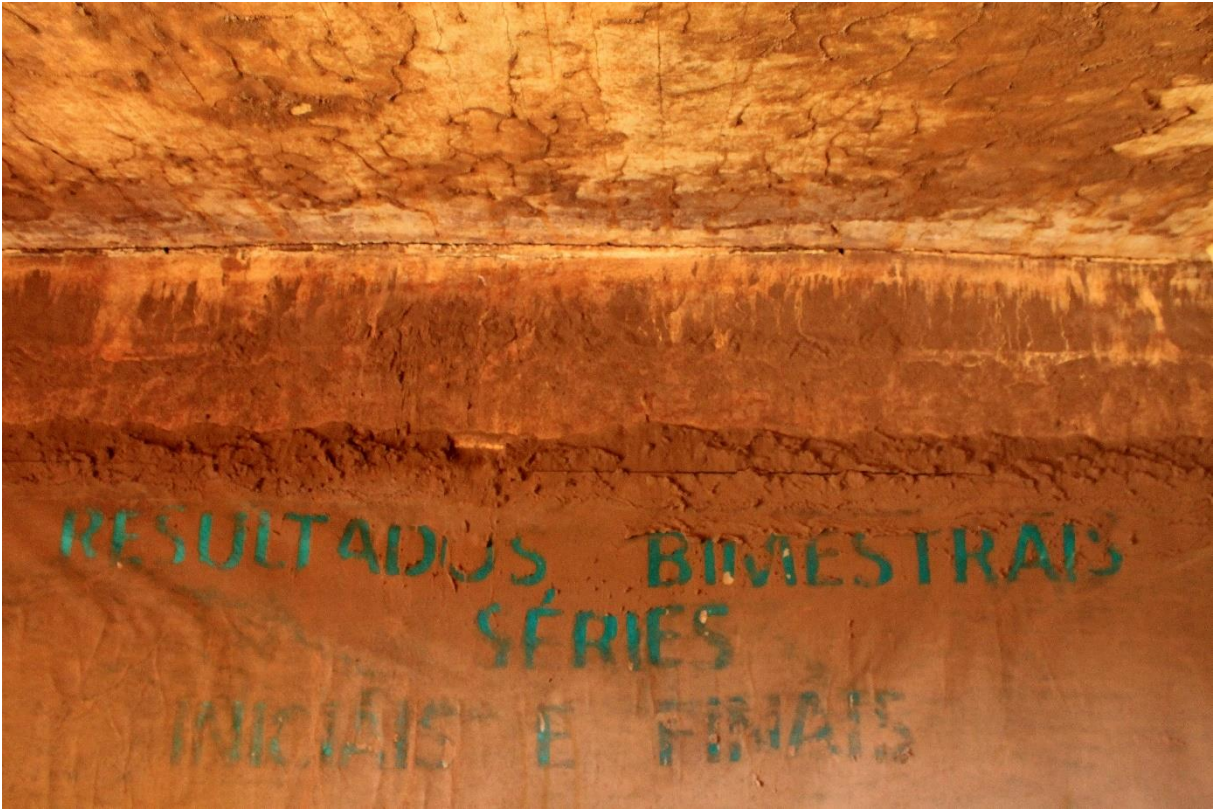
Vejo o que não se ocultou pela terra, cerca de um metro de casas, estruturas sem telhados que deixam entrever as medidas dos cômodos e as peças soltas de um quebra-cabeças: parte de uma porta com o interruptor, a estrutura da cama, o pedaço de um quadro na parede, o calendário, os azulejos, a chave intacta da fechadura, a cortina pousada ao chão, o tapete pendurado em uma bancada. Portas que já não guardam intimidades, interruptores que não acendem luz alguma, janelas que não abrem para o sol entrar, nem fecham nas noites frias, chaves que asseguram o vento, calendários que não conseguem contar os dias.

Um par de chinelos, uma bola de futebol, um conjunto de CD's, uma mulher na capa da revista, o boneco Mickey com as entranhas expostas, colchões e roupas misturadas às telhas sobre o chão. Em trechos onde a lama se exaure em pequenas crateras, pedaços de portas e geladeiras fazem-se de pontes e permitem a passagem. Em meio às casas, plantas começam a crescer. Uma flor amarela, outra vermelha, um pé de mamona, um dente-de-leão e algumas espécies rasteiras passam a compor suas estruturas.

Atravesso o córrego, retorno à quadra e alcanço a escola. Do lado de fora, a estrutura parece intacta, apenas a marca retilínea e alta da lama indicia histórias. Ultrapasso uma pilha de objetos cobertos de terra, parecem ferros de carteiras ou armários, e alcanço a área interna do primeiro andar. A primeira coisa que se vê é a

escada que vai para o segundo piso, tomada pela lama. Antes de subir, percorro cada cômodo, deserto. Sobre o rejeito, livros e folha soltas. Ele cobre a parede inteira, mas por vezes deixa entrever algumas inscrições: uma mensagem sobre a felicidade, os resultados bimestrais das séries, a identificação dos espaços da cozinha.

Subo o segundo andar e vejo brinquedos sobre o corredor. Entro em uma sala de aula. A mesa e a cadeira da professora permanecem em seu lugar, mas as carteiras dos alunos parecem ter sido arrastadas para o fundo da sala, pois estão bem juntas. E todas inarredáveis, cobertas até a metade pelo rejeito seco. Na parede, uma criança pintou uma árvore e um céu azul, mas metade dele recebeu a tinta marrom.













Pág. 32:

Mariana | Escola Municipal de Paracatu de Baixo | 07.07.16

Mariana | Escola Municipal de Paracatu de Baixo | 18.10.16

Pág. 33:

Mariana | Escola Municipal de Paracatu de Baixo | 24.08.16

Mariana | Escola Municipal de Paracatu de Baixo | 07.07.16

Pág. 34:

Mariana | Paracatu de Baixo | 07.07.16

Mariana | Paracatu de Baixo | 07.07.16

Pág. 35:

Mariana | Paracatu de Baixo | 24.08.16

Mariana | Paracatu de Baixo | 03.02.16

Pág. 36:

Mariana | Paracatu de Baixo | 07.07.16

Mariana | Paracatu de Baixo | 07.07.16

Pág. 37:

Mariana | Paracatu de Baixo | 07.07.16

Mariana | Paracatu de Baixo | 07.07.16

CAPÍTULO I: Nestes vales onde serpenteiam minérios, o maior trem do mundo levou minha terra

O dia cinco de novembro de 2015 representou uma linha divisória nas vidas de quem o testemunhou. Como um marco balizando a passagem dos dias, inscreveu-se em numerosas biografias, demarcando um novo registro temporal. Possivelmente, atingidas e atingidos passarão a contar suas trajetórias de acordo com os episódios antecedentes e sucessivos ao rompimento da barragem de Fundão, como comumente se tornam as narrativas de quem sobrevive a um desastre ou evento crítico. Seus lugares, por sua vez, tenderão a ser socialmente descritos segundo a marca do desastre. Há uma passagem do livro “A história de Animal”⁴, de Indra Sinha, que alude a tais questões ao convocar, desde a cidade de Bhopal (aqui nomeada Khaupfur), na Índia, narrativas que presenciaram tragédias:

Quando uma coisa grande como aquela noite acontece, o tempo se divide em antes e depois, o tempo antes se quebra em sonhos, os sonhos se dissolvem em escuridão. Assim é aqui. O mundo todo conhece o nome de Khaupfur, mas ninguém sabe como as coisas eram antes daquela noite (SINHA, 2009, p. 24).

Em Mariana, as famílias afetadas pelo desastre nutriam relações de proximidade com a vizinhança e cultivavam atividades ligadas à terra. Plantações e animais podiam ser vistos nos quintais das casas que, em grande parte, foram construídas ao longo dos anos, com o apoio da família e dos vizinhos. Nos distritos atingidos, de modo mais imediato, as perdas se vizibilizaram por meio das moradias, lugares de passagem, igrejas e outras edificações submersas pelos rejeitos. Aos poucos, contudo, emergiram formas de afetação nas diversas comunidades pertencentes à bacia hidrográfica do rio Doce: “Entre as vítimas estão trabalhadores, agricultores familiares, pescadores artesanais, faiscadores, comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas, consumidores de mananciais de água ao longo da bacia do rio Doce” (ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016, p. 13). De magnitudes avassaladoras, o desastre extinguiu vidas de seres humanos, de espécies animais e vegetais e desestruturou práticas e relações socioculturais que se fizeram no alinhamento dos rios Gualaxo do Norte, Carmo

⁴ O narrador dessa história testemunhou o desastre de Bhopal, precipitado na Índia em dezembro de 1984 em decorrência do derramamento de materiais tóxicos da empresa norte-americana *Union Carbide*. Nos capítulos do livro, conta o desastre em suas décadas de desdobramentos sociais e políticos.

e Doce, entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Ao avançar sobre fauna e flora e destituir famílias de seus lares, vilarejos e meios de produção, o rompimento da barragem e o desastre que a ele remanesce evidenciam os modos – e as falhas – de operação envolvidos no extrativismo de minério de ferro. A mineração movimenta uma rede de expressivas estruturas, recursos e interesses políticos. Envolvendo atividades que vão desde estudos para viabilização de projetos, extração de minério de ferro e disposição de rejeitos ao deslocamento transoceânico para sua conversão em produtos a serem absorvidos pelo mercado global, afeta natureza e comunidades cujos modos de vida estão assentados no lugar. Em outras palavras, se a atividade abrange circuitos globais que vão da extração à comercialização dos produtos derivados do minério, é na escala local que se concentram seus efeitos e impactos. No transbordar das linhas onde correm vagões de trem, os encaixos do extrativismo transparecem na medida em que alteram a qualidade de cursos d'água, a reprodução de espécies vegetais e animais e a continuidade de atividades tradicionalmente firmadas de acordo com os ciclos e tempos da natureza.

Em Minas Gerais, as transformações nas paisagens e práticas comunitárias engendradas pela mineração são longamente sentidas e suas denúncias já receberam variadas formas de expressão. Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, assentou em versos o testemunho da exploração de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce (hoje Vale S.A.) em Itabira, que reduziu em crateras um dos símbolos de sua cidade natal, o Pico do Cauê. Em seu poema “O maior trem o mundo”, cujos excertos inspiraram o nome desse capítulo, é possível vislumbrar o trajeto percorrido pelo minério e a desfiguração de lugares na cidade onde se situavam pertenças:

O maior trem do mundo
 Leva minha terra
 Para a Alemanha
 Leva minha terra
 Para o Canadá
 Leva minha terra
 Para o Japão.

O maior trem do mundo
 Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
 Engatadas geminadas desembestadas
 Leva meu tempo, minha infância, minha vida
 Triturada em 163 vagões de minério e destruição.
 O maior trem do mundo
 Transporta a coisa mínima do mundo
 Meu coração itabirano.

Lá vai o maior trem do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei, não voltará.
Pois nem terra nem coração existem mais.⁵

Para o autor, a extração minerária culminou na perda de referências espaciais que demarcavam suas experiências. Se as mudanças trazidas não tiveram um ponto de retorno a partir do qual pudesse se restabelecer em seus antigos termos, os lugares de infância passaram a existir enquanto memória: “Itabira é apenas uma fotografia na parede” (ANDRADE, 1978, p. 37). Enquanto viveu o escritor, vagões de minério foram transportados para a Alemanha, para o Canadá, para o Japão e, ao cabo de anos, sua cidade sucumbiu à desfiguração de seus relevos. No caso em que este trabalho se assenta, junto ao acúmulo de ingerências sobre o município de Mariana pela mineração, os rejeitos da atividade desmantelaram, em questão de minutos, terras demarcadas pela morada de uma série de comunidades.

Relatos de moradoras e moradores de distritos marianenses apontam a contaminação de leitos d’água antecedentes ao rompimento da barragem e a construção, no correr de anos, de tubulações da Samarco para o escoamento do minério em pequenas propriedades rurais sem as devidas indenizações às famílias. No que toca aos episódios que antecederam o colapso de Fundão é sabido, como será destrinchado adiante, “que houve falhas no processo de fiscalização e de monitoramento da barragem” (ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016, p. 13). Falhas tais que se sustentaram na ausência de práticas de inspeção e de controle por parte do Estado de Minas Gerais e do Governo Federal com relação às atividades mineradoras e que já sinalizavam a possibilidade do rompimento das estruturas da barragem.

Para elucidar o cenário em que se aloca um determinado *modus operandi* da mineração, é preciso imergir nos circuitos por meio dos quais Minas Gerais e o Brasil inserem-se em dinâmicas que extravasam as fronteiras nacionais e destrinchar os discursos e as práticas que autorizam a manutenção da sua ocupação subordinada nessas redes. No presente capítulo, tais questões serão dimensionadas partindo da reconstituição das atividades da Samarco em Mariana para o seu enquadramento nos projetos de infraestrutura de grande escala (RIBEIRO, 2008) e nos discursos de desenvolvimento que o enovelam. Será também evidenciado o desastre como o ponto

⁵ ANDRADE, 2002.

alto de um histórico de violações de direitos sobre as moradoras e moradores atingidos pelas atividades extrativistas que, em última instância, instalam suas trajetórias em zonas de não-ser (FANON, 2008).

Para principiar a discussão, na sessão seguinte retomarei as cenas do dia cinco de novembro de 2015 em Mariana trazidas por suas moradoras e moradores, por ter sido este o marco perante o qual discussões de maior monta sobre a mineração e o modelo de desenvolvimento se precipitaram.

Cinco de novembro de 2015

Naquele lugar, a guerra tinha morto a estrada. (...) A paisagem se mestiçara de tristezas nunca vistas, em cores que se pegavam à boca. Eram cores sujas, tão sujas que tinham perdido toda a leveza, esquecidas da ousadia de levantar asas pelo azul (Mia Couto, Terra Sonâmbula).

A tarde daquela quinta-feira corria como outra qualquer. Crianças na escola começavam a se agitar para o fim da aula, o senhor de idade levantava do seu costureiro repouso, a senhora seguia o caminho para casa, trabalhadores retornavam da jornada. Porém, como tragédia, o que alguns temiam se concretizou. Por volta das 15 horas e 30 minutos, em Mariana, a estrutura da barragem de Fundão, situada no Complexo Industrial de Germano, rompeu-se e mais de 50 milhões de metros cúbicos do seu conteúdo alastraram-se sobre a barragem vizinha de Santarém e, em seguida, no leito dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce (MPF, 2016). Por meio de muita poeira e de barulhos estrondosos, as famílias que moravam à jusante receberam o anúncio. Em questão de minutos, viram aproximar de si um amontoado de lama, que arrombava as portas de casa, derrubava paredes, arrastava as árvores e os carros. Para trás, foram deixados animais, plantações, algum retrato de família, algum brinquedo de infância, um objeto de sorte, uma carta de amor.

Naquele cinco de novembro, os rejeitos minerários da Samarco (Vale/ BHP Billiton) alcançaram Bento Rodrigues por volta das 16 horas. Cerca de 180 edificações foram atingidas e mais de 200 famílias que moravam no vilarejo localizado a seis quilômetros da barragem de Fundão foram apartados dos seus lugares (MPMG, 2015). A quantidade de lama irrompida, caso fosse dividida entre a população brasileira, equivaleria a 540 quilos de rejeitos da mineração para cada um de nós (ZONTA; TROCATE, 2016). Não houve aviso sonoro ou a efetivação de algum plano de

emergência para quem lá estava e que se viu diante de uma situação cujas dimensões desconheciam quando os rejeitos chegaram, extravasando as bordas do rio Gualaxo do Norte.

Ô menina, eu não tenho nem assunto pra contar essa história. Eu, menina, meu caso foi muito sofrido, porque eu tava no banho, então, eu tava escutando aquela zoeira, mas na minha cabeça aquilo era o tempo, que tava formando pra chuva. Aí eu saí de dentro do banho. Saí no terreiro pra ver o que tava acontecendo, o troço já tava era chegando, se eu demoro mais cinco minutos lá dentro do banheiro, ia embora banheiro comigo e tudo. Aí chegou o menino meu (...) ele foi pra passar na mesma rua, pra me buscar, mas não teve passagem pra ele, a lama já tinha chegado, já tinha invadido aquela rua. Ele falou comigo, “ô pai, o senhor fica teimoso aí!” Eu falei, “não, não é teimoso não, que eu tava tomando banho”. E agora acabou de vez, que as perna amoleceu. As perna amoleceu mesmo, eu vi tanta lama que as perna não queria andar. Aí ele me pegou, assim, com a mão, e saiu me arrastando (...). Subimos lá pro alto do morro e conseguimos salvar (Seu Ramiro, aposentado. 22/12/16).

Bento Rodrigues é um subdistrito de Santa Rita Durão, em Mariana, e sua história alonga-se por mais de trezentos anos. Foi primeiramente habitado por bandeirantes, que de lá auferiram boa quantidade de ouro. Até o início do século XX extraía-se dali também bauxita e platina: “A extração de metal precioso em ouro fino, bauxita no Morro do Fraga, de cristal nas mediações e a plantação de eucaliptos deram trabalho ao povo do Bento” (SOUZA; SILVA; PESSOA; MESQUITA, 2016, p. 07). Na altura em que a barragem rompeu, muitos de seus moradores trabalhavam em atividades do campo, outros prestando serviços a empresas, incluindo as mineradoras e, ainda, alguns tinham seus postos de trabalho no centro urbano de Mariana. Por isso, naquele dia cinco, no momento em que os rejeitos alcançaram Bento Rodrigues, estavam na comunidade muitos idosos e crianças.

Para a diretora da Escola Municipal de Bento Rodrigues, o dia também corria como outros, quando seu marido estacionou o carro na porta da escola par avisar da chegada da lama. No mesmo instante, ela percorreu cada sala de aula e, junto a outras funcionárias, desocuparam a escola e colocaram os alunos em um ônibus. Seu testemunho evidencia a situação de desaviso que apanhou os moradores, como também o desconhecimento do conteúdo e das proporções do material contido na barragem:

(...) pra mim a lama ia passar baixinho, pra mim não era nem lama, pra mim era água, pra mim ia passar no barrado da escola. Aí eu fui, entrei, a secretária ajudou, a inspetora foi juntando o material, *notebook*, esses trem assim, e nós duas fomos chamar as turmas. (...) Quando eu cheguei na rua, aí que eu vi o

tamanho do desespero de todo mundo. Todo mundo chorava, todo mundo gritava, “vou morrer, não vai dar tempo, não vai dar tempo!” Então, o que a gente pensava é que a gente não ia escapar, porque a água vinha pra todo lado. E aquele poeirão, a gente não enxergava nada, você não sabia pra onde que tava indo, aí eu só vi todo mundo correndo e gritando muito. Eu vi que os meninos da escola tinham entrado tudo no ônibus, aí eu falei, o motorista deve conseguir escapar com eles. Aí meu marido foi e arrancou o carro. (...) Alagou tudo, tudo. A hora que a lama chegou na escola, a hora que a igreja [de São Bento]... Assim, fazendo assim, a igreja católica, rodando, mesma coisa que fosse país aí fora, que tem terremoto, fazia assim, a Igreja, e depois desmanchava, como se fosse papel (Eliene dos Santos, 32 anos, diretora. 22/12/16).

O ônibus que apanhou as crianças escapou da lama e alcançou solo seguro, enquanto os demais moradores e moradoras correram e abrigaram-se nos sítios mais elevados. Isolados em pontos distintos, ficaram algum tempo sem saber se os vizinhos e familiares haviam sobrevivido. Muitos passaram a noite em claro, até serem resgatados na manhã seguinte. Já aquelas e aqueles cujas casas não foram destruídas cuidaram de prestar os primeiros socorros às pessoas que chegavam feridas e sujas.

Cuidamos para que elas usassem os banheiros onde a lama não tinha chegado (...). Depois disso começamos a partilha. Dos cinco pares de tênis que eu tinha, só me sobrou um. Não diferente de mim, todos se juntaram para ajudar quem já não tinha nada. Os remédios de pressão foram divididos entre os hipertensos. Os alimentos que sobraram do mercado, parcialmente coberto de lama, e das casas não atingidas, foram suficientes para passar a noite (...). Ainda durante a noite, pessoas que já estavam acomodadas começaram a sair e correr de novo, depois que um rádio anunciou de forma equivocada o rompimento de outra barragem, a de Germano. E de novo o sossego que tínhamos deu lugar ao caos. Pessoas sem direção, sem compreender o que estava acontecendo. E já éramos notícia mundial (SANTOS; BONIFÁCIO, 2017, p. 14-15).

Após passarem a noite em Bento Rodrigues, moradoras e moradores foram resgatados e levados, na manhã seguinte, para a Arena Mariana. Em uma quadra de esportes foram colocados colchões e doações que começaram a chegar, inicialmente, dos habitantes de Mariana, e de outras cidades, à medida que a notícia do rompimento da barragem se alastrava. Cabe destacar que, nesses primeiros momentos, as informações transmitidas por veículos midiáticos e pelas pessoas do local eram confusas e incompletas quanto a qual barragem havia se rompido e às razões daquele evento. As primeiras notícias anunciavam que um tremor de terra havia precipitado tudo aquilo, mas as informações eram incertas e dúvidas pairavam: “Quem eram os culpados? O que causou o colapso? Houve mesmo tremor de terra? Como estavam os sobreviventes? Havia mortos?” (MPMG, 2016a, p. 27). Em seguida a Bento Rodrigues,

a lama alcançou o subdistrito de Ponte do Gama. De suas dezoito casas, quatro foram atingidas, além do salão comunitário e da capela, conforme moradores.

Passadas mais de três horas, os rejeitos atingiram Paracatu de Cima e Paracatu de Baixo, subdistritos bicentenários de Monsenhor Horta. Suas origens, segundo moradores mais antigos, estão ligadas à ocupação de terras por indígenas e escravos, sendo que, em tupi-guarani, Paracatu significa rio bom, rio limpo (pará + catu): “Antes da lama, o lugar tinha plantações de milho, feijão, café e arroz, além da criação de animais para a produção e corte” (QUEIROZ; FELIX; MUNIZ; CAMPOS, 2017, p. 03). Em Paracatu de Baixo, cerca de cem famílias também não foram comunicadas pela Samarco quanto ao rompimento. Informadas por amigos e conhecidos de outras localidades e instruídas pela Defesa Civil e pela Polícia Militar de Minas Gerais, deixaram suas casas com a roupa do corpo e alguns documentos e dirigiram-se a um ponto alto da comunidade.

Muitos moradores, assim como em Bento Rodrigues e Ponte do Gama, não imaginaram as magnitudes daquele evento, outros desconheciam a existência da barragem e, ainda, alguns supuseram tratar-se de uma cheia do rio Gualaxo do Norte, como as de outrora ocorridas em Paracatu de Baixo.

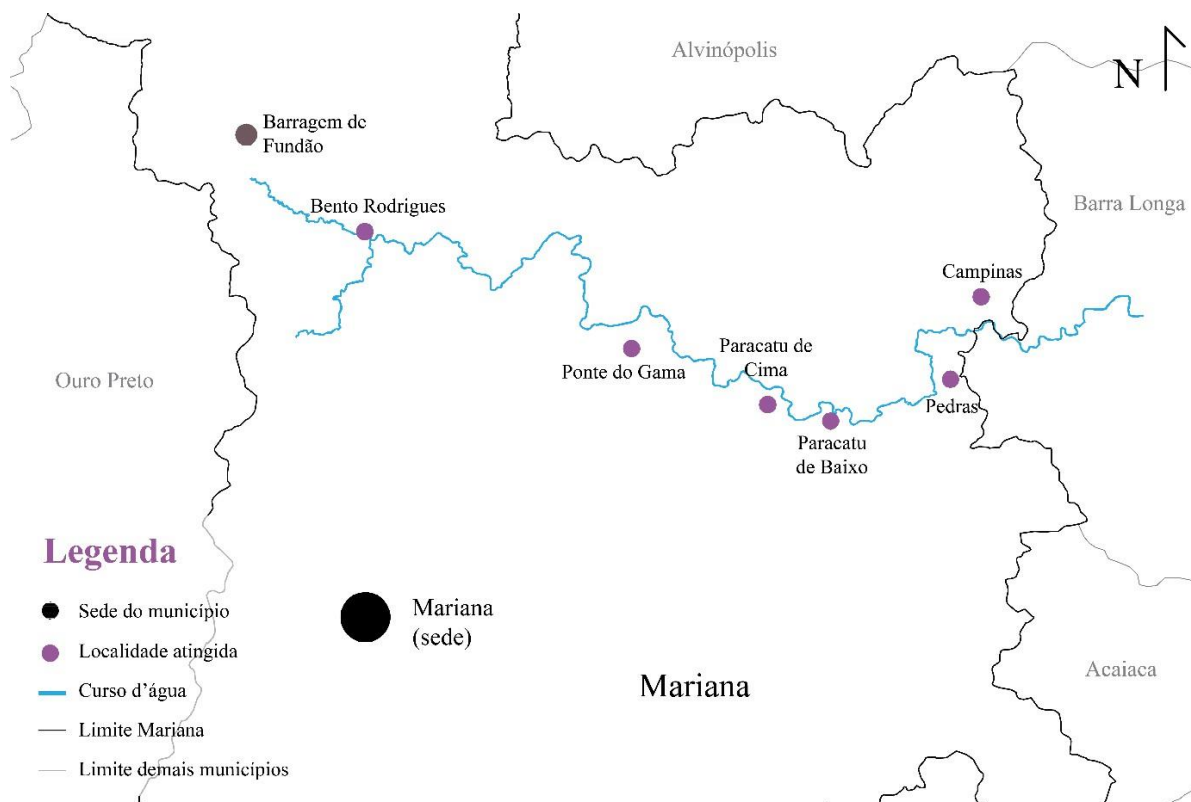
Eu tava em casa e o pessoal começou a mandar mensagem no *WhatsApp* que era pra gente sair, que a barragem tinha rompido no Bento. Então, no primeiro momento, a gente não pensou que ia ter importância, poderia até ter rompido, mas que fosse água que fosse chegar, a gente não se preocupou tanto não. Só que começou a ficar uma coisa muito insistente, todo mundo mandando mensagem, começou a ficar a comunidade toda agitada e aí a gente começou a ver que a coisa era séria. Então, quando falou que tinha morrido, porque inicialmente eles falou que tinha matado as crianças, né, que tavam na escola, tinham morrido todas, aí a gente começou a ver que poderia ser uma coisa mais séria. Aí resolvemos sair de dentro de casa. Eu sempre tive muito medo, então, se falasse alguma coisa de enchente, que Paracatu às vezes costumava ter algumas enchentes, mas assim, coisa pequena, né, mas eu sempre tive medo. Aí juntei as coisas que davam pra colocar pra cima, que a gente achou que se entrasse água seria na altura da parede, nada mais. Ia perder sofá, essas coisas. Aí tudo que a gente pôde colocar pra cima, nós colocamos em cima do guarda-roupa. E quando a gente tava fazendo isso, aí já veio o helicóptero da Defesa Civil, aliás, da Polícia Militar, mas com o pessoal da Defesa Civil. Aí deu pra ver que a coisa era séria mesmo, nós saímos de casa e o helicóptero pousou no campo, aí quando a gente chegou lá que ele falou que era seríssimo e que a gente tinha dez minutos pra procurar o lugar mais alto, que a enchente tava vindo e ia acabar com Paracatu. Então foi um desespero, ninguém sabia pra onde corria. A tendência era embolar o pessoal, porque foi terrível, a gente foi pra um lugar mais alto, só que [a lama] demorou a chegar. Pela distância, levou mais ou menos umas três horas pra chegar em Paracatu, mas a gente já tava no alto, né, mas com aquela esperança, de que ia ser uma enchente, ia passar e a gente ia voltar pra casa naquela noite mesmo. A gente pensou assim, vamos ter que limpar a sujeira que tiver feito, mas a gente vai voltar pra casa. Só que quando

chegou mesmo a lama, que a gente só ouvia, que já era noite, e o lugar que a gente tava era alto, a gente não conseguia ter visão do lugar. Então, começou a ter aquela barulhada de coisas quebrando, um barulho muito forte, aquele barulho da lama, a gente conseguia perceber ela arrastando as coisas, aí que a gente viu que tinha destruído mesmo. E o pessoal, alguém conseguiu ficar mais próximo, já foi avisando que tava destruindo as casas (Angélica Peixoto, 51 anos, professora. 16/12/16).

Junto à lama, moradoras e moradores relataram o odor forte das substâncias descidas da barragem, que infestavam o lugar. Dona Balduína, que trabalhava na igreja de Paracatu de Baixo, reitera a surpresa e a insciência face ao rompimento da barragem e com relação ao material que dela escorreria:

Eu tava na igreja, eu abria a igreja todo dia. Ficava lá, mais ou menos, na base de duas horas, eu abria todo dia à tarde. Então eu tava na igreja, eu ouvi o avião e saí da igreja para olhar. Aí o pessoal já tinha juntado, aí eu vi aquilo e tô perguntando o quê que é e falava, né. Só acenando pra mim, que corresse, corresse, fechasse a igreja e corresse: “Corre, corre, corre, fecha, fecha”! E eu fiquei apertada, sem saber o que fazer. Aí, fechei a igreja depressa e fechei o portão, quando saí do portão pra fora, aí eles falaram comigo que a barragem tinha rompido e que era pra entrar em casa e só pegar documento e sair pro alto. E meu marido ficou, “corre lá e pega suas coisas”! Aí eu corri pra casa, peguei os documentos, ainda peguei uma peça de roupa e pus numa sacola. Eles pediram pra correr todo mundo pro alto. Então correu todo mundo pra rua Furquim, que é a rua mais fácil de subir. Falei, eu não vou subir, de jeito nenhum, aí meu compadre pediu pra nós subir, eu não quis, ele foi lá e conversou com um guarda, o guarda veio e falou com o João [marido da Balduína] pra eu subir com o pessoal. Falei, “ah, não vou subir, não”! Eu achava que era água, que ia descer, e que ia passar, a gente podia voltar pra casa. Minha casa não é muito baixinha não, sabe. Então, achava que a água, a lama não ia lá. Aí, ele foi e falou com o guarda, “eu não vou não, eu vou subir ali pra cima”. Aí o guarda falou, “então, ali pra cima, em todo caso, pode”. Nós subimos pra cima de casa, ficamos nós dois a noite inteira, até duas e meia da manhã (Balduína Gonçalves, 74 anos, “do lar”. 14/12/16).

Ainda na madrugada, os filhos de dona Balduína, vindos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conseguiram um acesso ao local e retiraram os pais dali. Boa parte dos seus habitantes, que estavam na rua Furquim, foram levados até a Arena Mariana por amigos, familiares e pela Defesa Civil. Era noite quando os rejeitos alcançaram os subdistritos de Pedras e Campinas, desfigurando o leito do rio, desmanchando propriedades e áreas comuns. Em Pedras, subdistrito de Furquim com cerca de cinquenta famílias, estas afirmaram que sete casas foram atingidas, além de um campo de futebol, onde a comunidade costumava se encontrar aos finais de semana. Contudo, os demais habitantes, cujas casas localizavam-se em uma porção mais elevada do terreno, foram também afetados. Ficaram sem energia elétrica e sem acesso à água potável por uma semana, além de terem sido isolados do acesso a outras localidades.



Mapa 1: Localidades atingidas em Mariana. Créditos: Débora Moura.

Em Mariana, o último lugarejo alcançado pelos rejeitos foi Campinas, subdistrito de Cláudio Manoel. O rio Gualaxo do Norte atravessa a comunidade, de modo que casas e áreas de pastagem que o margeavam foram perdidos. O rio também dava água aos animais e servia a atividades de lazer, como nadar e pescar. Desavisados, seus habitantes foram surpreendidos com os estrondos e o odor fétido que tomou conta do local. Na mesma noite, os rejeitos ainda alcançaram a cidade vizinha de Barra Longa, destruindo parte do centro urbano e o distrito de Gesteira. Mesmo passadas quatorze horas desde o rompimento da barragem, sua população não foi avisada pelas empresas ou pelo Estado, conforme apontam relatos.

O colapso da barragem de Fundão provocou a morte de dezenove pessoas e um aborto. Dentre as vítimas, seis pessoas moravam em Bento Rodrigues, incluindo duas crianças. Treze outras vítimas abarcaram trabalhadores de empresas terceirizadas que prestavam serviços à Samarco e um trabalhador direto da empresa (XAVIER; VIEIRA, 2016, p. 197). Os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e boa parte das localidades de Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Pedras e Campinas foram destruídas em Mariana, além de Gesteira e parte do centro urbano de Barra Longa.

Em questão de minutos, a inundação marrom desvirtuou ruas e formas dos distritos. Vestígios de destruição emergiram sob a forma de paredes incompletas e telhados retorcidos, postes de luz e árvores marcados de lama, móveis e objetos pessoais em desconexo arranjo. Pontes que ligavam os subdistritos, equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde no rumo dos rejeitos ficaram inutilizados. Entre o rompimento da barragem e o despejo de lama no mar de Regência, no Espírito Santo, passaram-se dezesseis dias. A cada cidade alcançada, acompanhava-se, nos jornais, as pessoas que assistiam à transformação do rio, cujas cores camuflavam-se na densidade marrom.

No dia 22 de novembro de 2015 os rejeitos alcançaram o mar, após percorrerem mais de quarenta municípios⁶, extirparem vegetações e animais e colocarem em risco a manutenção das atividades de 3,2 milhões de habitantes da bacia hidrográfica do rio Doce (JUSTIÇA GLOBAL, 2015). Com relação aos danos provocados à natureza, morreram animais e foram destruídas nascentes, matas ciliares e abrigos naturais de diversas espécies. Mais de 29.300 carcaças de peixes foram encontradas ao longo dos rios Carmo e Doce, sendo que os animais mortos por soterramento e ausência de oxigênio elevam o montante (MPF, 2016). Foram destruídas florestas da Mata Atlântica, áreas de manguezal e de unidades de conservação, como o Parque Estadual de Sete Salões e o Parque Estadual do Rio Doce, em Minas Gerais, e unidades pertencentes a regiões costeiras e marinhas, como a Reserva Biológica dos Comboios, a Área de Proteção Ambiental Costa das Águas, o Refúgio da Vida Silvestre de Santa Cruz e o Parque Nacional Marinho de Abrolhos (MPF, 2016b), no Espírito Santo e na Bahia.

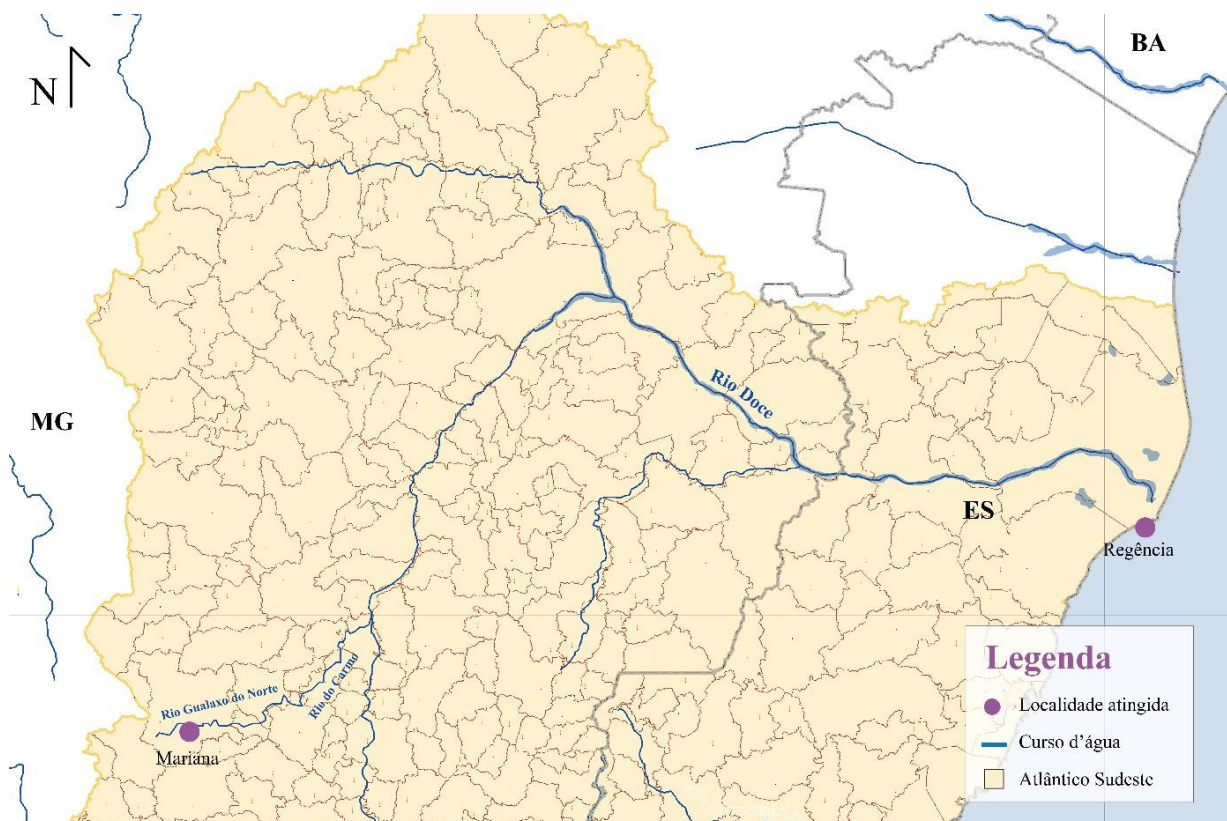
Nas dezenas de cidades alcançadas pelos rejeitos, os efeitos imediatos foram sentidos por meio da interrupção do abastecimento de água a milhares de pessoas e de atividades cotidianas ligadas ao rio, como aquelas exercidas por pescadores, pequenos produtores rurais, lavadeiras, extratores de areia e pedras, carroceiros e barraqueiros (MPF, 2016b). Com relação à água, seus níveis elevados de turbidez afetaram o

⁶ Em Minas Gerais, foram atingidos os municípios de Aimorés, Alpercata, Barra Longa, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Conselheiro Pena, Córrego Novo, Dionísio, Fernandes Tourinho, Galiléia, Governador Valadares, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Itueta, Mariana, Marliéria, Naque, Periquito, Pingo-d'Água, Raul Soares, Resplendor, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sobralia, Timóteo e Tumiritinga (SEDRU, 2016). No Espírito Santo, os municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares foram declarados atingidos em um primeiro momento. Posteriormente, São Mateus, Aracruz e Serra foram reconhecidos (ALVES, 2017).

abastecimento em mais de dez municípios, conforme denúncia do Ministério Público Federal:

(...) a degradação da qualidade da água bruta, com elevada concentração de sólidos, impossibilitou a capacidade de tratamento das Estações de Tratamento de Águas (ETAs), gerando a interrupção do abastecimento público de água total ou parcial em 12 cidades, tais como Alpercata/MG, Governador Valadares/MG, Tumiritinga/MG, Galiléia/MG, Resplendor/MG, Itueta/MG, Aimorés/MG, Baixo Guandu/ES, Colatina/ES e Linhares/ES, afetando uma população estimada de 424 mil pessoas. (MPF, 2016, p. 20).

Em cidades como Colatina (ES), houve disputa entre a população pela água distribuída em caminhões pipa. Em diversos municípios, os preços dos galões de água aumentaram, provocando uma desigualdade no acesso. Também foram afetados os povos indígenas Krenak (MG), Tupiniquim e Guarani (ES), que tiveram interditadas as atividades de pesca e a manutenção de relações de proximidade e sacralidade com o rio.



Mapa 2: Trajeto percorrido pelos rejeitos. Créditos: Débora Moura.

No dia 8 de novembro de 2015, o governador do Estado de Minas Gerais Fernando Pimentel participou de uma coletiva de imprensa na sede da Samarco, em

que afirmou a necessidade de uma perícia técnica apurada antes que se apontassem os culpados para o ocorrido. Declarou ainda: “a barragem rompeu, é uma tragédia. Está sendo um esforço grande do governo do Estado e das prefeituras locais e a empresa está cuidando do que ela é responsável”⁷. Sete dias após o rompimento da barragem, a então presidenta Dilma Rousseff fez um sobrevoo em Mariana, em seguida à declaração, no dia 11 de novembro, de estado de emergência na região pelo Governo Federal. Também no dia 11 os presidentes da Vale, Murilo Ferreira, e da BHP Billiton, Andrew Mackenzie, prestaram suas primeiras declarações públicas, afirmando a criação de um fundo de assistência às vítimas e ao meio ambiente (MARQUES; CAVALCANTE; LIMA, 2015). Já a confirmação sobre qual barragem havia se rompido foi mais demorada. A informação foi dada oficialmente apenas dez dias após o ocorrido, por meio da declaração de um representante do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a um programa nacional de televisão (LOPES, 2016).

Em Mariana, 349 unidades habitacionais foram destruídas (MPF, 2016a). Levados para um ginásio, apenas com a intervenção do Ministério Público os moradores foram transferidos para hotéis e pousadas. Ali ficaram por cerca de um mês, até serem realocados em habitações alugadas pela empresa. Foram dias conturbados, diante das perdas sofridas e da chegada de atores que as famílias desconheciam, como agentes de diversos veículos midiáticos, profissionais da Prefeitura de Mariana e psicólogos e psicólogos contratados pela Samarco para atendê-los.

Até o momento, transcorridos mais de 30 (trinta) dias da catástrofe, grande parte dos antigos moradores de Bento sequeu receberam auxílio adequado das empresas responsáveis para recobrar seus documentos pessoais e enfrentam grandes filas na expectativa de encontrar roupas doadas por terceiros que lhes possam servir; também se submetem, sejam idosos ou pessoas com deficiência, a longas horas de espera para serem informados sobre as perspectivas de atendimento a direitos básicos, como moradia, alimentação e renda mínima para subsistência (MPMG, 2015, p. 06-07).

Também passaram pelas mesmas situações moradoras e moradores de Paracatu alojados nos hotéis. Com relação às mobilizações iniciais das vítimas para reaverem suas perdas, chama a atenção o processo de formação da comissão de moradores, ainda em novembro de 2015. Poucos dias após a ruptura da barragem, a Prefeitura

⁷ Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Pimentel-da-coletiva-de-imprensa-na-sede-da-Samarco>>. Acesso em: 22/01/18.

Municipal de Mariana convocou uma reunião em que foi eleita uma comissão. Em um processo conturbado, com relatos de que não houve a participação efetiva das famílias, tampouco uma discussão sobre os papéis do grupo, representantes do Ministério Público e dos movimentos sociais organizaram-se com atingidas e atingidos para repensarem o processo da eleição (MPMG, 2016, p. 03). Sendo assim, no dia 28 de novembro de 2015 uma assembleia com moradoras e moradores de seis localidades elegeu uma comissão para representá-los nos processos de luta pelos seus direitos.

Com o início das negociações com a empresa e o Estado e por meio da intervenção judicial da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana, famílias foram transferidas para casas alugadas pela Samarco a partir de dezembro de 2015. O processo ocorreu após pressionarem a mineradora para que passassem o Natal e o ano novo em uma casa, mesmo que temporária. Muitas atingidas e atingidos, contudo, só foram realocados em casas e apartamentos alugados em 2016, onde permanecem.

Os dias seguidos ao rompimento da barragem, bem como os testemunhos de cinco de novembro de 2015 aludem a uma série de questões que, embora marcadas com a peculiaridade de cada lugar, são transversais em muitos aspectos. Chamam atenção o desaviso e a falta de informações que sucederam ao rompimento da barragem. Além das comunidades não terem sido prevenidas com algum plano de emergência ou sirene de alerta, nenhuma outra forma de comunicação efetivou-se por parte da Samarco nos minutos e horas seguidos ao colapso de Fundão. Alertados por familiares, amigos e vizinhos, os próprios moradores socorreram-se nos primeiros momentos. Ao serem levados para o centro urbano de Mariana, a demora no repasse de informações oficiais por parte das empresas e do Estado sobre o ocorrido contribuíram para a situação de insegurança. Já a alocação em hotéis foi providenciada após notificação do Ministério Público à Samarco e a mudança para casas alugadas ocorreu com a pressão das famílias que, no entanto, seguem aguardando as indenizações e os reassentamentos.

Os atores presentes nos primeiros momentos, suas ações e os modos como elas reverberaram na condução inicial do caso merecem ser lembrados. Essa sucessão de eventos prenuncia não somente a continuidade do desastre, como também remete à necessidade de perscrutar os modos de operar da Samarco (Vale/ BHP Billiton) e das atividades mineradoras, suas relações com o Estado e os efeitos longamente produzidos sobre os lugares afetados.

Além dos trilhos – A Samarco (Vale/ BHP Billiton) e suas incidências nos distritos

A caminho de Mariana para uma das atividades de pesquisa, espreitava da janela do carro as serras e os morros que se expandiam diante das vistas. Aquela era uma das primeiras viagens que fazia à cidade e foi também a primeira vez que pensei nas barragens de rejeitos, afastadas perante a paisagem vista da estrada. Não conseguia estabelecer um parâmetro a partir do qual dimensionasse a quantidade de minério diariamente extraída de Minas Gerais, tampouco a extensão das barragens que, meses antes, soube serem capazes de preencher o conteúdo de um dos maiores rios brasileiros. Percebi que a mineração opera em uma escala distinta àquela das vidas que se cumprem na forma ordinária dos dias. Vultuosidade talvez seja um termo que traduza, em função dos volumes e proporções dificilmente apreendidas por quem a vê.

Ainda no início da pesquisa, ao ouvir os relatos referentes ao dia cinco, notei que estes alongavam-se sobre o tempo vivido pelas moradoras e moradores, o que permitiu caminhar até pontos onde os encaixos da mineração cruzaram-se às suas rotinas. As narrativas em questão aludiam às transformações em curso a partir do dia cinco de novembro, mas também às inscrições da mineração nas biografias das atingidas e atingidos, anteriores, portanto, ao rompimento da barragem de Fundão. Os movimentos no tempo despertados pelas narrativas permitiram, enfim, assentar o dia cinco como o ápice de uma série de interferências da mineração nas vidas das comunidades e remeteram à procura pela reconstituição das atividades da empresa.

Em atendimento no Ministério Público de Minas Gerais em Mariana, um morador do distrito de Campinas afirmou que há cerca de trinta anos a Samarco passou uma tubulação no terreno do seu pai⁸. Por conta disso, a casa onde morava foi demolida, mas a firma indenizou o pai somente pela área de cultivo: “pagou o café e a banana”. Em seguida ao pai, o morador, por duas vezes, perdeu plantações para novas obras da Samarco no terreno: “A empresa passou o carro, tirou a horta, eu plantei, passou de novo, eu plantei de novo”. Relatos de moradores de Bento Rodrigues, por sua vez, apontam que explosões nas minas trincavam as casas e que, devido às atividades da

⁸ Referente a 31 de janeiro de 2016. Conforme será detalhado no capítulo seguinte, uma das etapas da pesquisa constituiu-se na observação de atendimentos às vítimas no MPMG em Mariana. Em tais atendimentos, os relatos sustentaram as demandas dos denominados auxílios emergenciais cobrados da Samarco.

mineradora, o subdistrito precisava racionalizar o uso da água. Em contrapartida, uma informação que salta às vistas refere-se à quantidade diária de água que chegava a ser utilizada pela Samarco nos últimos anos: 105,6 milhões de litros. O volume supera os valores consumidos em cidades médias metropolitanas, como Contagem (MG), onde 94,1 milhões de litros diários são consumidos por quase 650 mil pessoas (PoEMAS, 2015). No depoimento abaixo, constante no relatório da Organização Não Governamental Justiça Global, um morador de Bento Rodrigues atesta ingerências da empresa sobre a comunidade:

Até mesmo antes da barragem se romper, a gente morava perto do rio, até dentro da comunidade a gente sentia um cheiro muito forte. Quando dava alguma descarga lá em cima, quando abriam alguma comporta, pra gente aqui em baixo era bem constrangedor aquele cheiro. Se você tivesse almoçando você não conseguia almoçar direito.

(...)

A gente estava passando por uma necessidade de água, morando em um distrito cercado de água, a Samarco levou nossos recursos que é a água e não tinha nenhum retorno. Aí criaram, acho que a Samarco estava pagando para a prefeitura fornecer essa água, mas até o momento a gente não tinha essa água funcionando e ficava por isso. A Samarco estava já há muitos anos levando o nosso recurso e não tinha nenhum retorno (JUSTIÇA GLOBAL, 2015, p. 19-20).

O relato e as cenas trazidas apontam para a manifestação de uma série de efeitos e impactos sobre quem reside em contiguidade à mineração. Além da interferência em propriedades, as dificuldades postas no acesso à água e a poluição de cursos hídricos evidenciam que as ingerências da mineradora sobre as comunidades antecederam o colapso de Fundão.

Há mais de quatro décadas a Samarco está presente em Mariana. Conforme pesquisa do Núcleo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS, 2015) da Universidade Federal de Juiz de Fora, a mineradora constituiu-se em 1973, iniciando suas operações, que envolvem desde a extração de minério de ferro ao transporte transoceânico, em 1977. A Samarco passou por sucessivas etapas de expansão a partir da década de 90, elevando assim a sua capacidade de minerar. É associada à Vale S.A. e à anglo-australiana BHP Billiton, que dividem igualmente a composição acionária da empresa. Suas responsabilidades jurídicas, no entanto, recaem exclusivamente sobre a Vale, em um modelo denominado *non operated joint venture* (MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ et al, 2016, p. 23).

As operações da Samarco envolvem atividades e etapas que incluem a extração de minério de ferro, o beneficiamento primário⁹, o transporte dutoviário, a pelotização¹⁰ e o transporte transoceânico de pelotas e de fino de minério. Em Mariana, ocorre a extração em três cavas principais no Complexo da Alegria, além do beneficiamento primário do minério, nas Usinas de Concentração Germano I, II e III. No município também estão localizadas três barragens de rejeitos¹¹ a cargo da empresa: Germano, Santarém e Fundão. A primeira delas entrou em operação em 1977 e em 2009 teve sua capacidade de armazenamento esgotada, sendo ainda hoje o sistema de contenção de rejeitos mais alto do Brasil, alcançando 175 metros de altura. A barragem de Santarém, localizada à jusante das barragens de Germano e de Fundão, está em operação desde 1984 e possui capacidade para armazenar sete milhões de metros cúbicos de rejeitos. Já a barragem de Fundão, com noventa metros de altura e ocupação de uma área de 250 hectares, entrou em funcionamento em 2008 e recebia rejeitos das operações da Samarco e das atividades da Vale na região, sendo 28% do material depositado proveniente da última mineradora (PoEMAS, 2015).

O transporte do minério pela Samarco ocorre em dutos entre Minas Gerais e Espírito Santo e as atividades de pelotização e de transporte transoceânico ocorrem no Espírito Santo, sendo o último realizado no Terminal de Uso Privativo Ponta Ubu (MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ et al, 2016). O material é exportado “para os mercados da África e Oriente Médio (23,1%), Ásia, não incluída a China (22,4%), Europa (21%), Américas (17%) e China (16,5%)” (MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ et al, 2016, p. 23). Interessa notar, a partir das atividades da empresa, sua distribuição entre dois estados brasileiros e seus mercados consumidores, o que situa as atividades na medida da sua extensão territorial.

A Samarco passou por sucessivas etapas de expansão desde a década de 90, sendo que o primeiro programa (P2P) duplicou sua capacidade produtiva. Ocorrido de

⁹ Corresponde à sequência de operações que tornam adequada a matéria-prima do minério para ser consumida no mercado (PoEMAS, 2015).

¹⁰ A pelotização define-se por “um processo de aglomeração de concentrados de finos e ultrafinos (*pellet feed*) de minério de ferro de alta temperatura (1.300 – 1350°C) com vista à adequação físico-química para carga em alto fornos e/ou fornos de redução direta” (MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016, p. 72).

¹¹ Em função das reiteradas menções a tal conceito e à sua importância para o caso, vale a pena defini-lo. Compreendem por rejeitos “os subprodutos dos processos de tratamento mineral e sua geração e armazenamento tendem a ser crescentes em função de processos combinados de expansão do volume de extração, depleção quantitativa e qualitativa de reservas e ciclos descendentes de preços - que inibe a criação, adoção e difusão de tecnologias de recuperação de rejeitos ultrafinos, por exemplo” (PoEMAS, 2015, p. 27).

1994 a 1997, deu origem à capacidade de geração de energia elétrica da firma, com a construção de duas usinas (MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016, p. 52). A segunda etapa (P3P), concluída em 2008, alargou a capacidade da Samarco em 54%. Seu último programa de expansão finalizou-se em 2014, novamente ampliando a capacidade da mineradora:

Em 2014, a Samarco concluiu o Projeto Quarta Pelotização (P4P), que incluía a construção de uma terceira unidade de concentração em Mariana, da quarta usina de pelotização em Ponta Ubu e de uma terceira linha de mineroduto ligando as duas unidades. O P4P elevou a capacidade produtiva anual da Samarco em 37%, passando de 22,3 milhões de toneladas (Mt) para 30,5 Mt de minério de ferro (MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016, p. 52).

O incremento nos lucros da Samarco coincidiu com o período de queda do preço do minério em escala mundial. Conhecido como período de *pós-boom das commodities*, caracterizou-se pelo excesso de oferta, acompanhado da retração da demanda dos principais minérios no mercado internacional (MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016, p. 57). Para fazer frente a esse cenário, iniciado em 2013, a Samarco lançou mão de diversas estratégias voltadas à expansão de suas capacidades operacionais, fato que coloca em contexto o Projeto de Expansão Quarta Pelotização.

Uma série de medidas possibilitaram incrementar as atividades e reduzir os custos, assegurando a lucratividade e a manutenção dos acionistas da empresa. Dentre elas, destacam-se: a diminuição de investimentos em equipamentos de segurança; a adoção de uma ampla política de terceirizações, com aumento dos ritmos e dos acidentes de trabalho; a falta de investimentos em processos alternativos ao lançamento de rejeitos em barragens e ao uso intensivo de água durante o processo de produção (PoEMAS, 2015). As estratégias adotadas não são exclusivas da Samarco, mas seguem um padrão entre as maiores empresas de mineração de ferro:

(...) a trajetória de expansão da capacidade instalada e, em especial, o projeto P4P se inscrevem em um processo de reorientação generalizada das estratégias corporativas das principais empresas no segmento de minério de ferro (dentre as quais a Vale e a BHP Billiton) para a ampliação de economias de escala – em detrimento de formas de coordenação para redução de oferta – e que expressam, dessa forma, a centralidade dos acionistas na definição do comportamento empresarial (MILANEZ; SANTOS; MANSUR, 2016, p. 59).

Com relação à precarização do trabalho sustentada nesse período, é importante destacar que, como parte de sua política de contratação, a Samarco adotou, nos últimos anos, ampla política de terceirizações. Estas foram acompanhadas da intensificação dos ritmos de trabalho, com aumento das horas de escala, comprometimento da saúde e da segurança e aumento no número de acidentes (PoEMAS, 2015). No dia do rompimento da barragem, muitos trabalhadores terceirizados estavam em atividades nas proximidades de Fundão. Como já mencionado, das dezenove vítimas fatais, doze eram trabalhadores contratados por empresas terceirizadas e um era empregado direto da Samarco.

Ainda no contexto do *pós-boom das commodities*, cabe confrontá-lo à extração mineral naquilo que se refere à disposição dos rejeitos. No caso da Samarco, como sua estratégia no período indicado foi de intensificação da extração mineral, também houve aumento na pilha de rejeitos gerada. Alguns pesquisadores e pesquisadoras relacionam o rompimento da barragem de Fundão à fase de *pós-boom das commodities*, o que estaria ligado à sobrecarga de suas estruturas, em função do incremento na quantidade de material minerado (MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ et al, 2016). Ainda, seria este um dos fatores a posicionar o rompimento da barragem em sua dimensão estrutural, já que tendem a haver mais rompimentos nos períodos *pós-boom*, em decorrência das estratégias empresariais longamente adotadas.

A barragem de Fundão iniciou suas operações no final da segunda etapa de expansão da empresa, após aumento da geração de rejeitos decorrentes de suas atividades, merecendo notabilidade alguns aspectos de sua instalação. O primeiro diz respeito à sua alocação, nas proximidades das barragens já existentes de Germano e Santarém e da zona habitada de Bento Rodrigues:

Chama a atenção o fato da barragem do Fundão ser a única opção, dentre as três alternativas, que produziria impactos e efeito cumulativo direto sobre as barragens do Germano, ao lado, e Santarém, a jusante, esta última onde se recuperava água para o processo de concentração. As outras duas alternativas se encontravam em outra microbacia que não drenam em convergência cumulativa em direção à comunidade de Bento Rodrigues (...) (POEMAS, 2015, p. 52).

A partir dos dados, infere-se que, privilegiando critérios econômicos, a escolha da localidade para a construção da barragem de Fundão não concedeu relevo à existência de Bento Rodrigues em suas proximidades. Uma segunda informação diz respeito ao

Estudo de Impacto Ambiental para a instalação da barragem. Este, embora tenha considerado possíveis repercussões em Bento Rodrigues, “subestimou os impactos de um acidente sobre as comunidades situadas no entorno do empreendimento” (JUSTIÇA GLOBAL, 2015, p. 09). Outros estudos apontam que a limitação técnica do Estudo de Impactos Ambientais da barragem não só impossibilitou a previsão dos efeitos do rompimento da barragem, como também agravou os efeitos nas comunidades vizinhas (MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ et al, 2016).

Com relação ao último aspecto, é necessário relacionar as operações da empresa à estrutura estatal a ela atrelada, já que as fragilidades nos processos de licenciamento ambiental e de fiscalização por parte dos governos estadual e federal impediram não somente o adequado monitoramento das atividades da Samarco, como também a avaliação dos danos em casos de eventos críticos e de desastres.

Embora o desastre ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão esteja relacionado à dimensão estrutural das atividades mineradoras em todo o mundo, no Brasil tal fato é intensificado em decorrência da (in)ação do Estado e de seus operadores em exercer o seu papel regulatório sobre o setor (SANTOS; WANDERLEY, 2016). Conforme levantamento realizado pelos autores em Minas Gerais, nos últimos anos têm havido um aumento no número de desastres envolvendo barragens de mineração no estado, sendo que, desde o ano de 1986, foram registrados sete outros casos, causando mortes de pessoas, desalojando famílias, assoreando e/ ou contaminando leitos de rios. Como possíveis causas, são apontadas as condições geológicas dos depósitos atuais, as tecnologias de baixo custo utilizadas nos processos de extração e de beneficiamento primário e a expansão do volume dos rejeitos, gerando barragens cada vez maiores em altura e volume. Contudo, todas essas condições estão atreladas à falta de regulação das agências estatais no setor minerário. A Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) são as agências responsáveis pela regulação pública das atividades mineradoras em Minas Gerais. Uma série de fatores, como a inépcia financeira, técnica e operacional de tais agências explicam a falta de orientação e fiscalização quanto às práticas corporativas e às opções técnicas das mineradoras em operação:

Essa realidade demonstra a fragilidade tanto da legislação, permissiva à operação de barragens sem estabilidade atestada e recorrentes; quanto do sistema de monitoramento de barragens no estado de Minas Gerais; além da limitada capacidade do governo estadual de garantir que as empresas cumpram

exigências referentes à segurança das barragens. Todavia, ambos os órgãos estadual e federal possuem pouco contingente de pessoal, de estrutura e condições financeiras para fiscalizar as centenas de barragens existentes espalhadas de maneira difusa no Brasil e em Minas Gerais (SANTOS; WANDERLEY, 2016, p. 99-100).

A estrutura estatal disponível para a fiscalização e o monitoramento das barragens denuncia a permissividade às mineradoras em detrimento das consequências socioambientais de sua atuação. Tendo a possibilidade de operarem de modo quase irrestrito nos territórios, é preciso pontuar que, no caso de Mariana, as escolhas para a localização da barragem de Fundão, bem como os efeitos sentidos pela população do entorno, evidenciam a invisibilização destes nas tomadas de decisão para a manutenção e o acirramento das atividades extrativistas que têm como fim o mercado externo.

As atividades de extração no Brasil e na América Latina têm sido predominantemente atravessadas por corporações e instituições financeiras internacionais, que controlam lugares possíveis de exploração, agenciam processos políticos e econômicos e movimentam uma rede de vastas e complexas estruturas. De acordo com Eduardo Gudynas,

los extractivismos son un tipo particular de apropiaciones de recursos naturales caracterizados por los grandes volúmenes removidos y/o la alta intensidad, donde la mitad o más son exportados como materias primas, sin procesamiento industrial o procesamientos limitados (2016, p. 26).

Conforme aponta o autor, os extrativismos geram, além dos impactos locais, “efeitos derrame”, ou seja, efeitos que não se restringem espacialmente às áreas de exploração mineral, mas alcançam a geografia nacional, modificam o sentido das políticas públicas e de conceitos como democracia e justiça, trazendo consequências sociais, territoriais e econômicas. Abarcando desde a megamineração a céu aberto, a pequena mineração de ouro aluvial, a exploração de petróleo ou gás natural às monoculturas de exportação, hoje a megamineração é uma das formas de extrativismo mais expressivas na América Latina.

Embora sejam sempre locais, tendo em vista a remoção de recursos naturais que se encontram em lugares específicos, os efeitos são gerados para além da localização do empreendimento, mas passam a se repetir em diversas regiões do país e inserem-

se também na lógica da globalização, seguindo regras e estruturas de governança internacional. Dentre os efeitos derrame das atividades extrativistas, podemos citar: os efeitos ambientais (mercantilização da natureza, redução do controle ou de sanções ambientais); territoriais (imposição de novos tipos de territorialidade que se sobrepõem a outras pré-existentes, que podem ser indígenas, campesinas ou administrativas); sociais (alteração da qualidade de vida, restrição da participação local, remoção forçada, criminalização de protestos, judicialização de líderes sociais, debilitação dos direitos humanos e da natureza); econômicos (promoção de um intercâmbio ecológico desigual, já que os preços finais dos recursos naturais não consideram os impactos ambientais necessários à sua obtenção); internacionais (reforço do papel dos países da América do Sul como exportadores de matéria-prima e sua consequente ocupação em um lugar de subordinação nos processos de globalização); políticos (promovem, por exemplo, através de flexibilizações ambientais, um tipo de Estado funcional aos empreendimentos extrativistas, tolerante aos seus impactos sociais e ambientais).

Os efeitos derrame não são casos isolados ou acidentes na implementação de um projeto, mas uma condição necessária, prévia e frequente para a sua implementação. Assim, além de promoverem limitadas contribuições às economias locais e regionais, já que os recursos explorados são exportados por um preço mais baixo, contribuem para o reforço das concepções culturais de dominação da natureza, para a fragilização de sistemas políticos e o acirramento de problemas sociais. Na próxima seção, discutirei a confluência de modos de racionalidade que permitiram a manutenção de tais atividades e que em muito divergem das práticas cultivadas nos distritos atingidos pelo desastre.

Sonhos que nos sonharam – Desenvolvimento como categoria abissal

Porém, para dois terços das pessoas na terra, este significado positivo da palavra desenvolvimento – profundamente enraizada após dois séculos de sua construção social – é um lembrete daquilo que eles não são. É um lembrete de uma condição indesejável e indigna. Para escapar disso, eles precisam se escravizar nas experiências e sonhos de outros (ESTEVA, 1992, p. 65).

As palavras até agora ditas informam uma série de características das atividades extrativistas e, particularmente, da mineração: a ocupação de vastos territórios, que incluem áreas de extração, beneficiamento e transporte do minério; produção de efeitos

e impactos cumulativos sobre natureza e comunidades; adoção crescente de uma política de terceirizações; manutenção de uma série de acionistas internacionais e, por fim, extração voltada ao mercado externo, o que corrobora para a manutenção do Brasil e dos países do Sul do globo como um dos principais exportadores de *commodities*.

Em linha contrária às atividades vultuosas cumpridas com a extração do minério de ferro, movem-se as rotinas nas comunidades a elas adjacentes. Rotinas que, de variadas formas, deixam de ser vistas diante das grandes escalas nas quais se move a mineração. Nos distritos marianenses, os efeitos e impactos sentidos durante décadas pelas atividades da Samarco, a falta de prevenção para as comunidades em casos de eventos críticos e desastres e a própria localização da barragem sinalizam modos de operar da mineradora que invisibilizaram tais lugares e as práticas ali sustentadas. Estas me foram contadas em conversas, relatos e entrevistas e notadas ao percorrer as localidades atingidas, especialmente aquelas onde as famílias seguem residindo após o rompimento da barragem de Fundão.

Em outubro de 2016 realizei uma visita ao subdistrito de Campinas e registrei, no diário, as primeiras impressões sobre o lugar e a conversa estabelecida com um casal de moradores. Na ocasião, acompanhava representantes do Ministério Público em visita ao subdistrito para tomarem nota da situação das atingidas e atingidos.

Na ponte que chega a Campinas, uma cachoeira com água cristalina cai sobre o rio vermelho. Campinas é uma comunidade rural com propriedades simples e antigas, espaçadas por matas e plantações. Algumas casas estão em pontos mais altos do terreno, outras margeiam o rio. Subimos um morro com o carro e tivemos que voltar, pois trabalhadores calçavam a estrada, impedindo a passagem. Antes de descermos vi uma placa com os dizeres: “Emergência – Ponto de encontro – Local seguro”. A placa era nova, em função da tonalidade viva, certamente fora instalada após o rompimento da barragem. Ao retornarmos, tentamos localizar as casas atingidas. Era meio da tarde e a rua estava deserta, até que vimos um senhor que passava montado em seu cavalo. Era o Seu Jair. Paramos o carro e pedimos para conversar com ele que, de pronto, levou-nos até sua casa, a poucos metros dali.

Deixamos o carro na estrada principal e subimos um caminho estreito, alcançamos uma porteira, uma área de terra batida e uma casa azul. A casa é

pequena, uma porta e duas janelas como fachada. Entre uma janela e uma porta há uma cruz branca pendurada. Ali ficou Maria, esposa do Jair, observando a conversa correr na área de terra batida. Galinhas e pintinhos ciscavam o chão enquanto o Jair, ainda apoiado no lombo do seu animal, apontava o que mais havia naquela área.

Na lateral da casa estava o poço de peixes, mantido para consumo próprio e doado a quem interessasse. Jair também costumava pescar no rio Gualaxo: traíra, piaba, lambari, timboré, uma variedade de peixes era colhida rio abaixo. Além dos peixes, Seu Jair tem alguns bois. O pasto era próximo ao rio, mas a área foi perdida para a lama. Os animais ficam agora nos fundos da casa e bebem a água de uma nascente próxima. Para alimentá-los, a Samarco passou a fornecer a silagem¹². A última leva veio estragada e ele apontou-nos os sacos, encostados junto à porteira, que irá devolver. O próprio Jair antes preparava a silagem em uma máquina agora parada por conta da interrupção de energia elétrica, ocorrida desde que a lama chegou. Os órgãos responsáveis não cuidaram de restabelecê-la e o Jair improvisou um gato, suficiente apenas para a luz. Enquanto conversavam com ele, voltei-me para a sua esposa, que disse que agora precisa esquentar a água para tomar banho.

O casal perdeu muito do que tinha: a área de pasto, alguns bois, os peixes do rio, além de plantações de banana e limão. Ainda assim, para Seu Jair o que dá mais tristeza é ver o rio daquele jeito. Entendedor de suas águas, afirmou que obras realizadas pela Samarco após a barragem romper mudaram o curso do rio e que as pedras e demais materiais carreados para o fundo provavelmente causarão enchentes¹³.

Essa conversa dá vários sinais do entendimento e da intimidade com o lugar estabelecidos por seus moradores. A forma como o Jair acomodava os braços no dorso do animal, o nome de cada peixe que encontrava no rio e a preocupação com as cheias por vir dão pistas de tal intimidade. Muito do que o casal dependia estava em seu terreno; as atividades alcançavam a área entre a casa e o rio e foram forçosamente rearranjadas com a chegada da lama. Cada uma delas, a pesca, a criação de animais e o plantio são mostras daquilo que, além de garantir o sustento, terminou por materializar-se em modos de vida. O relato de um antigo vizinho do Seu Jair, colhido em outro momento da

¹² Utilizada para alimentar os animais, a silagem baseia-se na fermentação de vegetais.

¹³ Trecho de diário de campo, referente a 23 de outubro de 2016.

pesquisa – não em sua casa ou lugar que lhe fosse íntimo, mas em uma sala de audiências do Fórum de Mariana –, recaptula e complementa as cenas descritas ao destacar a medida do tempo em que se fizeram as pertenças em Campinas e também a falta de acolhimento da Samarco às demandas dos moradores. Trata-se do testemunho do José, que recorreu ao Ministério Público na tentativa de reaver as suas perdas.

José é um senhor de pele negra, andar macio e olhar expressivo. Veste calça social e camisa de botões, cuidadosamente alinhada. No punho, um relógio digital, que chama a atenção pelo contraste que faz com suas vestes. Bom de prosa, José conta que mora em uma casa grande em Mariana, ampliada com o correr dos anos e sempre aberta para as visitas.

De quinze em quinze dias vai até a casa que mantém em Campinas. Por mais de cinquenta anos morou naquela casa, que seu pai construiu e onde também moravam seus avôs: “Era a casa, o caminho e o rio”, lembra. Com orgulho conta que, do distrito, aquela foi a primeira moradia a receber iluminação de lampião a gás. À noite, os vizinhos olhavam assombrados para as luzes que escapavam pelas frestas e janelas, contrapostas ao costumeiro breu da roça. Lembra também do dia em que chegou com o fusca no distrito. O veículo, um dos primeiros a estacionar em Campinas, servia para levar os doentes ao hospital da cidade. Muitas vezes, José acordou no meio da noite para transportar os enfermos, mas um dia foi ele quem adoeceu.

José vendeu os animais e parte do trabalho de toda uma vida por cerca de sete mil reais e mudou-se para Mariana. Quinzenalmente, retornava a Campinas para plantar e colher verduras que consumia e distribuía aos amigos. O que restava, trocava na venda por outros alimentos. Com o desastre, perdeu área cultivada para a lama e ficou com a estrutura da casa comprometida, tomada por rachaduras. Continua indo lá. Precisa passar a noite, devido aos horários reduzidos do transporte público. Quando vai dormir, volta com medo de que a barragem desabe. José procurou atendimento no Ministério Público com um pedido de intervenção para que a Samarco forneça um salário mínimo que compense as perdas com a plantação. Já tinha ido duas vezes à empresa sem sair com resposta alguma.

Ao Ministério Público, esta respondeu: requer do José a apresentação de notas fiscais que comprovem a venda dos seus alimentos, coisa que ele não possui. Sobre a estrutura da casa, a alegação é a de que o risco se atribui à falta de acompanhamento de profissionais de Engenharia e Arquitetura durante a sua construção.

Percebo o rosto do José anuviar, não sei o que dizer, emudeço. Ao nomear cada planta que perdeu e se lembrar de que, em 58 anos de vida, nunca precisou comprar uma banana, José diz que pensa em vender o terreno: “Cê planta uma laranja, cê planta um pé de jabuticaba, quanto tempo ele demora pra dar?” Esse senhor mal sabia da existência da barragem de Fundão, pensava que era uma lagoa para empurrar o minério. Afirma que chegou ali primeiro que a empresa, que ela não poderia ter agido dessa forma¹⁴.

O relato desse senhor, assim como a conversa com o Jair, evidenciam a relação próxima com a terra e trazem pistas sobre discrepantes entendimentos do espaço entre os moradores e a mineração. José cresceu em Campinas, assim como a geração anterior de sua família. Seu relato enuncia a relação de proximidade com os vizinhos e com a terra, sinalizada pela espera do tempo da natureza para colher os alimentos que consumia e cujos excedentes trocava ou vendia. Essa lógica distingue-se daquela aplicada pelas empresas quando precisou reaver os bens perdidos. José não tinha notas fiscais para comprovar as vendas dos alimentos, tampouco as trocas que fazia e que não envolviam pagamentos em dinheiro. Sobre os problemas com a casa, a explicação técnica buscada pela empresa como justificativa às rachaduras negligenciou não somente a força dos rejeitos que abalou as suas estruturas, como também o modo e o tempo levados para erguê-la, possivelmente fazendo uso do conhecimento herdado entre gerações da família.

Entre as práticas das mineradoras e aquelas dos habitantes dos distritos operam-se distintas escalas, tempos e usos do espaço. A falta de legitimidade conferida à palavra das atingidas e atingidos e a consequente invisibilidade produzida sobre suas ações induzem à investigação sobre as lógicas que permitem a manutenção das atividades mineradoras tais como as conhecemos e sobre a conformação de seus discursos e práticas nas tratativas em andamento após o rompimento da barragem de

¹⁴ Trecho de diário de campo, referente a 31 de maio de 2016.

Fundão. Aqui, a ideia a se percorrer é a de que as atividades mineradoras encontram amparo em modos de racionalidade que autorizam a sua perpetuação e a sobreposição de seu modo de agir àqueles das comunidades por elas afetadas.

No Brasil, o extrativismo legitimou-se por meio de práticas que elegeram o desenvolvimento como objetivo primordial a ser alcançado pelo país. Vinculado às noções de crescimento e de progresso, o desenvolvimento apresenta-se como um horizonte diante do qual os efeitos e impactos dos grandes projetos passam a ser justificados. Dessa forma contextualizada, a mineração atua de forma a invisibilizar e a apropriar-se de territórios diversos e tornar dependentes populações tomadas como homogêneas.

O conceito de desenvolvimento, de acordo com Oliver Sacks (2000), foi construído pouco depois da Segunda Guerra Mundial e lançado ao mundo pelos Estados Unidos para que as nações do globo seguissem seus passos. Ao longo de décadas, implicou investimentos econômicos vultosos em megaprojetos geradores de lucros e de inúmeros impactos socioambientais.

O “desenvolvimento” foi, por várias décadas, *aquela* ideia que, como um altíssimo farol orientando os marinheiros até a praia, guiava nações emergentes em sua viagem pela história do pós-guerra. Ao se libertarem do jugo colonial, todos os países do Sul, fossem estes democracias ou ditaduras, proclamavam como sua aspiração primordial o desenvolvimento (SACHS, 2000, p. 11).

O desenvolvimento segue como aspiração de países que, situados a Sul no globo, alimentam-se de projetos que marcam as relações entre Estado, empresas e populações. Para Gustavo Lins Ribeiro, o desenvolvimento é marcado por relações desiguais de poder, articuladas em processos históricos de estruturação de redes, que envolvem elites locais, empresários, políticos, corporações e organizações nacionais e internacionais, dentre outros. A expressão maior do campo desenvolvimentista são os projetos de infraestrutura de grande escala (PGEs), cujas características são expressivas em função do “tamanho do capital, territórios e quantidade de pessoas que eles controlam; seu grande poder político; a magnitude de seus impactos ambientais e sociais; as inovações tecnológicas que frequentemente criam; e a complexidade das redes que eles engendram” (2008, p. 111-112). Tais redes, ancoradas na mobilização de um altíssimo capital financeiro e industrial, envolvem relações entre níveis locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais.

Os PGEs abarcam as atividades mineradoras, tendo seus efeitos sido sentidos em diversos cantos do país. Rafael Bacelar, ao investigar os desdobramentos do projeto de mineração Minas – Rio¹⁵ para as populações atingidas em Conceição do Mato Dentro/ MG, constatou a deflagração de uma crise social no município após a atuação da mineradora Anglo American. A chegada de grande contingente de trabalhadores na cidade, os problemas ambientais gerados e a fragilidade imposta aos laços comunitários terminaram por desarticular as funções e práticas culturais do lugar. Para o autor, a ideia de desenvolvimento imbuída no projeto correspondeu, ao contrário de uma simples transformação, a um processo mediado por relações de poder entre diferentes atores. Como afirmou, o desenvolvimento contém a ideia de que deveria haver uma transformação do rural ao urbano ou do tradicional ao moderno. Essa lógica, contudo, omite “um jogo de forças no qual a expansão de um modo de fazer solapa outras práticas e fazeres” (2016, p. 40).

No caso do desastre no vale do Rio Doce, nas várias comunidades afetadas entre Minas Gerais e Espírito Santo subjazem práticas que, não sem resistência, haviam sobrevivido à lógica desenvolvimentista. A pesquisadora Simone Ferreira, a partir da referência às comunidades indígenas, quilombolas, de pescadores artesanais e camponeses tradicionais que circunscrevem a bacia do rio Doce, enunciou diferentes práticas e modos de racionalidade trazidos à tona com a emergência do desastre:

De um lado, a visão e prática da mineradora, orientada pela matriz de racionalidade desenvolvimentista capitalista, que limita a natureza à ideia de recurso, onde solo e subsolo são exauridos para a extração de minérios destinados à exportação (para posterior importação de eletrônicos), e os rejeitos da atividade são depositados nos cursos d'água, inviabilizando quaisquer outros usos;

De outro lado, o modo de viver dos povos originários indígenas, comunidades camponesas e tradicionais, orientado pela matriz de racionalidade não desenvolvimentista, que dialoga com a natureza como mãe e constrói territórios de pertencimento, onde as águas do Rio Doce alimentavam as atividades de produção do alimento (pesca, caça, agricultura), de lazer, de comunicação e deslocamento, de rituais da religiosidade, revelando-se como importante espaço da prática de saberes (FERREIRA, 2016, p. 273 e 274).

¹⁵ O Projeto Minas – Rio, ou “Sistema Minas – Rio”, é um empreendimento de propriedade da companhia multinacional *Anglo American*, que envolve a extração de minério por meio de três grandes estruturas: a mina, localizada na Serra da Ferrugem em Conceição do Mato Dentro (CMD); o mineroduto, que consiste em grandes dutos pelos quais o minério é escoado até o litoral do Rio de Janeiro; e o Porto de Açú, por intermédio do qual o minério de ferro é exportado para o mercado chinês” (BACELAR e CASTRO, 2016, p. 464).

Nas distintas localidades onde se materializou, o discurso do desenvolvimento, ao sobrepor-se a práticas distintas de conceber e ocupar a terra, engendrou novas formas de colonização da realidade. Junto a forças universalizantes do mercado, do Estado e da ciência, dominou o pensamento e a ação, criando representações que deram formas indelévels aos modos de imaginar e agir sobre o mundo, como pontuou Arturo Escobar (2007). De acordo com essa lógica, a economia tornou-se valor superior a outros, como tradições, culturas e ecologias múltiplas de saber o mundo.



FIGURA 13: Cachoeira em Campinas/ Mariana, 23.10.16. Arquivo pessoal.

Em nome do desenvolvimento, muitos silenciamentos se deram, inclusive das atividades cotidianas ligadas à terra e das manifestações culturais disseminadas a partir daí. Para Escobar (2007), sobre o sofrimento de milhões o mundo moderno se erigiu. A situação econômica do planeta agravou-se, bem como a desigualdade social global, contrariando as promessas de que o progresso econômico levaria à melhoria das condições de vida das populações. Formas antigas de vida foram silenciadas, já que a linha unívoca do desenvolvimento impõe à invisibilidade condições únicas de existir,

centradas na tradição e na valorização do presente e não univocamente na mirada do avanço econômico. Complementa Gustavo Esteva:

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma, em um passe de mágica, habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em um fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência (ESTEVA, 2000, p. 74).

O desenvolvimento produziu a não existência; operando a partir da falta e da escassez, justificou a exploração e o desvalor do outro. Sem que lhe fosse creditada a voz, projetos de infraestrutura de grande escala incidiram sobre territórios tradicionais, abrigo de comunidades cuja diversidade fora silenciada. No que se refere à mineração, cabe pontuar que, no Brasil, embora os recursos minerários pertençam à união, as populações jamais foram consultadas sobre seu uso e destinação. No cenário atual, grandes empresas controlam a exploração mineral, exportando 85% do minério extraído do subsolo. O que ocorre, portanto, pode ser definido como uma espécie de pilhagem¹⁶, processos cujos ganhos são apropriados por uma minoria alheia ao território, enquanto os sofrimentos são amplamente compartilhados.

O caso do rompimento da barragem da Samarco é emblemático por ter explicitado falhas estruturais no processo extrativista minerário e nos confrontado com a fragilidade do modelo de desenvolvimento largamente adotado no Brasil. A extração para geração de emprego e lucro foi a mesma que devastou um rio e as vidas que nele se abrigavam. Mesmo grandes esforços ainda não apreendem a dimensão da dor causada por falhas sistemáticas de segurança, não cumprimento de condicionantes ambientais e não observação dos riscos inerentes a projetos de infraestrutura de grande escala.

O desenvolvimento é aqui entendido como abissal por ter sido gerido no âmago da razão hegemônica ocidental, firmada desde os tempos coloniais. Na história colonial, linhas cartográficas demarcaram o Velho e o Novo Mundo, distinguindo as metrópoles dos territórios coloniais. A divisibilidade produzida cartograficamente marcou também a

¹⁶ Referência à fala de Paulo Rodrigues, geólogo, pesquisador e ativista ambiental, em palestra durante o Painel Técnicas e Regulação da Atividade Minerária, realizado em 1º de julho de 2017 pelo Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG, em parceria com as pró-reitorias de Extensão da UFMG e da Universidade Federal de Ouro Preto e com a pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo.

separação entre culturas dignas de existir e lugares concebidos como desabitados de humanidade, passíveis, portanto, de exploração e violência. De um lado da linha, impérios adornados em ouro e prata foram erguidos; do outro lado, aos indígenas e negros expropriados de suas terras, fora concebido o desvalor de humanidade.

No período pós-colonial Velho e Novo Mundo dissolveram-se em novas constelações de desigualdade. As linhas, abissalmente construídas, persistem como metáfora do pensamento colonial moderno e das relações sociais excludentes mantidas no interior do seu sistema-mundo: “O pensamento ocidental moderno é um pensamento abissal”, como afirmado por Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 71). Caracterizado por sua capacidade de produzir e radicalizar distinções visíveis e invisíveis, atravessa relações econômicas, políticas e culturais e cinge a realidade em universos segregados. Ainda, como aponta José Manuel Mendes (2016), em situações extremas as linhas abissais tornam-se mais vincadas entre Norte e Sul e dentro de cada Estado.

O pensamento abissal visibiliza-se enquanto alguns têm o privilégio de desfrutar do conforto e da segurança de uma democracia seletiva, enquanto outros, aquela maioria que vive do outro lado da linha, são relegados ao ocultamento. Em última instância, a existência é negada neste outro lado. Tal como no período colonial, desaparece como realidade, torna-se inexistente e é produzida como inexistente:

O outro lado da linha é um universo que se estende para além da legalidade e da ilegalidade e para além da verdade e da falsidade. Juntas, essas formas de negação radical produzem uma ausência radical: a ausência de humanidade, a subumanidade moderna (SANTOS, 2007, p. 76).

Frantz Fanon (2008), ao analisar os desdobramentos do racismo e do colonialismo como formas de dominação modernas, definiu como habitantes de uma zona-de-não-ser, “uma região extraordinariamente estéril e árida” (FANON, 2008, p. 26), aqueles e aquelas cujas vidas têm menos valor, os seres humanos considerados menos humanos que outros, indignos de existir e que podem, assim, ser relegados ao esquecimento.

Persistem muitas zonas de não-ser na atualidade. Nelas, conhecimentos populares, camponeses e indígenas desaparecem como relevantes. Uma abundância de modos de ser e de experimentar a vida passam a existir na marginalidade, por serem desacreditadas enquanto formas legítimas de construção de sociedades. A maioria dessas formas são tornadas desconhecidas, na medida em que fazem questionar

concepções de sociedade e de humanidade por meio das quais a razão moderna ocidental nos criou. Razão indolente, há mais de duzentos anos tornada hegemônica, por meio da negação da complexidade de mundos e de tempos existentes e da afirmação de sua exclusividade e totalidade (SANTOS, 2002). Alicerçada em estreitas noções de realismo, transforma em verdade os conhecimentos hegemônicos e caracteriza-se pela contração do presente e das experiências em curso e pela expansão do futuro, projetando a sociedade na direção unívoca do progresso:

A contração do presente, ocasionada por uma peculiar concepção da totalidade, transformou o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente (SANTOS, 2002, p. 239).

A indolência da razão manifesta-se sob variadas formas, dentre as quais se destacam a reivindicação da racionalidade ocidental como única e a ordenação da realidade em arranjos dicotômicos que contêm hierarquias: Norte e Sul, homem e mulher, desenvolvido e subdesenvolvido. Em arranjos dicotômicos, uma das entidades invariavelmente é desqualificada, tornada invisível e produzida como inexistente. Fundamenta-se também na ideia de progresso, produzindo a monocultura do tempo linear. Concebido como infinitamente abundante e igual, o futuro não é objeto de cuidado. Nesse sentido, quando confrontada com catástrofes, a monocultura do tempo linear é incapaz de responder criando alternativas.

Por meio de diversas operações, a indolência da razão produziu formas de não-existência, eliminando realidades no outro lado da linha: “Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível” (SANTOS, 2007, p. 71). Sob a lógica produtivista, a natureza e o trabalhador que escapam do objetivo inquestionável do crescimento econômico são improdutivos.

As histórias trazidas no início dessa seção explicitam, por meio das situações vivenciadas pelos moradores de Campinas, tentativas de sobreposição de lógicas da mineradora àquelas dos habitantes do distrito. Neste arranjo, são os moradores os atrasados e subdesenvolvidos, que devem, portanto, responder aceitando as tratativas da empresa ou mesmo sendo ignorados em suas demandas. Ao tentarem reaver as suas perdas com plantações, são contrapostos à lógica produtiva da Samarco, cuja exportação em grande escala de minério rende valores financeiros elevados. O cultivo dos alimentos pelos moradores, muitas vezes, não lhes rendia valores financeiros, mas

subtraía gastos com a compra de vegetais e era ainda trocado por produtos vários. A dependência direta e o cuidado com a terra ensejaram o aprendizado de suas dinâmicas e a lógica do cuidado. Diferente da monocultura do tempo linearmente produzido, impera para os moradores o esmero e a preocupação com o futuro, manifestos, por exemplo, quando o Seu Jair anuncia as possíveis cheias do rio em função da alteração do seu curso e dos materiais depositados em seu leito após o rompimento da barragem de Fundão.

Diário,
(Sem data)

Vivemos em lugares marcados por lentas destruições. Aos poucos, as zonas habitadas que conhecemos – a velha tinta na parede, o assoalho gasto, a rua calçada em pedras – cedem lugar à ocupação de outras formas. Por vezes, os processos através dos quais os lugares sucumbem à transformação não se dão com a passagem involuntária do tempo, mas por meio de forças que, combinadas, terminam por contar as histórias de uma época.

O escritor Orhan Pamuk, ao lembrar Istambul, na Turquia, conta os sucessivos processos de desmantelamento da cidade ao longo do século XX. Incêndios misteriosos, ocorridos no meio da noite, destruíram imensos casarões, construções impregnadas de lembranças, que deram espaço a novos edifícios de apartamentos. Dizia-se que as casas, antes de pegarem fogo, eram vendidas a empreiteiras:

Enquanto crianças andavam entre as paredes destruídas, juntando portas, janelas e pedaços de madeira, compreendi que esses montes de entulho representavam uma perda de memória que, com o tempo, pareceria uma segunda natureza (PAMUK, 2010, p. 92).

A demanda da indústria automobilística nacional por pistas de velocidade somava-se ao esquecimento do passado. O asfalto desmanchava árvores, casas, velhas passagens, e a cidade se abria ao progresso encobrendo lugares da memória. Somente assim, despida dos vestígios do tempo, ela daria início à sua história.

Hoje, em cidades brasileiras expandidas com o avanço capitalista, edifícios alocam-se onde casas outrora guardavam lembranças. Nas ruas, o tecido liso do asfalto apaga os caminhos calçados em pedra, convocando a vista de uma paisagem futura alargada. As formas que ergueram a cidade são abandonadas em nome de projetos que elegem, de tempos em tempos, versões da novidade que anulam diferenças.

Se somos parte de uma cidade cruel e sempre em expansão, as salas, os jardins e as ruas nos quais passamos a vida – as paredes que deram forma a nossas lembranças e a nossa própria alma – estão fadados à destruição (PAMUK, 2010, p. 91).

Às vezes, somos surpreendidos por algumas marcas, testemunhos das vidas que ali se anunciavam: algum pedaço de muro, tijolos expostos entre edificações, árvores crescidas apesar do asfalto, palavras que desocultam passagens: “por aqui passa um rio”. Mas não só ruas, casas e objetos de recordação são destituídos de seus lugares. Disputas entre projetos distintos acirram-se na medida da expansão da cidade.

Enquanto alguns, pela indolência de sua razão, obrigam formas e escrevem regras ao tecido urbano, quem habita o outro lado da linha é removido da materialidade de suas lembranças e convertido em retirante. Vilas, favelas e ocupações urbanas erguidas por negras e negros, pobres e indígenas tornam-se terrenos onde podem abrigar novas histórias.

Longe dos centros urbanos, ações distintas sob um pano de fundo comum também engendram remoções. Aqui não se fala em processos de valorização do solo urbano, tampouco em especulação imobiliária; porém, o vocabulário do progresso e do desenvolvimento faz imperar projetos em que escalas, tempos e espaços vultuosos são substituídos por aqueles apreendidos por negras e negros, indígenas, população ribeirinha. Crescidas e crescidos na terra que cuidaram e reconheceram como sagrada, parecem ali não mais encaixar-se e dela tornam-se retirantes.

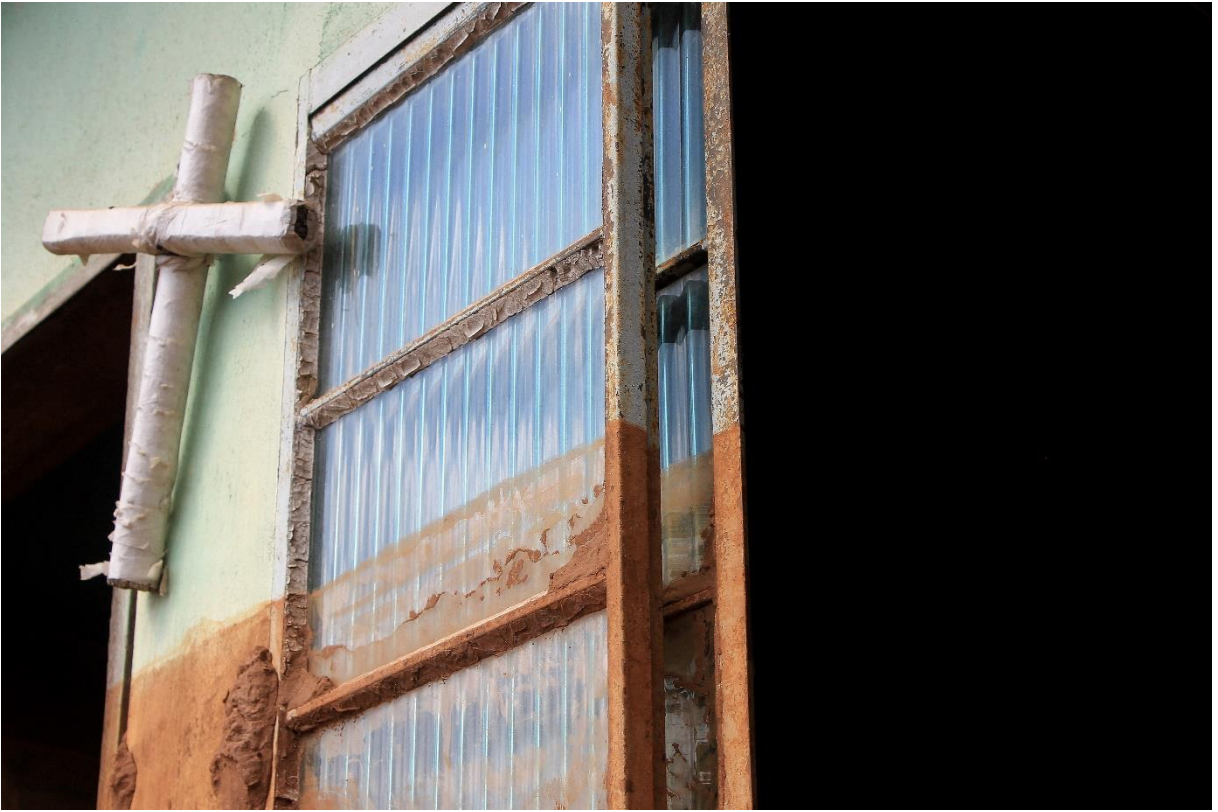
Em Mariana, não houve o tempo lento da espera, em que moradoras e moradores testemunharam a transformação de seus espaços, como comumente ocorre quando implementam-se hidrelétricas ou mesmo mineradoras em territórios tradicionais. As marcas, hoje presentes em cada construção, nas árvores e no rio tingido de vermelho, simbolizam a violência que fez com que forçosamente suas histórias se tornassem peregrinas.















Pág. 75:

Mariana | Paracatu de Baixo | 07.07.16

Mariana | Paracatu de Baixo | 18.10.16

Pág. 76:

Mariana | Paracatu de Baixo | 24.08.16

Mariana | Bento Rodrigues | 01.05.17

Pág. 77:

Mariana | Paracatu de Baixo, Igreja de Santo Antônio | 18.10.16

Mariana | Paracatu de Baixo | 03.02.16

Pág. 78:

Mariana | Paracatu de Baixo | 24.08.16

Mariana | Bento Rodrigues | 05.11.16

Pág.79:

Mariana | Paracatu de Baixo | 24.08.16

Mariana | Paracatu de Baixo | 24.08.16

Pág. 80:

Mariana | Bento Rodrigues | 01.05.17

Mariana | Bento Rodrigues | 01.05.17

Pág. 81:

Mariana | Paracatu de Baixo | 24.08.16

Mariana | Paracatu de Baixo | 24.08.16

CAPÍTULO II: Pesquisar lugares devastados

Talvez seja verdade que as coisas podem mudar em um dia. Que apenas dez horas podem alterar a trajetória de uma vida inteira. E que, quando isso acontece, essas poucas horas, como os destroços saqueados de uma casa incendiada, o relógio calcinado, a fotografia de um momento feliz, a mobília enegrecida, podem ser ressuscitados das ruínas e examinados. Preservados. Explicados (Arundhat Roy, O Deus das Pequenas Coisas).

Neste capítulo, após ter evidenciado algumas das bases teóricas que ensinam a pesquisa, explico as escolhas metodológicas do trabalho, com a intenção de apresentar uma perspectiva situada em relação ao processo de pesquisa e à minha inserção na cidade de Mariana. Em uma temporalidade constituída a partir da ocorrência do desastre, diversas foram as questões surgidas ao imergir em histórias e em lugares completamente alterados. Os itinerários forjados acompanharam-se de um intenso repensar sobre o processo de pesquisa e os instrumentos mais apropriados para aproximar-me do desastre de forma a dialogar com atingidas e atingidos, afetar-me a partir de suas vozes e das paisagens que constituíram suas biografias. Por tratar-se de um campo em que pessoas retiradas forçosamente de suas terras passaram a ocupar novos lugares e a vivenciar situações inéditas no centro urbano de Mariana, a condução da pesquisa implicou no estabelecimento de formas de chegar e comportou uma série de reflexões e atravessamentos.

Convocando deslocamentos que extravasam a rota Belo Horizonte – Mariana, os caminhos de investigação fizeram-se de aberturas e introspecções, surpresas, indignações, ansiedades e incertezas, que não me eximo de evidenciar na escrita desse trabalho. Corroboro, portanto, com uma perspectiva etnográfica e com a assertiva de que o pesquisador deve estar implicado não apenas no campo, mas também presente no resultado do estudo, ao colocar a sua escrita em contexto, conforme explicitarei. Trata-se aqui de revisitar a pesquisa tendo em vista as escolhas feitas (por campos interdisciplinares do conhecimento, por determinadas técnicas e procedimentos) e os eventos que me convocaram a reencontrar rotas. Em outras palavras, esse movimento traduz-se em assentar as indagações iniciadas em seis de novembro de 2015, que me fizeram tomar um ônibus com destino a Mariana em busca de um lugar desabitado por certezas antecipadas.

Para cumprir essa expectativa, é preciso evocar os itinerários que antecederam minha entrada no mestrado e a definição do tema de investigação. Em verdade, a

retomada a experiências precedentes fez-se necessária desde o princípio da pesquisa, como tentativa de entendimento do novo campo em que imergia. Conforme colocado por Mariza Peirano, “tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhemos nos leva a refletir e imediatamente nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas) (...)” (2014, p. 378). Embora meus itinerários de pesquisa não me remetessem a um quadro de experiências marcado por uma tragédia coletiva de semelhantes proporções, os embates e resistências travados em outros terrenos constituíram histórias que acabaram por estabelecer um chão sobre o qual posteriormente assentei esse trabalho.

Como candidatura à pós-graduação, redigi um projeto que versava sobre a segregação socioespacial urbana em Belo Horizonte. Buscava tensionar as vivências em dois espaços da cidade manifestamente distintos: um, condomínio fechado, marcado pela fortificação dos muros e pela privatização da segurança; outro, ocupação urbana constituída por famílias que convivem com a ameaça de remoção e testemunham a premência da realização do direito à cidade. A partir do projeto, pretendia percorrer as relações entre espaço e subjetividade e as vivências de medo e violência em meio urbano. As questões haviam emergido durante a graduação em Psicologia, por meio da atuação nos programas interdisciplinares de pesquisa e extensão “Pólos de Cidadania” e “Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Rural-urbana”, sediados na Faculdade de Direito da UFMG, que me permitiram experiências de investigação e de ativismo em vilas, favelas e ocupações urbanas de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Se o Programa Pólos propiciou a atuação em projetos de mediação de conflitos e de regularização fundiária, o Programa Cidade e Alteridade tornou possível a investigação das soluções institucionais encaminhadas à questão habitacional e aquelas encontradas por trabalhadoras e trabalhadores e militantes políticos, através da ocupação de terrenos informais. A inserção nos dois programas possibilitou a participação em uma extensa rede em prol da realização do direito à moradia e à vida digna em meio urbano.

Durante quatro anos, reconheci cidades na cidade de Belo Horizonte. Na Vila Acaba Mundo, por exemplo, moradores estabelecidos há mais de sessenta anos tiveram a dimensão territorial de sua comunidade reduzida, em função da expansão de uma das regiões que abrigam as classes mais altas do município. Em uma área contígua à Vila, as atividades de uma mineradora seguem provocando mudanças na coloração do

córrego que a percorre, através do despejo de produtos químicos. Em outros casos, como no Aglomerado Santa Lúcia, no Aglomerado da Serra e na Vila São Tomás, famílias removidas em decorrência da implementação do programa de urbanização Vila Viva da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte passaram a habitar apartamentos de aproximadamente trinta metros quadrados e viram-se obrigadas a conviver com uma nova forma de morar¹⁷. Se nos casos descritos a ocupação é antiga, nos últimos anos, famílias sem-teto ergueram na cidade moradias em terrenos anteriormente mantidos ociosos, formando as ocupações Dandara, Zilah Spósito, Eliana Silva, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Guarani Kaiowá, Rosa Leão, Esperança e Vitória, para mencionar alguns exemplos. Contígua à ameaça de remoção, presentificam-se nas ocupações urbanas as lutas pela realização dos direitos à moradia e à cidade.

Na cadência de episódios presenciados em cada um desses lugares, a condição de tornar-se retirado de casa, algumas vezes iminente, outras um episódio consumado, dirigiu o meu olhar e a forma de situar-me em Mariana. Trata-se aqui de um contexto distinto, nomeadamente um desastre que atingiu nevrálgicamente comunidades camponesas. Contudo, ao atingi-las, removeu-as forçosamente dos espaços nos quais constituíram suas vidas, inserindo-as em temporalidades abertas a incertezas. Respeitadas as diferenças entre as causas da remoção e os modos de vida transformados, reforço que as interseções possíveis entre os contextos direcionaram e atualizaram os modos como interpretei e fui interpelada a pesquisar o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton.

Primeiras itinerâncias

A notícia do rompimento da barragem de Fundão provocou-me de forma que, aos poucos, distanciei do projeto inicial e, por meio de visitas à Mariana e das interrogações que estas me foram suscitando, desenhei outro caminho de pesquisa. No dia cinco de novembro de 2015, estava em casa quando o noticiário informava que tremores de terra

¹⁷ Para uma análise detalhada dos processos de implementação do Programa Vila Viva nas localidades citadas, ver relatórios “Concepções sobre direito à moradia dos afetados pelo Programa Vila Viva nas vilas São Tomás e Aeroporto e no Aglomerado da Serra” (2014) e “Direito fundamental à moradia adequada: Novos olhares sobre os impactos e efeitos das políticas públicas de assentamentos e reassentamentos em aglomerados urbanos de Belo Horizonte” (2015). Os relatórios foram elaborados pelo Programa Cidade e Alteridade e estão disponíveis em: <http://www.cidadeealteridade.com.br/category/biblioteca/relatorios/>

possivelmente haviam provocado um derramamento de rejeitos minerários e deixado centenas de pessoas desabrigadas¹⁸. Busquei mais informações e percebi que estas não me permitiam visualizar o quadro do que ali se instalava. Movida por uma inquietação ou porque os trânsitos pretéritos me mobilizaram a entender os problemas a partir dos espaços em que eles se manifestam, resolvi ir à Mariana.

Na noite de 6 de novembro, tomei um ônibus para o município; dirigi-me ao Centro de Convenções, onde voluntários se movimentavam para transportar e organizar roupas, alimentos e pilhas de água engarrafadas, que chegavam como doações de diversas localidades do estado e do país. Na manhã seguinte, a tentativa de alcançar Bento Rodrigues limitou-se a uma portaria da Samarco que dava acesso ao local. Com acentuada rispidez, um funcionário afirmou a impossibilidade de avançar. As notícias, já antes de ali chegar, eram de que Bento Rodrigues havia sido isolado pela Defesa Civil de Minas Gerais por questões de segurança, algo que, em momentos posteriores, eu viria ser questionado por moradores do próprio distrito, impedidos de entrar em suas terras, ao contrário da empresa e da imprensa, que por ali circularam nos primeiros momentos da tragédia. Naquele dia, em retorno ao centro de Mariana, as perguntas dirigidas aos moradores da cidade eram devolvidas com assertivas imprecisas, seguidas de preocupações quanto às pessoas desaparecidas e aos empregos na mineração que possivelmente seriam afetados. Entre desencontros e apreensões, as primeiras notas tomadas foram vagas:

No Centro de Convenções, pilhas e pilhas de roupas e alimentos, aos quais se assomam voluntários – tentam restabelecer alguma ordem em meio ao caos. As notícias começam a chegar. Do senhor que se salvou porque correu da lama seguindo os bichos, das famílias na madrugada tentando socorrer as outras, do filho desaparecido, das mortes não anunciadas, dos alertas que vinham sendo dados, da sirene de aviso que não existiu. Entremeada no tecido da cidade, a mineração parece agora ocupar um lugar vacilante entre os atributos de benfeitora e ré.¹⁹

¹⁸ Nos primeiros dias que se sucederam ao rompimento da barragem de Fundão, agências de notícias veicularam a informação de que tremores de terra poderiam ter sido os responsáveis pelo rompimento de suas estruturas, como em KAWAGUTI (2015) e CASTRO (2015), o que não se confirmou em investigações posteriores, como será explicitado mais adiante.

¹⁹ Trecho de diário de campo, referente a 6 de novembro de 2015.



FIGURA 28: Inscrição da Samarco em uma placa de Mariana, 2015. Arquivo pessoal.

Resguardadas em um quadro impreciso, as primeiras notas encontraram linhas de sentido em outras viagens a Mariana, quando pude então conhecer as moradoras e moradores dos distritos atingidos, que dimensionaram o desastre a partir de suas vozes. Meu acompanhamento do processo, em um primeiro momento, foi possível em função da ligação estabelecida com o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais (CAODH/MPMG)²⁰, onde havia estagiado durante a graduação e que atuou em Mariana em conjunto com a promotoria local. A presença em audiências judiciais, reuniões e atendimentos às moradoras e moradores viabilizou o acompanhamento das narrativas emergentes sobre o desastre.

Ainda em dezembro de 2015, assisti a uma reunião organizada pelo Ministério Público de Minas Gerais entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e moradores de Mariana e Barra Longa, que enunciaram denúncias referentes às afetações em suas vidas. Demandavam, àquela altura, a

²⁰ O CAODH é responsável por orientar, articular e integrar as Promotorias de Justiça com atuação na defesa dos direitos humanos em Minas Gerais: "(...) é um órgão auxiliar da atuação funcional dos membros do MPMG, com atuação em todo o estado, voltado a oferecer suporte técnico e operacional para a atuação dos promotores de Justiça nessa área. Também tem a função de contribuir para a interlocução entre diversos atores da sociedade civil e com o poder público quando o assunto se refere à temática de direitos humanos" (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2016a, p. 28).

responsabilização da Samarco (Vale/ BHP Billiton) e do Estado para que lhes fosse possível desvencilhar do panorama de completa incerteza em que começavam a imergir. Bem próxima ao Natal, a reunião serviu para que as famílias pronunciassem a esperança de passar as datas comemorativas de final de ano em casas que deveriam ser alugadas pela Samarco, saindo então dos hotéis onde estavam alocadas temporariamente. Outros sujeitos, por sua vez, tornaram públicas as alegações sobre a falta de aviso da mineradora quanto ao rompimento da barragem: “Se algum funcionário da Samarco tivesse saído a pé de Mariana com um megafone avisando o desastre teria chegado a tempo em Barra Longa e teríamos salvado muita coisa”²¹, apontou um morador da cidade localizada a setenta quilômetros de Mariana.

Aos questionamentos embargados, faziam sombras incertezas que destituíam aquelas famílias da possibilidade de imaginar os próximos dias. Os depoimentos apontam para lacunas produzidas pela empresa, que formavam um quadro impreciso de futuro e sinalizavam um modo de agir que seria verificado ao longo das negociações.



FIGURA 29: Moradores atingidos, representantes da ONU e do Ministério Público em reunião, Mariana, 12.12.15. Arquivo pessoal.

²¹ ONU ouve denúncias de atingidos em Mariana. MAB Nacional, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/onu-ouve-den-ncias-atingidos-em-mariana>. Acesso em: 06 jun. 2017.

Nos primeiros meses de 2016, retornos a Mariana foram substanciais para que ali eu assentasse a pesquisa e me debruçasse naquilo que o desastre dizia respeito às afetações produzidas sobre as vidas dos moradores e moradoras e às reverberações do tratamento institucional que lhes era endereçado. Dentre as reuniões e audiências que acompanhei nesse ano, uma das primeiras que mobilizou a minha atenção ocorreu na manhã de 20 de janeiro, em meio a pilhas de processos judiciais que se amontoavam em uma sala estreita do Fórum de Mariana, quando foram discutidos os critérios de indenização às famílias. Ao redor da mesa que ocupava a maior parte da sala, estavam advogados da Samarco, Vale e BHP Billiton, moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e representantes do Ministério Público. Circunscrevendo o espaço, cadeiras foram postas para as pessoas interessadas em acompanhar a negociação. Na maioria delas, sentaram-se outros representantes da empresa, além de alguns moradores, técnicos do Ministério Público e pesquisadores. Os advogados das mineradoras tentaram restringir a entrada de mais pessoas interessadas em acompanhar a audiência e da imprensa.

A advogada tenta forçar um sorriso de simpatia aos moradores, outros dois advogados observam, por vezes fazem comentários incisivos: são para que a empresa não ceda em nenhum ponto do acordo. Do outro lado da mesa, três moradores, sem advogados que lhes representem.²²

Na audiência, as empresas esmiuçaram o acordo que estava sendo firmado junto ao Ministério Público, questionaram a forma proposta para as indenizações, reclamaram que se encontravam sobrecarregadas, que não podiam fazer mais acordos. Solicitaram a interrupção das negociações para que estas se transferissem da comarca de Mariana para o âmbito federal do Estado e fizeram interferências na redação da ata.

A partir da Ação Civil Pública ajuizada em dezembro de 2015, foram estabelecidos três critérios de antecipação à indenização: vinte mil reais para quem perdeu a casa onde morava, dez mil reais para quem perdeu casa de fim de semana e cem mil reais referentes à perda de familiares. Para trabalhadores que perderam renda, definiu-se o pagamento de um salário mínimo mensal pela Samarco, além de 20% do valor para cada dependente. A partir desses critérios, deveriam se encaixar os atingidos e atingidas. Porém, deixaram aí de ser abarcadas relações socioespaciais

²² Trecho de diário de campo, referente a 20 de janeiro de 2016.

irredutíveis a questões de propriedade. Muitas famílias não incluídas no acordo recorreram a atendimentos no Ministério Público.

A partir de abril de 2016, acompanhei uma série desses atendimentos, que eram realizados semanalmente no Fórum de Mariana. Meu objetivo era perceber, através dos relatos, de que formas as moradoras e moradores tinham sido afetados e como, a partir daí, poderia ser definida a pesquisa. Iniciados em janeiro de 2016, os atendimentos eram realizados por dois servidores do CAODH, deslocados de Belo Horizonte para essa função. Acompanhei seis dias de atendimentos, cada um deles com duração mínima de quatro horas, concentrados entre os meses de abril e maio de 2016. Em algumas ocasiões, faltava sala para o trabalho; em outras, se os oficiais não podiam comparecer para cumprirem as demandas em Belo Horizonte, não havia atendimento e, em quase todos os dias, o tempo era curto para todos os moradores, que formavam filas de espera. Ao perceber que muitos aguardavam horas, propus a organização de um quadro de agendamentos que minimizou, um pouco, o tempo em aguardo. Neste excerto, evoco a cena de um dia de escuta, ocorrida já no segundo semestre de 2016:

Chegamos em Mariana por volta do meio dia, almoçamos e nos dirigimos ao Fórum para realizar os atendimentos. Não havia sala e o oficial buscou outro espaço, o que atrasou o trabalho. Dirigimo-nos a uma sala no Juizado Especial Criminal, ao lado do Fórum. Lá havia uma mesa que ocupava quase toda a sala e foi providenciado um computador, porém a sala ficava entre outras seções do Juizado, o que fazia com que alguns funcionários se deslocassem por ali durante os atendimentos. O oficial relatou que reiteradas vezes têm chegado ao Fórum e lidado com a falta de salas. Os atendimentos iniciam-se às 13 horas e o último agendamento é para as 17 horas, com duração prevista de 30 minutos cada um. Neste dia, estavam agendados cinco atendimentos, mas como estes têm demorado cerca de uma hora, o tempo de espera dos moradores alongou-se. Além da pouca estrutura para uma sala adequada, a demanda por atendimentos é grande, passado quase um ano desde o rompimento da barragem. Aqueles que chegam trazem como razão principal o fato de não terem sido reconhecidos pela Samarco nos critérios de antecipação de indenização estabelecidos a partir da Ação Civil Pública de dezembro de 2015.²³

O relato aponta para a insuficiência de pessoal e para a inapropriação do espaço para abarcar a totalidade das demandas, embora tenha havido uma mobilização institucional para ouvir os casos. A estrutura disponibilizada pelo Ministério Público frente ao número de atendimentos sinalizava também a extensão dos problemas, bem como a premência de resoluções que exigiam atenção para a

²³ Trecho de diário de campo, referente a 20 de janeiro de 2016.

especificidade das situações. Quanto aos relatos, estes demarcavam uma amplitude de relações estabelecidas com o lugar, não abarcadas nos estritos termos constantes em acordos. Demandas urgentes e seguidas de narrativas de sofrimento anunciavam a subtração de atividades que garantam sustento e modos de vida. Ainda, muitas afetações acumulavam ingerências de histórias pretéritas, como no caso de um dos atendidos:

Nilton é negro, aparenta pouco mais de trinta anos, fala com o olhar baixo. Morava com a mãe em Bento. Nos fundos da casa havia um galinheiro onde criava mais de uma centena de galinhas. Tirava um dinheiro com a venda dos ovos e animais. Já há algum tempo estava sem trabalho formal, pois rompeu os ligamentos do punho e adquiriu um problema na coluna, ambos causados pelo excesso de peso nos serviços que fazia como pedreiro desde os quatorze anos de idade. Está morando com a mãe em uma casa alugada pela Samarco. A empresa o considerou dependente dela. Desse modo, a parte que lhe cabe do “benefício” mensal concedido pela Samarco em acordo feito junto ao Ministério Público é de pouco mais de cem reais, ou 20% de um salário mínimo. Por mês, alega precisar pagar mais de quinhentos reais de pensão às filhas.²⁴

O atendido também relatou a intenção, quando ainda morava em Bento Rodrigues, de ampliar o galinheiro para complementar a renda. Com o rompimento da barragem, além do projeto ter sido interrompido, passou a depender da ajuda da mãe para manter-se. Outro caso, de um morador de Paracatu de Baixo, revela a dificuldade de reconhecimento como atingido a quem, embora não tivesse perdido a casa, viu-se restringido das condições de habitabilidade dos terrenos. No caso do José Carlos, a Defesa Civil solicitou que ele procurasse a Samarco, já que, embora sua casa estivesse erguida, encontrava-se sob risco. A empresa o alojou em um hotel, porém, enquanto via outros moradores sendo realocados em casas alugadas, sua situação não avançava:

José Carlos mora há seis meses em um hotel em Mariana. Morava ano e meio em uma casa que ele mesmo construiu em Paracatu de Baixo. A lama passou e sua casa ficou de pé, mas ao redor tudo foi destruído. No dia nove de novembro de 2015, a Defesa Civil entregou a ele uma solicitação, indicando que aquela era uma área de risco e que ele deveria sair dali. Esse senhor procurou a Samarco, que o colocou em um hotel. Não lhe providenciou casa, cartão com um salário mínimo mensal ou antecipação de indenização, como fez com os moradores que perderam casa. O argumento: a casa está lá e ele pode voltar, pois já instalaram sirenes de aviso; ainda, a Defesa Civil *solicitou* a sua saída, não o *notificou*. José Carlos perdeu o quintal, já não pode cultivar os coqueiros que plantou, nem os tomates que pretendia vender. A casa dos vizinhos foi derrubada, eles não estão mais em Paracatu. Às vezes, diz que vai até lá, só

²⁴ Trecho de diário de campo, referente a 19 de abril de 2016.

abre a porta e vê se está tudo certo. Não consegue voltar a morar ali, reviver o que aconteceu.²⁵

Por mais de seis meses, José Carlos viu sua autonomia relativamente circunscrita ao espaço de um quarto de hotel. Precisou adequar-se às rotinas do lugar, aos horários definidos para as refeições e para o funcionamento regular do estabelecimento. Teve seus planos interrompidos e encontrava-se numa situação de indefinição entre ser reconhecido enquanto atingido ou não ter direito a ressarcimento algum. Assim como no caso do José Carlos, em outros distritos alcançados pela lama, embora algumas casas não tenham sido atingidas, moradores viram seus planos interrompidos e o comprometimento de suas plantações e animais. Nesses casos, contudo, pareciam não ter o perfil necessário para serem abarcados enquanto atingidos. Um agricultor de Campinas relatou a situação local, as perdas sofridas e não reconhecidas pela Samarco (Vale/ BHP Billiton) quando solicitou o auxílio:

Em Campinas, José Inácio diz que continua a poeira; é preciso lavar bem as laranjas e as folhas que restaram, antes de comer. As bananeiras estão morrendo pouco a pouco, por conta da lama que infestou o solo. Com sua simplicidade, o morador escreveu em uma folha de caderno suas perdas, ainda não reavidas: a renda de leite, as cercas, o pasto, a cana, o capim, a banana, o inhame, o mamão, o abacate, a batata doce, a mandioca, o chuchu. Os animais, teve que vender. Ao final da lista, escreve: “foi todo devorado pela lama da enchente, perdi terra arada que eu ia plantar, a lama tomou conta”.²⁶

Ao contrário de um episódio encerrado em si mesmo, o desastre passou a reverberar no dia a dia das atingidas e atingidos sob diversas formas: mudanças na alimentação devidas às perdas nas áreas de cultivo e ao preço elevado dos alimentos no centro urbano de Mariana; convivência com o pó dos rejeitos e com a morte lenta de espécies vegetais; perda da casa e da comunidade e mudança para um centro urbano cujas práticas são distintas daquelas longamente aprendidas. A essas questões, somou-se a instabilidade e a incerteza como condições permanente do novo horizonte de ação das famílias.

Retornando aos itinerários de pesquisa, estes alardeavam para o fato de que o desastre, desdobrando nos mais diversos recantos da vida cotidiana, teria consequências que se reverberariam no tempo. As diversas formas de afetação não cabiam nos termos celebrados em acordos; a mudança para um centro urbano não

²⁵ Trecho de diário de campo, referente a 19 de abril de 2016.

²⁶ Trecho de diário de campo, referente a 19 de abril de 2016.

comportava modos de vida agora guardados em memórias; o precário controle das vítimas sobre processos que lhes incidiam produzia violências e alongava sofrimentos.

Em cada retorno a Belo Horizonte, tentava recompor as paisagens contadas pelas moradoras e moradores ou compreender a profundidade das afetações que às vezes chegavam em frases escapadas durante conversas ou atendimentos. Também esmiuçava meu extremo desconforto ao presenciar reuniões com as mineradoras: além de notar que as negociações se faziam entre partes que mantinam posições de poder desiguais, mantinha-me em um lugar inquietante de pesquisadora ou de alguém que começava a investigar paisagens e histórias radicalmente alteradas.

O terreno em que eu ensaiava entradas era delicado e complexo. Minha chegada foi lenta, já que eu via moradoras e moradores assediados pela imprensa e diante de um quadro novo em suas vidas. Perguntava-me em que pontos acompanhar tais processos era pertinente ou poderia redundar em novas formas de violência. Contudo, a aproximação com o campo e a própria noção dos silenciamentos que se engendravam fez-me entender ser valioso, naquele momento, recuperar as cenas de um contexto que não encontravam espelho no centro de Mariana e estavam sendo perdidas nos processos de negociação, cujos vocabulários em muito diferenciavam-se daqueles aprendidos pelas atingidas e atingidos. A perspectiva etnográfica me permitiu lançar mão de uma série de instrumentos para alcançar a complexidade do contexto e acompanhar as transformações em curso.

Construir um conhecimento de fronteira

Tu não usas uma metodologia. Tu és a metodologia que usas. (Ou: tu não chegas a um resultado. Tu chegas a uma metodologia.
Ou ainda: tu não provas um facto ou uma teoria, tu provas uma metodologia)
(TAVARES, 2006).

As escolhas dos caminhos e dos modos de orientar-se na pesquisa relacionam-se ao arcabouço teórico e às experiências de mundo acumuladas pelo(a) pesquisador(a), sendo que, na medida em que caminha a investigação, novos modos de fazer se agregam e afinam o encontro com a metodologia mais acertada. Neste caso, as primeiras itinerâncias e as singularidades trazidas diante da mudança em relação ao tema inicialmente proposto refletiram na busca por entendimentos que cotejou áreas

fronteiriças do conhecimento. O campo e as questões emergidas a partir daí instruíram a busca por novos espaços na universidade onde eu pudesse estabelecer conexões entre disciplinas distintas, bem como confrontá-las aos aprendizados adquiridos.

Percorrer a trajetória entre as experiências nos distritos afetados e aquelas que parecem não encontrar lugar no centro de Mariana reclamou, portanto, lançar mão da interdisciplinaridade como caminho. Diante de um desastre profundo, difícil de apreender em toda a sua complexidade, conhecimentos fronteiriços da psicologia, do urbanismo, da antropologia e da sociologia articularam-se na construção de interpretações e análises. Inserido de tal modo em uma zona de transitoriedade, o trabalho representou a tentativa de habitar lugares marcados pelo sofrimento através de uma linguagem de fronteira.

A ocupação marginal em relação aos conhecimentos disciplinares permitiu-me alcançar movimentos recíprocos de condução do olhar através da teoria e de abertura para novas teorias a partir das atividades em campo. Contrariamente a um trabalho guiado estritamente por um marco teórico, privilegiei o encontro com novos autores a partir de questões que o campo de pesquisa endereçava, trilhando assim um caminho a partir da ação. Nesse sentido, a formação basilar em Psicologia e o mestrado inserido em uma escola de Arquitetura e Urbanismo estimularam articulações entre as noções de espaço e subjetividade ou, mais detidamente, alertaram-me para os modos como as afetações sentidas pelos atingidos e atingidas pelo desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton correlacionam-se à perda ou à transformação de modos de vida. Ademais, o terreno de pesquisa reclamou por um conhecimento contextualizado, em que qualquer inferência tivesse em vista aspectos de cunho sociopolítico ou movimentos de amplas escalas, como é o caso da incidência da mineração e do modelo de desenvolvimento no município de Mariana.

O endereçamento dado pelo tema de pesquisa a outras áreas do conhecimento estimulou, sobretudo, o encontro com procedimentos e metodologias que correspondessem às expectativas de elaborar compreensões diante dos objetivos propostos, dando conta de explorar a riqueza e a diversidade do campo, bem como as situações particularmente experimentadas a partir daí. Nesse sentido, as viagens entre cosmologias de sentidos que permitiram o encontro com a Antropologia terminaram por ancorar a pesquisa em sua inspiração etnográfica, que nutriu modos de caminhar e de fazer ou, melhor dizendo, sustentou as travessias entre o campo e a escrita.

James Clifford (2011), ao situar o leitor nos diferentes paradigmas da etnografia, afirma que têm vindo à tona paradigmas discursivos de diálogo e polifonia na disciplina antropológica. Nesse panorama, assume-se que o campo produz conhecimento através de intenso trabalho intersubjetivo, marcando o atravessamento da etnografia e de sua linguagem por outras subjetividades. O fazer etnográfico apreende-se como negociação construtiva envolvendo pelo menos dois sujeitos, que criam significados a partir da interlocução e do contexto em que estão inseridos. A pesquisa, demarcada dessa forma no campo discursivo, remete a uma negociação constante e à construção de um mundo de significados. E, justamente por situar-se nesse processo dialógico, não há neutralidade de posições entre os interlocutores: “Não há nenhuma posição neutra no campo de poder dos posicionamentos discursivos, numa cambiante matriz de relacionamento de eu e vocês” (CLIFFORD, 2011, p. 42).

Por possibilitarem, como pontuado por Mariza Peirano (2014), a exploração do inesperado e a surpresa, o alcance do olhar para a diversidade cultural, o questionamento de certezas e a inconformidade com pré-definições, as formulações teórico-etnográficas guiaram-me no campo. A etnografia, segundo a antropóloga, localiza-se como experiência dependente da biografia do pesquisador, das suas opções teóricas, do contexto sócio-histórico em que está inserido e das imprevisíveis situações encontradas no cotidiano. Sobretudo, define-se enquanto uma prática que desafia os conceitos teóricos ao submetê-los às experiências, estas, por sua vez, marcadas pela “procura incessante do diálogo com o outro” (PEIRANO, 1991, p. 44). Esse diálogo ou o encontro com quem que se constituiu diante do pesquisador em sua diferença, torna a experiência em campo fundamental para o conhecimento disciplinar. Por todas essas questões, a antropóloga não limita a etnografia a uma metodologia ou prática de pesquisa, nomeando-a, em outro momento, como teoria vivida: “etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação” (PEIRANO, 2008, p. 03).

Em concordância com a autora, Urpi Uriarte ressalta a interdependência entre teoria e prática na etnografia: “A teoria e a prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria” (2012, p. 171). Conduz nosso raciocínio ponderando que, mesmo que sejam indissociáveis, a realidade sempre supera a teoria da qual o campo é perpassado. Este sempre surpreende e desestabiliza o pensamento e o sentimento do pesquisador e, ao fazê-lo, produz desenraizamento ou uma visão de

mundo de forma descentrada. Para essa autora, a etnografia é marcada pelo interesse pela alteridade, pela outredade, como o lugar para pensar a diferença, daí a importância de conviver e ouvir os sujeitos cujas trajetórias pretendemos compreender: “É um ouvir que dá a palavra, não para ouvir o que queremos, mas para ouvir o que os nossos interlocutores têm a dizer” (URIARTE, 2012, p. 176).

Assumindo as prerrogativas acima descritas, trabalhei no campo de uma forma que este me abrisse à sua complexidade, privilegiando exercícios de compreensão através da interlocução com as transformações vividas pelos atingidos e atingidas. Cabe pontuar que, embora tenha chegado à Mariana de maneira aproximada do Ministério Público, com o tempo pude realizar um trabalho no qual o campo me guiasse com mais autonomia, o que tornou possível a aproximação direta com os sujeitos e encadeamentos mais autênticos a partir daí.

Destaco ainda o breve vínculo, no início da pesquisa, com a organização Arquitectas Sem Fronteiras (ASF), que em Mariana buscou conhecer as territorialidades atingidas e auxiliar no processo de reconstrução das comunidades. À época, acompanhei a equipe na elaboração de mapas colaborativos com famílias de Paracatu de Baixo, em um processo no qual elas representavam suas casas e lugares comuns em uma planta simples da comunidade. Por entender que o caso demandava uma aproximação mais lenta com os moradores, distinta daquilo que o projeto propunha, resolvi me desvincular da organização e seguir autonomamente em campo.

Por fim, se as primeiras itinerâncias levaram à tomada de uma posição autônoma no campo e à ocupação fronteira de áreas do conhecimento, refletiram também na construção de instrumentos que, assentes na inspiração etnográfica, estimularam o uso dos sentidos para apreender e afetar-me diante da complexidade mencionada.

Ver, ouvir, escrever

Eu ia muito à opera no São Carlos, no Teatro de Ópera de Lisboa. E ia sempre lá pro galinheiro, lá pra parte de cima, de onde via uma coroa, quer dizer, o camarote real começava embaixo e ia até lá em cima e fechava com uma coroa dourada enorme. Coroa essa que vista do lado da plateia e do lado dos camarotes era uma coroa magnífica. Do lado onde nós estávamos, não era. Porque a coroa só estava feita entre as quartas partes; e era oca; e tinha teias de aranha; e tinha pó. Isso foi uma lição que eu nunca esqueci. Para conhecer as coisas, há que dar-lhes a volta. Dar-lhes a volta toda.

(José Saramago, documentário Janela da Alma)

À medida que as questões de pesquisa emergiram, os instrumentos necessários para deslindá-las e que permitiram situar-me no terreno foram se configurando. Por tratar-se, como já mencionado, de um contexto complexo, em que diferentes espaços e discursos interagem para a produção do cotidiano dos moradores, precisei circular por entre esses espaços e convocar o uso de instrumentos diversos, que me permitissem viajar entre narrativas nas quais se situam memórias, violências, sofrimentos e resistências.

Dar a volta por entre as coisas significou, neste caso, lançar mão dos sentidos que possibilitassem implicar meu corpo no campo e, assim, investigar o desastre na medida do tempo em que ele ocorre, sem perder de vista as suas magnitudes, suas interseções com o contexto social e político de Mariana, bem como suas implicações na vida íntima de quem por ele foi afetado ou afetada. Tendo em mente a necessidade de compreensão da realidade enunciada, a busca foi por caminhos que engendrassem novos lugares a partir dos quais pudesse ver, ouvir e escrever, o que implicou em aberturas e escolhas quanto aos modos de conduzir-me.

A empiria e o uso dos sentidos constituem o chão de qualquer trabalho que se nutre da perspectiva etnográfica: “A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afetam os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fontes de renovação” (PEIRANO, 2014, p. 380). Neste trabalho, o uso da *imagem* a partir da caminhada pelos lugares atingidos, a realização de entrevistas e de *conversações* com moradoras e moradores, a *observação* de espaços de negociação e a participação em atividades acadêmicas e de mobilização política constituíram a base da escrita, depositada inicialmente em *diários*.

Com uma câmera fotográfica que me acompanhou durante todas as visitas às localidades atingidas, produzi imagens que me permitissem alcançar o desastre a partir das suas cores e formas, da materialidade dos objetos em estado de transformação. Ao longo da pesquisa, demorei-me entre casas e ruas com as quais fui me familiarizando ao mesmo tempo em que conhecia as vozes que constituíram naqueles lugares as mais longínquas pertencas. Na composição deste trabalho, as fotografias vieram destacadas, constituindo breves ensaios entre os capítulos. Trato-as não como apêndice ou meros

suportes ao texto, mas como narrativas capazes de dizer o campo, a partir de tais deambulações, no mesmo patamar da escrita.

As fotografias evocam silêncios e aludem presenças, carregam a potencialidade de desestabilizar o olhar e de conhecer novas maneiras de apreender o espaço. Neste caso, maneiras que ensejam além das ideias de desmantelamento ou soterramento, mas que vislumbram as formas, as atividades e as funções antes desempenhadas naqueles distritos, alteradas com a inundação marrom. Mais do que a documentação dos fatos, as fotografias evidenciam sensibilidades por serem investigadas, em diálogo com a materialidade dos lugares.

Tal materialidade foi trazida por meio do registro daquilo que o olho vê, a imagem próxima, que concede atenção aos detalhes, aos pequenos espaços que sinalizam as vozes que ali habitaram. Contrariamente às imagens aéreas, circuladas amplamente em veículos midiáticos, priorizei as marcas deixadas pela lama em objetos de pertença, nas casas e nas árvores, no bar, no ponto de ônibus, na sala de aula, na quadra de esportes, nas igrejas. Se, por um lado, as fotografias aéreas capturam a tragédia através da extensão dos rios e dos vilarejos encobertos pela lama, por outro, apenas a imagem próxima remete ao desastre dimensionado a partir das suas afetações no registro da vida cotidiana. Para o professor Eduardo Sterzi, em análise ao ensaio fotográfico “Deserto Vermelho”, de Bruno Veiga,

(...) a catástrofe parece exigir um olhar capaz de movimentar-se entre o plano máximo (o território totalmente modificado, as populações afetadas, os rios destruídos, os reflexos no oceano etc.) e o plano mínimo (não só a extinção de algumas espécies, mas cada animal morto; não só as comunidades deslocadas, mas cada objeto deixado para trás...) (STERZI, 2016).

Em plano mínimo, visitar o lugar a partir das imagens que ele projeta possibilita notar as horas lentas que remanescem da destruição e parecem, em um primeiro momento, manter ruas e casas em uma temporalidade submersa. Contudo, as fotografias produzidas em momentos distintos dão conta das mudanças na paisagem, para onde confluem processos naturais e politicamente engendrados: a cor do rio, a planta crescendo na porta de casa, a remoção de trechos da lama para abrir passagens, a instalação de placas e cercas que, ao interferirem na cena da tragédia, enunciam a presença de atores em disputa sobre o lugar.

O exercício imagético implica, por fim, em vislumbrar as paisagens de outrora e

as ocupações que ali se cumpriam, bem como a desordem subjetiva provocada pelo desastre. Ao dar conta de que resistem à tragédia subjetividades feridas, optei por não apontar a câmera para os habitantes dos distritos, muitos dos quais não tive a oportunidade de fazer reiteradas visitas, que entendia necessárias para a realização dos ensaios. Por outro lado, o tempo demorado nos lugares evidenciou-se significativo para engendrar empatia por quem mais legitimamente os conta.

Ouvir os moradores e moradoras constituiu-se em outro momento da pesquisa, quando procurei, no perímetro urbano de Mariana ou visitando quem segue morando nas zonas atingidas em Pedras e Campinas, conhecer suas histórias, tornadas viajadas em relação aos espaços anteriormente ocupados. Entrevistas semi-estruturadas e *conversações* permitiram incursar mais profundamente sobre as afetações produzidas pelo desastre e ser testemunho articulado em relação àquilo que as pessoas viveram. Nomeio conversações as trocas estabelecidas em ocasiões informais, entre reuniões, nos intervalos das audiências ou nas visitas aos distritos. Já as entrevistas semi-estruturadas, antes de constituírem-se em um enunciado de questões, compuseram-se de convites à partilha de experiências, tendo sido o roteiro de perguntas (anexo I) memorizado e trazido à tona conforme o correr de cada diálogo, a depender da evocação das lembranças pelos interlocutores e interlocutoras. Ao todo, foram entrevistadas vinte e oito pessoas, entre moradoras e moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras e Campinas, homens e mulheres, adultos e idosos, mais ou menos mobilizados no que se refere à participação em espaços para a garantia de reparação dos danos sofridos. Nas entrevistas, respeitei o direito das pessoas não dizerem. Às vezes, por não termos suficiente intimidade, outras, porque as palavras ditas lhes desencadeariam dor ou, ainda, por um temor de que alguma fala em tom de denúncia reverberasse negativamente. Por conta dos objetivos estabelecidos na pesquisa, dei relevo a ouvir a diversidade de vozes atingidas. Durante o trabalho, contudo, foram entrevistados também representantes do Ministério Público de Minas Gerais, no Movimento dos Atingidos por Barragens, da assessoria técnica contratada como suporte aos atingidos e atingidas e da Fundação Renova, quando tencionei retirar algumas dúvidas sobre os processos que se instalavam e alcançar o quadro das situações postas a partir daí.

Gravadas em áudio e com termos de consentimento livre e esclarecido colhidos, as entrevistas foram realizadas, em sua maioria, entre novembro e dezembro de 2016,

quando fiz uma imersão de um mês em Mariana. No campo, conheci dois outros pesquisadores, com os quais realizei entrevistas conjuntas, em função dos temas de pesquisa que em diversos pontos convergiam-se e, também, do cuidado em evitar o assédio às atingidas e atingidos por solicitar a repetição de suas histórias. Cinco dessas entrevistas foram realizadas com o doutorando Marcos Calazans, da Faculdade de Educação da UFMG, e cinco com a Letícia Barreto, pós-doutoranda do Observatório Interinstitucional do Desastre Mariana – Rio Doce²⁷. Além da cumplicidade exercida durante as entrevistas realizadas conjuntamente, os debates que as seguiram contribuíram, em boa medida, para a escrita da dissertação.

Optei por realizar as entrevistas após um longo período de inserção em Mariana, já que intencionava um contato prévio com as moradoras e moradores e com seus novos contextos de vida. Acompanhei, nesse sentido, algumas orientações dadas pelo professor Carlos Brandão sobre o trabalho de campo, segundo o qual este configura-se como o estabelecimento de relações produtoras de conhecimento que carregam uma forte dimensão de subjetividade. Em função disso, com o campo e com nossos interlocutores é primordial uma aproximação lenta, tornada assim respeitosa, não invasiva nem imediatista no que se refere à coleta de dados. São necessidades evocadas pelo autor:

Conviver, espreitar dentro daquele contexto o que eu chamaria o primeiro nível do sentir, sentir como é que o lugar é, como é que as pessoas são, como é que eu me deixo envolver. Isso é muito bom, porque faz com que a gente entre pela porta da frente e entre devagar. E por outro lado, é bom também porque essa lenta entrada, eu diria essa mineira entrada, não tem aquela característica de um trabalho invasor em que as pessoas se sentem de repente visitadas por um sujeito que mal chegou ao lugar, saltou do carro e começou a aplicar um questionário (BRANDÃO, 20017, p. 14).

Tais considerações remeteram-me ao que foi proposto por Johannes Fabian que, também ao refletir sobre o trabalho de campo, afirmou que as pessoas com quem estabelecemos contato não são meras fontes de informação e, por tal razão, a objetividade refletida no resultado da pesquisa deve basear-se na intersubjetividade.

²⁷ Com a participação de pesquisadores da UFMG, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Observatório Interinstitucional do Desastre Mariana – Rio Doce objetiva apontar, em trabalho conjunto e no escopo de atribuições das universidades públicas, possíveis alternativas e soluções aos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. A iniciativa é apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Informações disponíveis em: <<https://www2.ufmg.br/proex/Noticias/Noticias/observatorio-mariana>>. Acesso em: 31/12/17.

Esta, por sua vez, é alcançada apenas através da interação comunicativa, ocorrida quando há compartilhamento do tempo, por ele nomeada coetaneidade: “A pesquisa empírica em etnografia não é apenas uma questão de sincronia, é uma questão de coetaneidade (...). Não haveria uma prática etnográfica se não houvesse tal compartilhamento do tempo” (FABIAN, 2006, p. 510).

As aproximações previamente ocorridas e o tempo doado pelas moradoras e moradores por meio das visitas aos lugares atingidos, das conversas entre as reuniões e atendimentos permitiram, mais do que estabelecer os meus primeiros entendimentos sobre o campo, alcançar um sentido de reciprocidade nas trocas havidas, possibilitando, em seguida, dimensionar as vicissitudes desencadeadas pelo desastre. Nesses primeiros momentos, ocorreram também situações em que os conhecidos me indicavam antigos vizinhos, em especial os habitantes mais velhos das localidades, que julgavam guardar histórias pertinentes à realização da pesquisa.

Entrevistar moradoras e moradores de diferentes distritos foi uma decisão tomada em função de variadas razões. Em primeiro lugar, pelo fato de tê-los encontrado em tais aproximações iniciais, quando percebi que, se haviam particularidades vividas pelos habitantes dos distintos lugares, haviam também formas de afetação que se interseccionavam, merecendo então investigações mais aguçadas. Além disso, intencionei destacar o lastro provocado pelo desastre nas diversas localidades de Mariana, de maneira distinta ao relevo concedido, em especial nos veículos midiáticos, sobre Bento Rodrigues e, em seguida, Paracatu de Baixo. Ao conhecer Pedras e Campinas pude visualizar, de modo mais perspicaz, a extensão e a profundidade das mudanças nos distritos. Por fim, ao conhecer quem segue na tentativa de reproduzir seus cotidianos em zonas afetadas, pude vislumbrar os modos de vidas dos habitantes de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, tendo ciência dos limites das comparações que a partir daí poderiam ser aludidas.

Com as entrevistas, busquei perseguir as transformações nas vidas das moradoras e moradores e os sentidos apostos ao desastre: de que forma habitavam os lugares do passado, como têm se organizado na relação com as perdas, como estão reinventando a vida e quais as perspectivas de futuro que por ora se esboçam. Auscultar o cotidiano implicou em apreender expressões de dor, sofrimento e resistência que ecoam em processos individuais e coletivos onde atingidas e atingidos se situam. Nesse sentido, busquei apreender o desastre na dimensão dos corpos atingidos, dos corpos

que sofrem e que tentam encontrar, para suas afetações, um lugar na linguagem.

Se, conforme afirmou Jorge Larrosa Bondía, “as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação” (2002, p. 20-21), é especialmente por meio delas que as atingidas e os atingidos vêm construindo formulações sobre o que tem sido conviver diariamente com o desastre e sobre o que ele é. Recuperando as considerações do autor, as palavras dão sentido àquilo que somos e àquilo que nos acontece e, por isso, constroem nosso mundo, ligando-se assim à materialidade que nos circunscreve:

(...) atividades como considerar as palavras, criticar as palavras, eleger as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras etc. não são atividades ocas ou vazias, não são mero palavrório. Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos (...). As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras (ibidem, p. 21).

Por outro lado, se a falta de sentidos pode corresponder, inicialmente, à falta de palavras, o silêncio merece também ser trabalhado e interpretado, incluindo-se aí outras formas de significar a experiência que se dá, muitas vezes, no intervalo das vozes: é preciso investigar o que o corpo fala, por meio da dor e dos adoecimentos e das figuras evocadas em momentos de entrevistas, como as caixas de remédios buscadas no quarto onde se dorme.

Conjugado ao trabalho realizado com as imagens e às conversações estabelecidas, as itinerâncias metodológicas fizeram-se da *observação* de reuniões e audiências públicas entre representantes das comunidades, poder público e empresas, reuniões das comissões de moradores, eventos de mobilização dos atingidos, além dos atendimentos realizados no Ministério Público, já mencionados. As observações em tais espaços, mais densamente cumpridas durante o período de imersão contribuíram, ao mesmo tempo, para a compreensão do contexto em que se enunciavam as vozes das atingidas e dos atingidos e se proliferavam discursos sobre o desastre. Novamente, aqui, as palavras se impuseram, desta vez como jogos: “(...) as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras palavras são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras” (BONDÍA, 2002, p. 21). A

observação dos discursos que acendiam os encaminhamentos dados ao rompimento da barragem permitiu alcançar a diversidade de atores presentes em campo, as formas de cada um deles significar o desastre e a incidência desses significados nas vidas de quem perdeu seus espaços de criação e manutenção da vida. Sobretudo, o acompanhamento das negociações iluminou a percepção da produção de um desastre continuado²⁸, em função das angústias e incertezas que esses processos, antes de solucionarem, fazem proliferar.

As situações observadas, cujo detalhamento encontra-se no anexo II, foram anotadas em um diário de campo ou, simplesmente, *diário*. Em mais de duzentas páginas digitalizadas discorri, tentando alcançar o máximo de detalhes possível, sobre os autores, os discursos e os espaços a eles circunscritos. Coube ao diário abrigar também notas sobre as entrevistas, sobre as visitas aos distritos e impressões a partir de caminhadas realizadas no centro de Mariana, ocasiões em que pude verificar uma marcada hostilização sobre atingidas e atingidos. Por fim, imprimiram-se nessas linhas as dúvidas, os questionamentos e as angústias relacionadas à pesquisa em um desastre densamente povoado pelo continuado sofrimento.

Antes de encerrar esta seção, destaco ainda que os itinerários de pesquisa se fizeram com o estabelecimento de diálogos junto a uma rede de apoio aos atingidos, à participação em atividades de mobilização política e à inserção em grupos de pesquisa. Circulei por esses lugares na expectativa de alcançar o desastre desde os enfoques dados por distintos atores e exercitar compreensões a partir daí.

A contar de novembro de 2015, uma série de grupos têm se articulado com as vítimas e atuado em defesa dos seus direitos. Nutridos com perspectivas diversas e formas singulares de inserção nas arenas de conflitos, destaco a presença do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do coletivo Um Minuto de Sirene, da Assessoria Técnica aos atingidos, do Fórum Acolher e de núcleos acadêmicos constituídos pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da UFMG e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA) da UFOP²⁹.

O MAB atua nacionalmente na organização de famílias atingidas por barragens

²⁸ No capítulo seguinte, discutirei mais detidamente a noção de desastre e o seu entendimento como um processo continuado.

²⁹ Embora em Mariana atuem outros grupos, reitero a menção feita àqueles com os quais estabeleci interlocuções durante o campo, que têm presença estendida no território e que foram mencionados pelos moradores durante as entrevistas.

para a defesa dos seus direitos. A formação do movimento remete ao final da década de 70, quando a construção de grande número de barragens hidrelétricas para abastecimento industrial culminou em remoções forçadas em distintos pontos do país³⁰. Atualmente, os atingidos estão organizados em grupos de base e coordenações em nível local, estadual e nacional. Segundo uma de suas militantes, o MAB está presente em dezoito estados brasileiros e, à época do rompimento da barragem de Fundão, já atuava nos municípios mineiros de Resplendor, Aimorés, Itueta, Rio Doce, Nova Soberbo, Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova³¹.

Desde novembro de 2015, o movimento tem se organizado para o trabalho nas demais localidades pertencentes à bacia do Rio Doce. Em Mariana, seus representantes chegaram em novembro de 2015 e mantêm-se no município, participando de negociações e mobilizações políticas. Dentre as mobilizações, destacam-se aquelas realizadas para lembrar e cobrar justiça quando completados o primeiro e o segundo ano do desastre. Entre 30 de outubro e 05 de novembro de 2016, a marcha “Um ano de lama e luta” percorreu nove municípios entre Regência (ES) e Mariana (MG), tendo aí realizado um encontro entre atingidos e organizações sociais de todo o país, além de um ato em Bento Rodrigues. Em 05 de novembro de 2017, o movimento integrou atividades nos distritos de Mariana e realizou um ato nas ruas centrais da cidade, denunciando a impunidade acompanhada do segundo ano do desastre.

O coletivo Um Minuto de Sirene, por sua vez, constituiu-se seguidamente ao rompimento da barragem de Fundão por um grupo de voluntários de Mariana e Ouro Preto, mobilizados para ações em prol das e dos atingidos. Em cada dia cinco o grupo realiza um ato em praça pública, quando o som de uma sirene remete a novembro de 2015 e à inexistência, àquela altura, de sinais de alerta às vítimas. As atividades do coletivo reverberaram na elaboração do Jornal A Sirene, publicação mensal para informar e mobilizar moradoras e moradores. Além de jornalistas, estudantes e voluntários, compõem sua equipe os atingidos, envolvidos desde a definição das pautas à escrita dos textos e finalização de cada edição: “A Sirene é um jornal feito pelos atingidos e para os atingidos. Mais uma ferramenta de apoio para que a comunicação e a preservação de suas memórias se tornem seus patrimônios. Um convite a todos para

³⁰ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>>. Acesso em: 03/01/18.

³¹ Informações obtidas a partir de entrevista realizada com Letícia Oliveira, integrante da coordenação estadual do MAB, em 20 de setembro de 2016.

não esquecer” (MAGALHÃES, NOLASCO E DRUMOND, 2016, p. 02). Em mais de vinte edições, as páginas do jornal recaptulam os lugares afetados, trazem à tona as múltiplas dimensões da vida no centro urbano de Mariana e as negociações e mobilizações em curso. Desde a sua quarta edição, A Sirene conta com recursos aprovados pelo Comissão dos Atingidos, com o aval do Ministério Público e da Arquidiocese de Mariana (NOLASCO e SENA, 2016, p. 02)



FIGURA 30: Ato Um Minuto de Sirene na Praça da Sé, Mariana, 05.05.16. Arquivo pessoal.

O recurso para o jornal advém do bloqueio de contas da Samarco, alcançado através da Ação cautelar de 10 de novembro de 2015, ajuizada pela 2ª Promotoria de Mariana, que garantiu também a contratação de uma equipe de Assessoria Técnica coordenada pela Cáritas Brasileira³². Tendo iniciado suas atividades em outubro de 2016, a equipe interdisciplinar monitora as ações de reparação feitas pela Samarco e

³² A Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e vinculada à Rede Cáritas Internacional. Fundada em 1956, atua em diversos campos junto a populações excluídas econômica e politicamente, visando à transformação social: “A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural”. Disponível em: < <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>>. Acesso em: 04/01/18.

propõe meios de garantia dos direitos dos atingidos, fornecendo elementos técnicos para a participação nos processos decisórios: “O principal objetivo da equipe é garantir a ampla informação e participação em tais processos, e auxiliar na busca pela ampla reparação de perdas e danos sofridos pelas famílias que tiveram seus direitos violados” (CÁRITAS, 2016, p. 09). Os assessores participam de reuniões e audiências com os atingidos, as empresas e o poder público, atuam em casos individuais e também na mobilização dos atingidos.

Conforme pontuado por um representante da Arquidiocese de Mariana, a constituição da Assessoria Técnica foi uma conquista das famílias, que puderam discutir informações técnicas com fontes que deixaram de vir exclusivamente das empresas³³. Entre as ações realizadas pela assessoria até 2017, destacam-se a formação de grupos de base para a construção de uma rede de informação e empoderamento dos atingidos; a participação nas discussões do reassentamento das comunidades e, ainda, a análise crítica do Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Synergia e Samarco.

No que toca à saúde mental, uma rede de profissionais do município articulou-se, a partir de 2016, no Fórum Acolher. Especialmente voltado para discussões em torno das hostilizações sofridas pelos atingidos com a realocação para o centro urbano, o Fórum realizou encontros, reuniões abertas, seminários e ações de conscientização. Além de representar mais um espaço de apoio aos atingidos, o Fórum Acolher põe em diálogo profissionais dos serviços de saúde de Mariana. Cabe realçar que, em sequência ao rompimento da barragem de Fundão, a Samarco arcou com custos para a contratação de novos profissionais, sob a coordenação do Sistema Único de Saúde (SUS). Tais profissionais, entre psicólogos, terapeutas ocupacionais, arteterapeutas e psiquiatras, constituem a equipe do Conviver – Centro de Atenção Psicossocial, criado especialmente para atender as vítimas: “O grupo realiza encontros de integração das comunidades com o objetivo de criar espaços de convivência, interação e adaptação no território provisório. Também são ofertados espaços terapêuticos de escuta e acolhimento das angústias e tristezas” (CONVIVER, 2017, p. 07). O Conviver articula-se ao Fórum Acolher e aos Serviços de Assistência Social da Prefeitura.

Em diálogo com os atores mencionados, núcleos acadêmicos também estão

³³ Fala proferida durante a II Reunião Aberta do Fórum Acolher, ocorrida em 17 de março de 2017 em Mariana.

presentes em Mariana, integrando a rede de apoio aos atingidos e fornecendo subsídios para sua atuação. Dentre esses núcleos, destaca-se o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Atuando desde 2001, o grupo interdisciplinar acumula larga experiência em casos de conflitos socioambientais em Minas Gerais, o que contribuiu para situar o desastre em suas interseções com a mineração, o modelo de desenvolvimento, o colonialismo e as afetações produzidas em tempo alargado sobre atingidas e atingidos. Em Mariana, dentre outras ações, o GESTA realizou um estudo crítico sobre o cadastro dos atingidos elaborado pela Samarco e pela Synergia e realizou uma oficina de mapeamento e levantamento dos danos particulares e coletivos com os atingidos de Paracatu, apoiados pela assessoria técnica (GESTA, 2017, p. 04). Por seu lado, o Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA) da UFOP, constituiu-se após o rompimento da barragem de Fundão com o objetivo de acompanhar os desdobramentos do desastre e atuar na defesa dos atingidos: “Depois de identificadas as possibilidades de contribuição da nossa equipe, que é bastante interdisciplinar, desenvolvemos projetos e parcerias que vão nos inserindo cada vez mais nesse universo que é a luta pelos direitos dos atingidos” (MUNIZ; NOVAIS, 2017, p. 12). O GEPSA atuou em Barra Longa, com projeto de assessoria técnica à comunidade de Gesteira e, em Mariana, iniciou uma atuação mais marcada no ano de 2017, com o levantamento das condições pré-existentes de moradia em algumas comunidades, a ser utilizado como base para que as vítimas reivindiquem condições similares no reassentamento.

Embora não estivesse vinculada aos grupos descritos, a presença em atividades conjuntas, reuniões, encontros e seminários, permitiu-me ouvir a diversidade de vozes que alcançam o desastre em suas distintas faces e apontar direções para o trabalho a partir de então. No âmbito da universidade, a partir de 2017 a vinculação ao grupo Mobiliza Rio Doce permitiu assentar muitas das questões emergidas em campo. O Mobiliza Rio Doce insere-se no Programa Participa UFMG, uma iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão que articula investigadoras e investigadores e grupos de pesquisa que têm tratado do tema. Em novembro de 2016, pesquisadores que participaram da marcha “Um ano de lama e luta” articularam-se no Mobiliza Rio Doce com o intuito de atuar reflexivamente na universidade a partir dos aprendizados colhidos durante os trânsitos de pesquisa abarcados por diversas áreas do conhecimento.

Em 2017, organizamos dois eventos de discussão sobre o desastre na UFMG. Em abril,

o encontro “Versos de outras lutas: Diálogos entre o desastre de Bhopal e o desastre Mariana – Rio Doce”, convidamos pesquisadores para uma análise comparada dos desastres. Em julho, no evento “Do luto à luta: Pensar a universidade a partir das resistências no Rio Doce”, atingidos de distintos pontos da bacia contaram o desastre de acordo com os lugares onde situam-se suas perdas.

Entre novembro e dezembro de 2017, a exposição fotográfica “O desastre-crime na bacia do Rio Doce: Dois anos de violações, incertezas e resistências”, realizada pelo grupo, itinerou por Belo Horizonte e Mariana. Organizada em conjunto com alunos da Geografia, com o grupo de pesquisa Indisciplinar (Escola de Arquitetura/ UFMG) e com a equipe do Jornal A Sirene, convidamos o público a pensar o desastre a partir das imagens e informações colhidas em pesquisas.



FIGURA 31: Edições do jornal A Sirene durante a exposição “O desastre-crime na bacia do Rio Doce”, UFMG. 19.11.17. Arquivo pessoal.

Transitar por distintos lugares e definir os caminhos de pesquisa a partir daí tornou-me consciente também da fragilidade de qualquer metodologia, o que a impõe questões éticas que pretendo deslindar na última seção.

Viajar versos de sentido

Encerro este capítulo resgatando, do diário, uma cena que engendrou reflexões sobre as fronteiras e travessias possíveis ao fazer científico em um campo no qual se situam as mais distintas vozes. Retomo aqui a uma visita realizada a Bento Rodrigues em março de 2016 junto a Expedito e Rosilene, casal que constituiu ali sua família. Conheci o Expedito em uma reunião da comissão de atingidos de Bento Rodrigues, a qual ele integra e, desde então, conversávamos sempre durante meus retornos.

Em uma de nossas primeiras conversas, ao final de uma reunião, contou-me que não estava em sua casa quando ela foi “entupida” pela lama, mas que seus quatro filhos sim e, ao receber a notícia, perdeu temporariamente a voz. Foi impedido de entrar no Bento e só depois de alguns dias conseguiu chegar ao local, porque estava junto a uma equipe de reportagem: “fui pegar minhas lembranças”. Disse que conseguiu salvar muitas coisas, mas que depois daquele dia tornou-se esquecido de outras, isso porque sua memória começou a falhar. Na ocasião mesmo em que se deu essa conversa, disse que ia voltar a pé para casa e só depois lembrou-se de que seu carro estava estacionado na porta do local onde ocorrera a reunião, tendo atribuído esse equívoco às falhas da memória, tornadas cada vez mais frequentes. Possivelmente, a força daquele dia tenha conseguido promover o esquecimento de muito daquilo que o subsiste, que veio depois dele, que se registra na vida de forma menor do que ele.

Quando apresentei ao Expedito a pesquisa, ele convidou-me para ir à casa onde passou a residir em Mariana, tomar um café, conhecer a esposa e os filhos, “você conhece minhas meninas?” E então chamou-me para visitar o Bento, “quero ir lá, estou com saudades da minha casa”. Àquela altura, no mês de março de 2016, Expedito ainda não tinha conseguido buscar todos os seus objetos que ficaram no Bento, nem se lembrar de tudo o que havia perdido. Algumas das perdas foram as máquinas com as quais trabalhava e a Samarco ainda não havia repostas. Mesmo assim, Expedito continuou trabalhando, o trabalho afugentava a dor, pelo menos por um tempo. No dia em que fomos ao Bento, encontrei a ele e sua esposa na casa onde foram morar:

Em Mariana, a casa de Rosilene e Expedito é grande e tem poucos móveis. Rosilene chegou da rua quando eu tomava um café na cozinha, cumprimentou-me, foi

até o quarto, voltou e ficou um tempo em pé, sem dizer palavra. Depois sentou. Disse que já não vê muito o pessoal do Bento, estão todos espalhados. Encontram-se apenas na missa do último domingo do mês, quando o padre do Bento vem fazer a celebração em Mariana.

Enquanto terminamos a conversa, Expedito põe água na garrafa e busca no armário um pacote de biscoito polvilho. Já no carro, para em uma lanchonete e compra três garrafas de coca-cola para a gente lanchar quando estiver no Bento. Entramos em uma estrada com poucos carros, passamos pelo aterro sanitário de Mariana e aproximamos de uma mata cheia de eucaliptos. Estão indicando aquele lugar como terreno para o novo Bento. Expedito aponta os eucaliptos e vê a nova igreja. O terreno é bom, não é muito acidentado e dá para plantar.

Seguimos a estrada de terra e Rosilene lembra que já não há quaresmeiras ali, “até a quaresmeira ficou triste”. Além das quaresmeiras, havia muitas fazendas pelo caminho. Uma a uma, Rosilene e Expedito apontam com os olhos, foram sendo compradas pela Samarco. Bento era um dos poucos lugares que a mineradora não havia comprado. Já bem próximos ao destino, o casal se assusta ao ver um grande volume de água represada misturada aos vestígios da lama. Rosilene tem a certeza de que vão transformar o Bento em uma nova barragem.

Um pouco mais a frente, de um ponto alto da estrada, vemos as casas marrons que se misturam à terra. O cenário seria quase deserto, não fossem os tratores que trabalham. Expedito aponta para onde vejo terra e vê a casa da tia, o terreno da família. Ali, naquela rua, “eu vejo a rua, você não vê”, era o campinho, ali a igreja, ali Rosilene ficou quando a lama chegou. Rosilene aponta a nascente de água, a pedra onde os moradores ficavam a conversar e o lugar onde Expedito criava as abelhas.

Bento Rodrigues é hoje uma paisagem cercada por seguranças contratados pela Samarco. O casal lamenta não poder estar ali, “nós somos do Bento e a empresa não deixa a gente entrar, a empresa não é dona daí e nunca vai ser, tinham que pedir permissão aos moradores para poder fazer isso”. Funcionários da Samarco estacionam uma caminhonete bem perto de nós, Rosilene vai até eles e diz que a Samarco está destruindo a comunidade cada vez mais. Com ironia, diz: “É bonito ver tudo isso aqui e as crianças sem terem o que comer, passando necessidade lá em Mariana, porque é tudo caro?” Os funcionários dizem que não são os responsáveis por aquela obra, indicam à Rosilene o escritório da Samarco em Mariana.

Os funcionários vão embora e o casal volta a olhar a paisagem sobre a qual trabalham os tratores. Rosilene sente “um trem ruim”, Expedito diz que “a gente vem com uma animação e quando chega aqui dá um vazio”. Daquele rio eles tiravam muitos peixes, como tilápia e traíra. Além disso, Rosilene trabalhava em um açougue e comprava carne barata para os meninos. Em Mariana não comem carne todo dia, lá tudo é mais caro³⁴.

O excerto alarga-se em uma latitude de questões, em função dos gestos ensaiados pelos interlocutores e das vivências cujo abrigo no lugar é evocado durante a visita. Quando, ao ir para o Bento, Expedito se prepara arranjando o lanche (a água, o pacote de biscoitos, o refrigerante), enseja o trajeto de um sentido menos pesaroso e o conota como um passeio, no qual possamos nos sentir à vontade. Mais do que isso, ao levar o lanche para o Bento, imprime um significado de lar para aquele lugar que segue tomando como seu e que me convida a conhecer. Mesmo que sintam “um trem ruim”, “um vazio”, a necessidade de revisitar o distrito é premente no casal.

Quando Rosilene contesta o funcionário da empresa e quando se queixam do controle exercido por meio da portaria instalada, estão a reivindicar o lugar para si. E ele se conforma tão unicamente seus que são capazes de indicar, com precisão, os terrenos da família, as ruas, o campo de futebol, a igreja, a nascente e o local de trabalho do Expedito onde eu e provavelmente os funcionários ali presente víamos apenas um cenário marcado pelo desastre. O casal consegue visualizar não somente o lugar do passado, como também se espelha nele para imaginar a comunidade no futuro. Expedito avalia a qualidade do solo para plantar no novo terreno e, entre os eucaliptos, enxerga a possibilidade de instalar-se a igreja.

A questão em que quero aqui me alongar relaciona essas passagens com o processo de pesquisa sobre o qual me debrucei. Como é possível notar através do fragmento, trata-se de uma investigação cumprida por meio do estabelecimento de diálogos com sujeitos que portam uma amplitude de histórias, tecidas em lugares comuns de pertença. Ao conhecer seus lugares e as narrativas que os contam não deixei de afetar-me, ora estando entregue a ouvir os relatos das atingidas e atingidos, a visualizar paisagens e vislumbrar as ocupações que ali se davam, ora tomando nota dos

³⁴ Trecho de diário de campo, referente a 8 de março de 2016.

tratamentos que lhes eram endereçados por representantes do Estado e das mineradoras responsáveis pelo desastre. O contato com a dor e com a proliferação de injustiças em mim não redundou de maneira indiferente, mas sob a forma do que eu chamaria de um pesar indignado, trabalhado a medida em que investigava os encaminhamentos dados ao desastre, com amparo na literatura existente, em grupos de pesquisa e ativismo político e em diálogo com as atingidas e os atingidos. Trata-se aqui, portanto, de uma pesquisa realizada no e com o mundo, em que não me eximi de lançar mão do meu contexto de pertença para poder me situar, interpretar e elaborar compreensões.

Algumas das situações vividas em Mariana aludiram à minha própria biografia. Filha de pai trabalhador da mineração, cresci em Nova Era, cidade de pequeno porte localizada a 150 quilômetros de Mariana, nascida com a exploração do ouro que, embora ainda seja buscado na região pelo garimpo, tornou-se mais raro e cedeu espaço à exploração de minério de ferro pela Vale. Durante mais de trinta anos meu pai trabalhou como manobreiro³⁵ na empresa, seguindo os passos do meu avô, hoje continuado por alguns primos. Cresci ouvindo relatos do meu pai sobre o trabalho: o cansaço extremo, a deslealdade de alguns colegas, os adoecimentos causados pelo serviço e o controle exercido pela mineradora sobre as vidas dos empregados. A prolongada dependência vivida na cidade em relação à Vale é motivo para muitos silêncios e para a manutenção de atividades em condições, muitas vezes, precárias. Sem dúvidas, minhas interpretações do contexto de Mariana, do controle exercido pela empresa nas reuniões, da dificuldade posta à mobilização e dos preconceitos enfrentados pelos atingidos, deveram-se aos anos crescidos em uma cidade cuja mineração longamente exerceu monopólio dentre as possíveis atividades produtivas que poderiam ali ser cumpridas.

Os apontamentos trazidos corroboram com as reflexões desenvolvidas pelo professor Cássio Hissa sobre o fazer da ciência. Em diversas passagens do livro “Entrenotas – Compreensões de pesquisa”, ele argumenta que o processo de investigação, necessariamente, atrela-se ao contexto em que está assentado e que o pesquisador não abandona em suas atividades o mundo do qual é portador, ou seja, não deixa de lançar mão das experiências aprendidas para a imersão nas situações de pesquisa. Questões como estas posicionam-se na contramão daquilo que o meio acadêmico tradicionalmente comunga acerca de si e dos pesquisadores:

³⁵ Nome formal: Oficial de Operação Ferroviária.

Na sua maioria, os sujeitos do conhecimento acreditam que podem, por exemplo, se despir da sua própria história, da sua condição de sujeitos afetados pelo mundo, e que podem desvencilhar do contexto no qual estão inseridos para que, assim, construam o desenvolvimento da ciência (HISSA, 2033, p. 20-21).

Para o autor, a construção do pensamento tem como condição a afetação do sujeito pelo mundo, destoando assim de uma noção de ciência na qual este se ausenta e diz-se impassível. É, em seus termos, “artificial a concepção do sujeito do conhecimento que neutraliza o sujeito do mundo que deveria carregar” (ibidem, p. 20). É por isso que as condições para a existência da ciência encontram-se nas perguntas extraídas do mundo, a partir de seus diferentes lugares sociais.

Situando tais termos na presente pesquisa, reafirmo que as argumentações construídas partiram do campo, das experiências nos lugares e com outras pessoas e das minhas experiências precedentes. Contudo, há aqui uma questão merecedora de algumas linhas, já que mesmo o cumprimento de tais assertivas impõe a nós, pesquisadoras e pesquisadores, algumas limitações. Ilustro tal afirmação aludindo ao excerto que inaugura essa seção. Da passagem trazida, fica claro que as imagens observadas por mim quando cheguei a Bento Rodrigues diferem-se densamente daquelas vistas por suas moradoras e moradores. Enquanto eu avistava um cenário marcado pela destruição, este era reconstruído por seus habitantes a partir dos relatos; se para mim havia uma paisagem deserta, eles a povoavam com as atividades ali exercidas, localizando com precisão os lugares que ditavam ritmos de vida e os laços estabelecidos. Dito de outro modo, sobre o terreno que eu visitava pela primeira vez já havia sido depositada uma miríade de histórias.

É oportuno atentar para a ideia de que, embora eu tenha buscado acompanhar de perto os desdobramentos apostos ao rompimento da barragem de Fundão por meio de reiteradas visitas e da imersão feita em Mariana, não me eximindo de transpor pontos da minha própria biografia para situar-me no terreno, qualquer metodologia que eu porte ainda estará carregada de uma certa precariedade. De um modo mais claro, embora eu tenha buscado *estar lá*³⁶, me comovido, me indignado, não vivi na pele o rompimento da barragem e suas mais fortes consequências. Ao sair de Mariana tenho, em Belo Horizonte, um ponto de retorno, onde posso produzir certo distanciamento e continuar a

³⁶ Alusão à expressão utilizada por Clifford Geertz no texto “Estar lá – A antropologia e o cenário da escrita” para se referir à presença e imersão do pesquisador no campo

pesquisa. É esta condição que me impõe o respeito e também tarefas enquanto pesquisadora.

Recupero as palavras de Bruno Sena Martins, em debate realizado na UFMG³⁷, com o intuito de ensaiar pistas que façam pensar rotas de pesquisa que, conscientes dos seus limites, sejam respeitadas com relação às histórias acessadas. A partir de trabalho realizado com atingidas e atingidos pelo maior desastre industrial da história, ocorrido em Bhopal, na Índia, o professor infere que, diante da dor e do sofrimento do outro, cabe a nós agir de maneira empática, não como extrativistas de informações, evitando assim acrescentar desastres ao desastre:

Quando alguém está a dar um testemunho, sobretudo um testemunho tão doloroso, nós temos que ter um cuidado para não agirmos como extrativistas, alguém que colhe matéria-prima, escreve livros, põe o seu nome na capa e tenta ascender academicamente, que é muitas vezes aquilo que acontece em ciências sociais, em que o sofrimento do outro é matéria-prima para nossa glória.³⁸

Essa fala nos leva a refletir sobre nossas práticas, que se dão a partir das palavras que nos são partilhadas. Que cuidados devem ser tomados tendo em vista essas interlocuções? O que nos cabe fazer a partir delas? Um caminho para o entendimento talvez venha de outro autor. Clifford (2011), quando reflete sobre a escrita etnográfica, encaminha reflexões importantes nesse sentido. Conforme afirma, ao ir embora do campo, o etnógrafo leva consigo os textos e as memórias de lá, retirando-os de seu contexto de origem, fabrica interpretações através da reconstrução e formulação de retratos posteriores. Ao ser trabalhado pelo investigador, o texto ganha uma dimensão distinta dos discursos colhidos em campo, podendo, assim, viajar:

O texto, diferentemente do discurso, pode viajar. Se muito da escrita etnográfica é produzido no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar. Os dados constituídos em condições discursivas, dialógicas, são apropriados apenas por meio de formas textualizadas. Os eventos e os encontros da pesquisa se tornam anotações de campo. As experiências tornam-se narrativas, ocorrências significativas, ou exemplos (CLIFFORD, 2011, p. 39).

Fazer viajar histórias através dos textos talvez seja uma das mais importantes contribuições da pesquisa. Contudo, em primeiro lugar, para que minhas ações não

³⁷ Trata-se do evento “Versos de outras lutas: Diálogos entre o desastre de Bhopal – Índia e o desastre Mariana – Rio Doce”, realizado em 26 de abril de 2017, por meio do Programa Participa UFMG Mariana – Rio Doce.

³⁸ Transcrição da fala do professor Bruno Sena Martins, durante o evento “Versos de outras lutas”.

redundem em novas violências, devo trabalhar a partir do campo e do cruzamento com as experiências que porto, de maneira empática na produção de narrativas. O trabalho de investigação, assim conduzido, traz consigo a potencialidade de fazer com que as histórias se tornem peregrinas, quiçá cruzando com outras que partilham pontos comuns, ecoando como vozes que buscam justiça. Ao tornarem-se viajadas, essas histórias tendem a escapar da sentença que lhes resguardariam ao silenciamento, passando assim a compor nossas memórias.

Partilhas

Aprender a ser atingido

Tarefa difícil a minha,

Tarefa difícil a nossa,

aprender a ser atingidos.

Como assim?

Precisamos nos comportar como atingidos.

Tem comportamento próprio para atingido?

Não sei.

Sei que precisamos aprender a viver/ conviver com essa realidade.

Realidade que me faz pensar em direitos,

reuniões,

assembleias,

acordos,

fundação,

reconstrução,

reassentamento...

Conceitos que me deixam confusa

Confusão que dificulta a apreensão de palavras simples como:

pedir

exigir,

negociar

lutar, certo, errado.

Choro por isso.

Me sinto atingido por não saber ser atingido.

Perdi lar,

objetos afetivos,

sentimento de pertencimento,

acolhimento.

Conquistas

Não sei

como atingida, contabilizar minhas perdas

ou o que ainda posso perder. (...)

(Angélica Peixoto, moradora de Paracatu de Baixo)

O espaço é meu

O meu corpo é assim
 Tem anjos, serafins e querubins,
 É um inferno acenando pra mim
 O meu espaço tem luta, tem fama, tem lama,
 Tem alma que clama
 O meu espaço tem jeito sem jeito sem lodo
 Meu espaço é confinado?
 Meu espaço tem o amargo do doce
 Dá medo que fosse, mas é o meu espaço
 De força bruta, de gente que luta, de ganância
 O meu espaço divide o tempo sem relógio
 No espaço homologado
 Meu espaço sem medo dá medo, sem jeito, vazio
 Um espaço que se constrói, se destrói, se faz, se dói.
 O meu espaço é o meu mundo
 O rio é meu, o mar é meu,
 O céu é meu, o espaço é meu
 A boca da mata é minha,
 Eu sou da terra, a terra é o meu espaço.
 Cada um sem preconceito
 Tem seu espaço, constrói o seu laço,
 Dá um abraço...
 Não perde tempo, pois tempo é espaço
 E não dinheiro, espaço pro guerreiro,
 Espaço no terreiro, no primeiro, segundo ou terceiro,
 isso é espaço
 Em pé no espaço, se me assento é espaço
 Sonhando ocupa espaço, mas sem espaço estreita os laços.
 A luta é direito a espaço pra força
 Do braço pra dar um salto ou pra usar salto
 Pro desembaraço, pra seguir no encalço.
 De comunidade, de cidade, de rastro.

No tempo seguinte faço

Sem inspiração perdi o espaço.

(Wellidas Monteiro, morador de Bento Rodrigues)













Pág. 122:

Bento Rodrigues | “Atenção – Permaneça somente dentro do perímetro isolado” | 01.05.17

Bento Rodrigues | “Segurança – Ao ouvir a sirene evacue (na) área” | 01.05.17

Pág. 123:

Bento Rodrigues | “Perigo – Proibido permanecer nessa área” | 01.05.17

Bento Rodrigues | “Atenção – Em caso de acionamento das sirenes dirija-se ao ponto de encontro” | 01.05.17

Pág. 124:

Bento Rodrigues | “Ponto de encontro” | 01.05.17

Bento Rodrigues | “Cuidado – Risco de desabamento” | 01.05.17

Pág. 125:

Bento Rodrigues | “Posto de comando” | 01.05.17

Bento Rodrigues | Cruzes para lembrar as vítimas fatais | 01.05.17

Pág. 126:

Bento Rodrigues | “Cuidado – Animais peçonhentos” | 01.05.17

Bento Rodrigues | “Cuidado – Risco de afogamento” | 01.05.17

Pág. 127:

Bento Rodrigues | “Cuidado – Proibido nadar” | 01.05.17

Bento Rodrigues | Lago formado pelo dique S4 | 01.05.17

CAPÍTULO III: Lembrar a terra

A reconfiguração das práticas socioespaciais de quem foi retirado de suas terras é marcada por trânsitos que envolvem convocar as memórias de suas práticas. Em uma espécie de viagem em suas próprias trajetórias, moradoras e moradores situam-se em relação às suas perdas. As narrativas lembram os laços estabelecidos nos terrenos habitados, construídos entre os espaços da casa, da rua e do rio. De maneira concomitante, e fazendo contraste com esse tempo, anunciam um presente atribulado, em função das perdas sofridas e das instabilidades inauguradas com a realocação em casas temporárias e a inserção em arenas inéditas de negociação, em um município cuja crise política e econômica agravou-se com a emergência do desastre. No cerne dessas questões, impõe-se como tarefa adjetivar o verbete atingido, tornado o termo que cotidianamente recompõe biografias.

O poema da Angélica Peixoto, “Aprender a ser atingido” é, em si mesmo, um esforço de entendimento sobre os significados e as implicações subjetivas e políticas do conceito. Se, conforme realçado ao longo desse trabalho, a mineração atuou em Mariana produzindo efeitos duradouros, as moradoras e moradores são convocados a posicionarem-se ativamente enquanto atingidas e atingidos pelo desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton. O processo de aprendizado é doloroso, já que o reposicionamento de si diante do próprio passado e do tecido social para o qual foram realocados exige uma série de elaborações. Neste processo, é preciso enunciar e trabalhar as variadas perdas, situadas no ponto de interseção entre a materialidade daquilo que fora construído e/ ou adquirido ao longo dos anos e a afetividade que se imprimiu às casas, ruas e objetos. Como afirmou Angélica, “Perdi lar, objetos afetivos, sentimento de pertencimento, acolhimento (...)”. Ela segue afirmando a dificuldade em contabilizar as suas perdas, bem como tudo aquilo que ainda pode perder, o que sinaliza reflexos do desastre no seu dia-a-dia.

No panorama atual, em que proliferam reuniões, assembleias e acordos, a lida com vocabulários e atores novos é constante, o que instala um clima de insegurança ou “confusão”. Os moradores precisam acompanhar as decisões de agentes distintos do Estado, que incidem diretamente sobre suas vidas, e também negociar com representantes da Samarco, que participam de praticamente todas as reuniões. Para acentuar o quadro de “confusão”, como pontuado por Angélica, é necessário informar a

materialização da Fundação Renova, em um acordo entre Vale, BHP Billiton, Samarco, governos de Minas Gerais, Espírito Santo e governo federal, como responsável por administrar os recursos da Samarco nas reparações do desastre. Se, até meados de 2016, as vítimas tratavam de suas perdas com funcionários da Samarco, passaram a conviver com a Fundação e precisam, em curto espaço de tempo, deslindar suas atribuições, bem como os modos de agir dos novos atores com os quais dialogam. Em alguns casos, antigos funcionários da Samarco passaram a trabalhar na Fundação, contribuindo para acentuar esse quadro de confusão³⁹.

Alguns sujeitos, com o tempo, afastam-se das instâncias de negociação e resguardam-se nas casas onde estão temporariamente abrigados, diante das alongadas esperas. Para outros, a mobilização para reaver as perdas tem se tornado imperativo diante de tais demoras nas resoluções sobre os reassentamentos e indenizações. Em ambos os casos, não deixam de emergir sofrimentos: “Choro por isso, me sinto atingida por não saber ser atingida”. Provavelmente, esse não saber é sentido diante dos enquadramentos a que são postos os indivíduos nos espaços de negociação, segundo os quais ser atingido é incluir-se em uma série de termos acordados para a inscrição em cadastros e nas atividades que discutem o reassentamento, por exemplo.

O breve panorama das questões em curso evidencia a ascendência da noção de atingido como um conceito em disputa. Para Raquel Oliveira, em contribuição ao *Jornal A Sirene*, o conceito utilizado pela Samarco nas tratativas é limitado: “O conceito que a Samarco realiza parece uma simplificação das noções de deslocamento físico e deslocamento econômico” do *Resettlement Handbook* da International Finance Corporation (IFC), que é um braço do grupo Banco Mundial” (OLIVEIRA; SANTOS; PASCOAL et al, 2016, p. 08). Contudo, muitos daqueles que não perderam moradia e/ou trabalho foram subtraídos de parte dos seus terrenos e criações, além de terem tido suas vidas alteradas pelo rompimento da barragem. Em contrário ao limitado escopo abarcado no conceito utilizado pela empresa, Carlos Vainer (2008), ao estudar o caso

³⁹ “A Fundação Renova nasceu após a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre Samarco, com o apoio de suas acionistas, Vale e BHP Billiton, e o Governo Federal, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH)”. Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>>. Acesso em: <16/02/18>.

de populações atingidas pela construção de barragens hidrelétricas, afirma que este não é um conceito puramente técnico ou econômico, mas que uma definição clara e abrangente de atingido é necessária para estabelecer políticas socialmente responsáveis e reconhecer e ampliar direitos:

Na verdade, embora o termo apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de *atingido* diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de disputa (VAINER, 2008, p. 40).

Dentre as perdas que uma noção mais ampla de atingido deve comportar, estão aquelas ligadas à desestruturação de laços, práticas e lugares com dimensões simbólicas e afetivas. Para Marino D'Ângelo, morador de Paracatu de Cima, “ser atingido é sofrer de um mal que vai corroendo a gente aos poucos. Perder tudo aquilo que você planejava, ter que aprender a viver de novo, começar do zero e ter que lutar para conquistar aquilo que você trabalhou a vida inteira” (D'ÂNGELO, PARANHOS et al, 2016, p. 18). Para a Angélica, as suas perdas são inestimáveis. Ela se refere a tudo aquilo que estava materializado em Paracatu de Baixo, a sua casa, a escola na qual era professora, a sua criação de animais, o convívio com os moradores e moradoras.

A partir de tal contexto, outra categoria mobilizada neste trabalho é a de vítima. Embora inicialmente o conceito pareça remeter a uma noção de passividade, ele pode também ser reivindicado e disputado para a garantia de direitos. Segundo José Manuel Mendes e Pedro Araújo (2016), as vítimas, ao interpelarem os poderes estabelecidos e oferecerem noções de cidadania, trazem consigo a potencialidade de assumir a categoria do político e reclamar o reconhecimento de pertencas e de direitos. Podem portar, assim, um caráter emancipador de justiça e de dignidade.

Ser atravessado por projetos de grande escala, além de significar a perda de casas, trabalhos, relações, é também ser forçado a reconfigurar trajetórias a partir de um marco temporal, aqui manifestado pelo rompimento da barragem de Fundão. Portanto, as categorias de atingido(a) e de vítima perpassam temporalidades que necessitam ser percorridas para compreendermos a situação presente. Partindo dessas reflexões, o esforço a ser feito neste capítulo é o de, ao lembrar as casas e atividades

pretéritas estabelecidas nos distritos, confrontá-las ao presente em que se inscrevem os moradores e moradoras, dimensionando-o a partir das casas provisórias, das mudanças para um centro urbano e das inconstâncias nas esferas de negociação que se impõem ao cotidiano.

Este trabalho, portanto, é perpassado pelo entendimento do desastre como processo complexo, para o qual confluem questões de caráter socioambiental, político, econômico e cultural. Ao contrário de um fenômeno natural ou limitado temporalmente ao evento físico que o deflagrou, busquei apreender o contexto social que engendrou processos de vulnerabilização que o desastre intensifica. Norma Valencio (2014) considera os desastres como crises sociais associadas a um acontecimento físico devastador e a um tempo social. Segundo a autora, os desastres são continuados e devastadores e revelam as singularidades dos modos de conflito e coesão social que afloram nesse contexto de crise:

Os desastres desvelam a estrutura social existente e, assim, tornam mais visíveis as conexões entre as injustiças sociais precedentes e os grupos mais expostos aos perigos, bem como revelam o tipo diferenciado de exposição e de medida recuperativa adotada pelo ente público (VALENCIO, 2014, p. 3633).

Em acordo com essas premissas, Mendes e Araújo (2016) afirmam que os desastres se constituem em acontecimentos ordinários que revelam as estruturas sociais, as dinâmicas das comunidades afetadas e suas relações com o Estado e com as políticas públicas. Como desestruturadores da vida social e reveladores dos processos de produção da cidadania, os desastres se colocam, para os autores, “(...) como o acontecimento fundador para a análise da interseção entre diferentes escalas – o internacional, o nacional e o local – e entre diferentes interesses e agendas – a ciência, o político e o social” (MENDES, ARAÚJO, 2016, p. 14). Com relação ao Estado, os desastres decompõem seus elementos constitutivos e o problematizam, assim como o obriga a intervir as questões de apoio às comunidades e no fomento à ação coletiva:

As situações extremas revelam o funcionamento das instituições para além da rotina e podem ser analisadas como potenciais indicadoras do tipo de Estado, do tipo de contrato social e de sociedade civil presentes e da capacidade de mobilização das pessoas e das comunidades e coletividades (MENDES, ARAÚJO, 2016, p. 14).

É importante destacar, ainda, que os desastres não são acidentes, conforme algumas vezes nomeados por órgãos públicos, pela mídia ou por empresas. Acidentes remetem a casos ou a eventos fortuitos, o que, para os cenários em que estamos a tratar, pode terminar por eximir uma série de atores de suas responsabilidades e desvincular os desastres de processos temporalmente mais amplos.

Desastres não são, por fim, naturais. Para Valencio (2014), quando se diz que um desastre é natural, evita-se o questionamento mais amplo dos processos sócio-históricos no bojo dos quais se desenrolam as dinâmicas socioespaciais. Em outro momento, a autora elabora os pontos necessários no sentido de uma desnaturalização dos desastres:

Desnaturalizar o desastre significa considerar o conjunto de processos que intervêm na origem, no desenrolar e nos efeitos do desastre, de modo a ter em conta as consequências da ação humana, da organização social e econômica, do papel das instituições e organizações e das decisões, que são indissociavelmente técnico-científicas e políticas, que configuraram as formas de prevenção e de enfrentamento dos desastres e das suas consequências. (...) Desnaturalizar o desastre significa, ainda, reconfigurar os saberes, conhecimentos e experiências mobilizadas para a prevenção ou enfrentamento dos desastres, incluindo os saberes técnico-científicos e administrativos, mas também os saberes locais baseados na experiência de comunidades e de grupos vulneráveis ou afetados (...) (VALENCIO et al., 2016, p. 85).

Além de afetarem estruturas sociais, desastres deixam marcas na memória, obrigam a reconfiguração das práticas, das subjetividades e dos modos de vida. Para Marcelo Porto (2016), desastres são sistêmicos, epistemológicos e sociais. Ao analisar o caso da Samarco em Mariana, o autor inferiu que este nos convoca a perseguir desde as formas por meio das quais estruturam-se o extrativismo de minério de ferro no Brasil, as operações estatais que permitem uma lógica ambientalmente agressiva e socialmente injusta – já que os bônus e os ônus da mineração são distribuídos em desigual proporção – às formas de vida que em sua decorrência são cotidianamente afetadas.

Em Mariana, o caráter processual e violento do desastre é revelado por meio dos relatos das vítimas, cujas formas de sofrimento se prolongam desde o dia cinco de novembro de 2015. Passado o evento catastrófico, as perdas permanecem através da instabilidade em suas novas rotinas, das perdas da comunidade, das habitações, das relações de trabalho e de vizinhança e das atribulações em um meio urbano marcado pela estigmatização e por preconceitos. As ações do Estado e das empresas, nesse

contexto, também podem contribuir para a agudização da dor, na medida em que os processos de negociação se alongam e revelam a operação do desastre no cotidiano. Ao mesmo tempo, nesses processos emergem as possibilidades de que as atingidas e os atingidos assumam suas vozes no sentido de uma capacitação para a afirmação dos seus direitos e para a reestruturação de seus modos de vida.

Na seção seguinte, a partir das entrevistas feitas discutirei as práticas passadas materializadas nos distritos. Nas entrevistas realizadas, a maioria delas nas casas que temporariamente abrigam as famílias de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, a primeira pergunta feita por mim era, de forma abrangente, sobre como eram os distritos. Apenas se a resposta fosse curta eu fazia perguntas mais detalhadas, tentando explorar as vivências dos interlocutores. As respostas dadas compuseram cenários em que, a partir das definições de moradia transmitidas pelos atingidos e atingidas, seus lugares de pertença foram trazidos à tona. Ao evocarem as imagens das casas, dos cômodos e dos objetos que os compunham, os moradores transitavam por seus quintais, ruas e pontos de encontro que terminaram por constituir as vidas nos distritos. Deram pistas, enfim, sobre os modos como constituíram suas memórias e sobre como estas relacionam-se ao espaço e podem materializar reivindicações por justiça.

A casa das flores

E se confirma a verdade das palavras do velho Mariano: eu teria residências, sim, mas casa seria aquela, única, indisputável.

(...)

Os lugares não se encontram, constroem-se. A diferença daquele chão não estava na geografia

(Mia Couto, “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra”).

Início esta seção resgatando uma entrevista com uma moradora de Paracatu de Baixo. Era uma manhã, o dia estava nublado e, da janela da casa onde está provisoriamente alocada, no alto de um morro, a cidade parecia repousar sobre as serras. Na sala de estar, dona Balduína, as mãos entrelaçadas sobre o colo, depositava o corpo franzino em uma das pontas do sofá de onde conversava comigo. Além do sofá, havia ali um baú aparador para uma televisão e dois vasos de planta, uma suculenta e uma violeta. Embora goste de flor, naquela casa, além de dois vasos, dona Balduína ainda só conseguiu colocar as flores dos seus bordados de diversas tramas. Saiu de

sua casa de Paracatu, a única que segue chamando de sua, sem levar nada consigo, além dos documentos.

Lá em casa tinha rosas de todos os tipos, e tinha duas pequeninhas, daquelas de vaso. Eu tinha de quatro tipos, tinha rosa e vermelha, tinha da dobrada e da de uma pétala só, sabe? E tinha diversos tipos de flor. Folhagem, tudo o que eu via eu gostava de plantar. Agora, aqui, a gente não tem lugar de plantar. Eu estou ali com aqueles dois vasilhos, aquele ali eu plantei, e aquele ali meu filho trouxe a muda e meu marido plantou, só com esses dois vasilhos (Balduína Gonçalves, 74 anos, “do lar”. 14/12/16).

Na casa onde mora atualmente, a sala estende-se para uma cozinha, uma área de serviço, dois quartos e um banheiro. O piso e as paredes são brancos e, além da mobília mais básica, como mesa, cama, armário e guarda-roupa, não há nos cômodos muitos objetos de decoração. Desta casa, dona Balduína não fala muito, mas segue lembrando da outra.

Minha casa era de telha, ela tinha nove cômodos, com o banheiro e a área, sabe. Tinha a sala e dois quartos, tinha a copa e mais dois quartos. E tinha a cozinha, a área e o banheiro. (...) Tinha quintal grande, tinha plantações, tinha cana, tinha banana, tinha laranja, tinha pêssego, tinha jambo, carambola, caju... Laranja, tinha de diversas espécies. Limão, tinha graviola... Tinha horta, servia pra gente, pros filhos, são seis, né? Eles iam lá pra cima à vontade, a gente usava, a gente dava pros outro. Lá, assim, um tinha dava pro outro, outro tinha, dava pra mim, assim a gente vivia, sabe? (...)

E, novamente, lembra das suas plantas:

(...) samambaia eu tinha de muitos tipos, rosa eu tinha de muitos tipos, toda florzinha, toda folhagem que eu via e achava bonita eu, nem sabia o nome, sabe, eu plantava. Folha de chá, eu tinha muita, e muita gente procurava lá em casa pra pegar, sabia que eu gostava de plantar, então vivia procurando lá em casa.

Assim como dona Balduína, muitos dos seus antigos vizinhos e vizinhas evocam de suas casas boas lembranças. Nas entrevistas realizadas, quando perguntados sobre como eram suas moradias, é interessante notar como muitos começavam a descrevê-las pelos quintais, suas flores, frutas, verduras, comumente compartilhados com a família e a comunidade:

Meu pedaço de terra era grande, que dentro da minha propriedade tinha horta, tinha pé de laranja, tinha galinheiro... Nesse terreno, eu tinha uma horta com nove canteiros de horta, nove canteiros! Menina, eu vendia duas caminhonetes de cana para os outros! Onze pés de laranja dando, pé de abacate, muda comprada, tudo já com fruta. A gente tinha pé de abacate, pé de acerola, pé de graviola, pé de condessa, tudo carregada de fruta. Tinha uma tira, assim, um

canteiro, de inhame chinês, tira de mandioca, banana, tudo! Tudo o que era plantação lá tinha” (Dona Leontina, 81 anos, dona de casa, Paracatu de Baixo. 21/12/16).

Tinha um pé de goiaba, meus meninos, meus netos chegavam, subiam no pé de goiaba, faziam aquela bagunça, né? Eu era muito feliz. Sossego. Muitas galinhas, né, muita plantação, a gente era muito feliz. Não era rico, mas a riqueza não é felicidade, que às vezes tem a pessoa que ganha muito dinheiro, mas não é feliz, né? Deita, fica com medo. Lá não, lá eu deitava, ficava tranquila (Enedina, dona de casa, Bento Rodrigues. 13/12/16).

Mandioca, só cê vendo, aquela mandioca de pele roxa, ela cozinhava, com poucos minutos até derretia. Tinha mandioca demais. Couve, pediam pra Maria, “ô comadre, me dá uma folha de couve”, ela panhava uma braçada assim, e dava tudo para os outros. Hoje aqui, cê sai aqui, cê compra seis folhas de couve, é três conto. Banana, tinha demais, tinha tudo (José Patrocínio de Oliveira, 86 anos, lavrador, Paracatu de Baixo. 21/12/16).

A abundância remetida àquilo que se plantava na terra é frequente entre os moradores e moradoras. Todos e todas que entrevistei mantinham, em seu quintal, uma horta ou pés de fruta para consumo próprio e distribuição ou trocas entre a vizinhança. Aquilo que antes era doado, agora, no centro urbano de Mariana, é comprado (e com pouca qualidade, segundo afirmam algumas vítimas), o que faz com que os gastos básicos sejam incrementados.

Embora a abundância da terra seja sempre lembrada, ela guarda, em certa medida, contraste frente às dificuldades vividas por muitos moradores e moradoras na lida diária com a roça e durante o processo de construção das suas casas. O relato de Vera Lúcia, ao lembrar a sua história, é explícito nesse sentido:

E a minha infância foi muito difícil, sabe. Como que a gente foi uma família muito pobrezinha, meu pai era muito pobre, minha mãe lutou muito pra ajudar meu pai a me criar, muito difícil. Nós criamos pra roça, sabe, meu pai fazia um ranchinho lá na roça, sabe, levava a gente pra lá, a gente ficava lá brincando no meio dos matos... Parecia que a infância foi muito boa, muito gostosa. E a gente cresceu naquela luta, eu com quinze anos de idade já tinha que ajudar a trabalhar, né, pra manter a casa... meu pai era um pouco doente, sabe, muito doentinho.

(...)

A minha casa foi muito difícil pra mim ter, sabe. Porque eu morava num ranchinho, numa casinha de dois cômodos feita de barreado, de sapé. Aí eu morei por uns anos, depois os meninos cresceram, Ednando cresceu, veio o Eduardo também, que é o maior, e a gente construiu uma casa, e essa casa que a lama levou. Uma casa, graças a Deus, pra mim ela era muito boa, uma casa de dez cômodos, sabe, quatro quartos, sala, duas cozinhas, varanda, área. Minha casa era casa uma casa inesquecível, muito boa mesmo, linda. Toda de piso, só faltava forro, naquele ano eu ia pôr, ia reformar o telhado e colocar o forro. Mas aí os materiais chegaram lá no dia da lama (Vera Lúcia da Paixão, 61 anos, canteira. Paracatu de Baixo. 14/12/16).

Era comum que as casas se expandissem com o correr dos anos. Conforme a necessidade da família e a disponibilidade de bens financeiros, elas eram erguidas e ampliadas. A área das casas costumava ser grande, suficiente para abrigar a família e as visitas que, por vezes, iam até os distritos em busca de maior tranquilidade. As formas das casas abrigavam também os gostos dos moradores, bem como as decorações, através das quais manifestavam seus modos de vida.

(...) eu construí uma casinha boa, do meu jeito, que eu sempre sonhava em ter, na beira do rio, que era esse sonho que eu tinha, da gente ter um terreninho na roça, essas coisas. Tomar banho, pescar... Minha casa era simples, mas era bem arrumadinha. Nós batemos nove colunas, que dá pra fazer outra por cima, portanto que a lama não levou a minha casa, levou tudo o que tinha dentro, mas as paredes estão lá. É simplesinha, mas era meu paraíso (Enedina, dona de casa, Bento Rodrigues. 13/12/16).

Minha casa, minha filha, era uma casa de dez cômodos. Tinha quatro quartos, quatro cozinhas, um banheiro, uma sala grande, uma garagem, uma varanda, que a varanda pagava a pena. A estrada era pura flor. Tinha dez imagens de Nossa Senhora Aparecida. Cada lugar tinha. Então, na varanda, minha casa era escrita por fora, assim, casa Nossa Senhora Aparecida. Tinha uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, de madeira, desse tamanho. Agora, tinha duas latas de flores que eu comprei, quem passava na rua, lá na estrada, via a casa Nossa Senhora Aparecida e a imagem de Nossa Senhora Aparecida, a coisa mais linda (...). Todo lugar que cê chegava, cê via quadro e flor. Hoje, tô aqui morando, que eu não posso pregar um prego nessa casa, que a dona falou comigo, a senhora não prega um prego, porque não pode! Isso me entristece muito. Eu só peço a Nossa Senhora Aparecida que doa no coração do pessoal de Samarco pra eles fazer nossa casa, porque eu perdi tudo, tudo, tudo (Dona Leontina, 81 anos, dona de casa, Paracatu de Baixo. 21/12/16).

(...) o meu sofá era vermelho, uma estante de mogno, que fica, assim, chamativo. Um chão, também, eu falo que meu chão era ruivo (risos), a minha cerâmica era ruiva, pra você entender o quê que era, né? Era ruiva a minha cerâmica. Então, assim, já tinha a minha cara, né? Foi do jeito que a gente já tinha, como diz, já não pensava mais ficar mexendo tanto... A casa já tava, não é, no jeitinho (Angélica Peixoto, 51 anos, professora, Paracatu de Baixo. 16/12/16).

Em certa medida, a afeição com que a casa é lembrada remete aos gestos que nela imprimiram-se durante sua construção e nos gostos e preferências de cada um que podiam ser depositados nos cômodos. É interessante notar que, na maioria dos relatos, eram as mulheres a descrever suas casas com maior detalhe, provavelmente em função de boa parte delas ter sido responsável pelos cuidados com a casa, tendo algumas inclusive se definido como “do lar”.

Os relatos apontam, enfim, para a relevância do conceito de moradia. A moradia é um direito⁴⁰, não se resumindo a um teto e quatro paredes, mas abarcando as condições para o acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e podendo gozar de saúde física e mental. Representa um lugar de segurança e pertencimento, além de um espaço de referência para a circulação na cidade. A moradia, nesse sentido, abre-se como um espaço a partir do qual se explora o mundo, permitindo inclusive a autocompreensão do sujeito e o fortalecimento de subjetividades (FRANCO, STRALEN, 2012). Em outras palavras, pode-se afirmar que a moradia abarca dimensões subjetivas que se materializam em formas peculiares de habitar o espaço.

De acordo com Ana Bock (2014), a subjetividade reflete a condição econômica, social e cultural em que vivem os sujeitos e deve ser entendida como construção individual do mundo social. Sendo a casa uma das formas de materialidade mais próximas do sujeito, questões sociais e culturais que a atravessam definem diferentes formas de morar. No caso dos distritos atingidos, as habitações, em sua maioria fruto da autoconstrução, adquiriram sentidos próprios para quem ali residiu. Segundo Eclea Bosi, “temos com a casa e com a paisagem que a rodeia a comunicação silenciosa que marca nossas relações mais profundas” (1979, p. 361). Por isso, argumenta a autora, a espoliação das lembranças é um dos mais cruéis exercícios de opressão aos sujeitos.

Como parte ou extensão da própria casa, moradoras e moradores costumavam frequentar as igrejas, quadras de esporte, bares e demais pontos onde reuniam-se, tanto em Bento Rodrigues como em Paracatu. Devido à proximidade entre as moradias e os locais de encontro, viam-se quase todos os dias, o que, ao longo do tempo, conformou nos distritos o sentimento de pertencimento a uma comunidade:

A gente se encontrava muito na igreja, né, na igreja, na escola. Agora, as pessoas de lá, tinha quadra, que podia se encontrar, praça... então sempre tinha um jogo de futebol, né, onde os jovens reuniam e os mais velhos iam pra assistir... Tinha campeonato de truco... Então, assim, tinha bastante coisa pra fazer (Angélica Peixoto, 51 anos, professora, Paracatu de Baixo. 16/12/16).

Lá atrás a gente era feliz, só não dava valor, sabe? Ninguém valorizava a felicidade, que a gente era feliz lá na roça. Hoje que eu penso, aliás, todo mundo

⁴⁰ A Declaração Universal dos Direitos Humanos fixa a moradia como um direito universal; a Reitoria Especial da Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia Adequada destaca os aspectos culturais e sociais inerentes à moradia; a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 6º, a elenca como um direito social e, por meio da lei nº 10.257/ 2001, o Estatuto da Cidade, a moradia relaciona-se ao direito à cidade, em especial pela enunciação do princípio da função social da propriedade.

pensa, a gente era feliz lá. Lá chegava o sábado, todo mundo que trabalhava fora, todo mundo estava junto, ia pra aqueles barzinhos, bebia, brincava, sorria... Como era feliz, era muito bom, muito. E hoje? Era Natal, natal lá era uma beleza, não tinha negócio de comer na sua casa, cada um comia um pouquinho na casa de um, saía, entrava na outra casa. Nossa, era aquela maravilha, era uma coisa muito boa, sabe? Então, era a maior felicidade que a gente vivia lá. Hoje, vem o Natal agora, eu tenho que fazer qualquer coisinha aqui, comer qualquer coisinha aqui sozinha, que cada um está em um lado. Como foi difícil pra nós tá aqui, muito difícil (Vera Lúcia da Paixão, 61 anos, cantineira. Paracatu de Baixo. 14/12/16).

A vida nos distritos, como pôde ser percebido por meio dos relatos, era marcada pela estreiteza das relações com os vizinhos, pela proximidade com a natureza e pela intimidade estabelecida com a própria casa. Adultos e idosos lembram com esmero de seus lugares e tentam recompô-los nas memórias, ou mesmo por meio de retornos aos distritos para buscar, em meio à lama, algum objeto que ainda possa estar próximo às suas casas. Apesar das dificuldades enfrentadas na lida com a roça, hoje, alocados no centro de Mariana, as memórias boas dos distritos são realçadas frente às vicissitudes enfrentadas.

Embora as cenas de destruição nos distritos sejam de grandes magnitudes, a imensidão da lama abarca também os detalhes com que aquilo que foi perdido é lembrado. Por meio dos relatos, as atingidas e atingidos reconstituem esses detalhes, como os cômodos, as plantas, os objetos das casas. E, ao lembrarem seus lugares e recuperar o passado, tentam produzir alguma ancoragem para se organizarem no presente.

De acordo com Maurice Halbwachs (1990), a memória é um fenômeno coletivo e social, submetido a flutuações, transformações e mudanças:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Para Michael Pollack (1992), a memória é um fenômeno construído social e individualmente e é um elemento constituinte do sentimento de identidade individual e coletiva. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, sendo que esse ponto de vista muda conforme o lugar que o sujeito ocupa e este lugar muda conforme as relações. Constituem a memória os acontecimentos vividos pessoalmente, os acontecimentos vividos pelo grupo, as pessoas e/ ou personagens e os lugares.

Segundo o autor, a memória é um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Em outro momento, o autor afirma que, enquanto operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, a memória integra-se

em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também posições irredutíveis (POLLACK, 1989, p. 07).

Resultado de um equilíbrio precário, de contradições e de tensões, a memória comum mantém a coesão interna de um grupo e fornece a ele um quadro de referências. Para Beatriz Sarlo (2005), é o presente que opera sobre a construção do passado, de modo que o retorno do passado é uma captura do presente. Conforme pauta a autora, o passado se faz presente, sendo tarefa da memória recuperar o que foi perdido pela violência do poder. É, então, preciso lembrar para restaurar laços sociais e comunitários.

Toda memória está ancorada em um espaço. As relações que as memórias guardam e que as compõem estão imbuídas em práticas espaciais. Doreen Massey (2008) compreende o espaço como uma imbricação de trajetórias, como encontro de histórias. O espaço, segundo a autora, é o resultado de interações, esfera da possibilidade de coexistência de múltiplas trajetórias, ou “uma simultaneidade de histórias-até-agora” (MASSEY, 2008, p. 33). O espaço não é algo fechado ou imóvel, mas é composto por uma série de elementos impregnados de temporalidade que participam da construção relacional da subjetividade:

Conceber o espaço como um recorte estático através do tempo, como representação, como um sistema fechado, e assim por diante, são todos modos de subjugar-lo. Eles nos permitem ignorar sua verdadeira relevância: as multiplicidades coetâneas de outras trajetórias e a necessária mentalidade aberta de uma subjetividade especializada (MASSEY, 2008, p. 94).

Ainda segundo Massey, o espaço modela nossos entendimentos do mundo e afeta o modo como desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Como dimensão do social, produz-se continuamente na medida em que está mergulhado na temporalidade e na sua permanente vinculação com o mundo dos homens e mulheres.

Em Mariana, as imagens dos espaços vividos nos distritos continuam se refazendo, na medida em que os moradores os resgatam para lidarem com o contexto atual, produzirem entendimentos e formas de reivindicação. Assim como as vivências materializadas nos distritos, as subjetividades ali espacializadas estão a refazer-se continuamente.

Por fim, se espaço e memória, como pudemos ver, constituem as subjetividades, em Mariana, a vida em casas e apartamentos pequenos é sentida por muitos sujeitos, além do isolamento, devido à distância dos antigos vizinhos e vizinhas. Nesse contexto, adoecimentos começam a emergir, como será destacado agora. Na medida em que suas memórias sejam respeitadas e ouvidas, as ações de reparação a estas poderão se dar com maior justeza.

A casa sem quintais

Na região central de Mariana, uma série de adversidades têm sido vividas pelas atingidas e atingidos. A primeira delas refere-se à impossibilidade de manutenção das atividades pretéritas. Se no passado os dias eram preenchidos com trabalhos formais, a manutenção das plantações, a criação de animais e os cuidados com a casa, hoje em dia muitas pessoas perderam seus postos e quase todos um pedaço de terra para cultivo. Além disso, a falta de liberdade é sentida em Mariana, já que as portas precisam ficar sempre cerradas, em função das inseguranças e violências impostas ao meio urbano. Soma-se a isso a falta de pontos de encontro entre os moradores e moradoras e a distância dos antigos vizinhos e vizinhas, já que o aluguel das casas em Mariana ocorreu a partir das casas disponíveis em locais dispersos da cidade. Sobre as vítimas, produz-se um quadro de isolamento social.

(...) a gente que já é mais de idade, boba, a gente não acostuma com cidade não, tem muita coisa aqui que não agrada a gente. Aqui a gente não tem lugar de plantar nada, é só mesmo a casa. E lá no mato não, lá no mato a gente tinha um lugar de plantar um pé de laranja, lá não precisava nem da gente comprar, era só plantar e cuidar. E aqui não, aqui não tem lugar da gente plantar nada não. Então isso me aborrece (Seu Ramiro, aposentado, Bento Rodrigues. 22/12/16).

E outra coisa, essas casas todas fechadas. A gente lá tinha essa liberdade, de contato mesmo, com a natureza, a gente tinha uma porteira, mais pra impedir os animais de entrar no quintal, né, o objetivo dela lá era só esse, impedir que alguma vaca passasse, que algum cavalo passasse para o quintal. E aqui não, é tudo fechado, a gente tem que ficar o tempo todo com chave, tem também a

campainha, né. Então, são mudanças bem significativas (Angélica Peixoto, 51 anos, professora, Paracatu de Baixo. 16/12/16).

Contribuiu para o isolamento dos atingidos de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo uma série de hostilizações das quais eles têm sido alvos. A situação é bem distinta dos primeiros dias seguidos ao rompimento da barragem, quando muitos marianenses foram até o Centro de Convenções de Mariana levarem as suas doações às atingidas e atingidos. A comoção inicial diante da tragédia cedeu espaço ao temor de boa parte da população com relação à perda de empregos em função da paralisação das atividades da Samarco, que ocorrera em seguida ao rompimento. Boa parte da população marianense entende que a paralisação da mineradora está ligada aos custos que esta passou a ter para manter os alugueis e salários mínimos mensais dos atingidos. As hostilizações ocorrem por meio de insultos variados, como pode atestar:

É muita humilhação, Nanda, a gente sai na rua, chama a gente de Marilama, que a gente é come quieto da Samarco, que nós que somos culpados da Samarco não trabalhar, a gente sofre muita humilhação. (...) (Maria do Carmo Pereira, 55 anos, doméstica. 21/12/16).

Um dia eu fui comprar uma semente, ali no Barro Preto. Aí, um homem falou assim, mais a mulher da loja: “Ah, vai ter uma manifestação!” Aí o homem falou assim: “É, essa cambada de praga fez nós perder o emprego! Por que que não morreu todo mundo”? Não respondi nada, saí calada. Mas quando dá pra responder, eu respondo, numa boa. Porque nós não pedimos isso, né? Para vir aqui pra Mariana não. Eu não pedi pra ninguém mandar ninguém embora. Eu fiquei triste, que eu sei que tem pai de família desempregado, em Ouro Preto tem gente desempregada também, que trabalhava na Samarco. A gente fica triste, mas nós não somos culpados (Enedina, dona de casa, Bento Rodrigues. 13/12/16).

Eu falo com cê, eu, pra mim, eu nunca senti a humilhação do povo de Mariana não, mas tem muitos que já escutaram, né, muitos de Paracatu, de Bento, já escutaram, que os pessoal que não tinha nada, agora tá aí dando numa boa. Mas a gente tinha sim, a gente tinha tudo conforme eles têm. Aliás, muito mais, porque nós num morava em casa alugada não. (...) A gente veio pra cá é porque foi a falta de responsabilidade de quem trabalhava nessa represa, que deixou arrebentar, porque se tivesse um pouco mais de responsabilidade, pensasse que tinha gente por baixo, hoje nós estava aonde que nós não devia ter saído, Mariana não estava com esses pessoal todos aqui, nós num tava prejudicando, não sei se eu tô prejudicando (Vera Lúcia da Paixão, 61 anos, cantineira. Paracatu de Baixo. 14/12/16).

Como forma de pôr em contexto tais depoimentos é preciso explicar que, em Mariana, boa parte dos cidadãos dependiam da Samarco como forma de trabalho e, paralisadas as atividades da mineradora desde 2015, o número de desempregados na

cidade elevou-se. Apesar do pano de fundo dessa questão encontrar-se na dependência nutrida pelo município com a mineração, as moradoras e moradores dos distritos são acusados de usurparem as finanças da Samarco e contribuir para o atraso no retorno de suas atividades. Para Mansur e outros (2016), a estrutura econômica de Mariana sustenta e reforça a mínero-dependência e perpetua uma situação de fragilidade social. A instalação das indústrias extrativas minerárias dificulta a instalação de outras atividades e contribui para a dependência do município em relação ao setor. Além desse fator, há um discurso longamente produzido na cidade, em favor das atividades mineradoras e silenciador da enunciação de suas contradições:

(...) a legitimação social da atividade passa também pela formação de estratégias territoriais centradas em um discurso pró-mineração difuso, muitas vezes amparadas por empresas especializadas na comunicação com as comunidades. A concepção desse discurso tem como objetivo a coesão social em contextos caracterizados pelos impactos da mineração. Contratando agências especializadas em comunicação e gestão socioambiental, a Samarco – e outras empresas do setor – planeja estratégias de abordagem e mantém avaliação e monitoramento contínuos das comunidades e dos riscos sociais potenciais (reputacionais e econômicos)” (MANSUR et al, 2016, p. 27).

Ao caminhar por Mariana, não é incomum vermos faixas nas portas dos comércios pedindo a volta da empresa ou mesmo comerciantes vestindo camisas com os dizeres “Justiça sim, desemprego não”, que clamam pelo retorno da mineradora. Em outras situações, como no caso de duas audiências públicas organizadas pela Samarco nos dias 14 e 15 de dezembro de 2016 em Ouro Preto/ MG e Mariana, o discurso pró-mineração foi enunciado por meio de argumentos em que a técnica, aliada à geração de empregos, preponderaram. As audiências em questão faziam parte do processo de licenciamento da Cava Alegria Sul, visada para armazenar os rejeitos da Samarco, possibilitando assim o retorno das atividades da empresa. Em auditórios cheios, a maioria dos presentes estavam identificados com uniformes da Samarco e de empresas terceirizadas; quase nenhum atingido estava presente, algo justificado pelas hostilizações correntes.

Na apresentação do projeto, os responsáveis por sua elaboração atestavam sua máxima segurança, a atenção às comunidades próximas, que abrangiam Mariana e outros municípios, e as vantagens socioambientais da empreitada. Apenas quando o microfone foi aberto aos demais presentes, vozes dissonantes contestaram pontos do licenciamento, como a sua fragmentação, a ameaça às comunidades próximas, a falta

de alternativas à disposição dos rejeitos em barragens e, por fim, denunciaram o descompromisso da mineradora em reaver as perdas dos atingidos. Por parte da plateia, as falas de contestação receberam diversos xingamentos e vaias. Nos salões, eram vistas faixas pedindo o retorno da Samarco, o que evidencia não somente o tom das audiências, como também a manifestação desta como uma das formas de produção de legitimidade à Samarco e, consecutivamente, à Vale e à BHP Billiton.

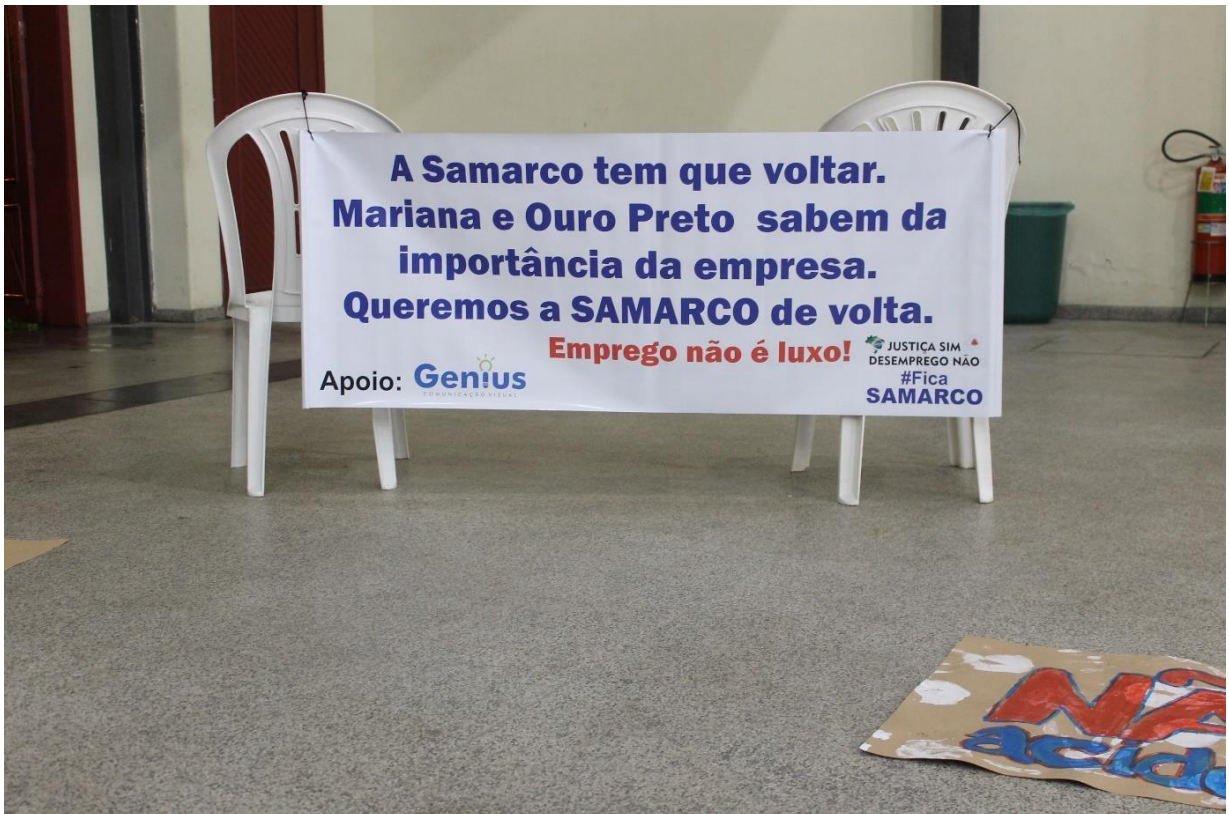


Figura 44: Faixa pedindo o retorno das atividades da Samarco em audiência pública. Arquivo pessoal.

Processos como o descrito acima repercutem no dia a dia das vítimas. As palavras a elas dirigidas como forma de repúdio inibem a circulação por Mariana e a reivindicação da ocupação de seus espaços públicos. Esse fator, somado à distância mantida dos antigos vizinhos, agem também como inibidores da participação e do ativismo dos moradores nos processos de luta pela realização dos seus direitos. O processo cumulativo de violações culmina, enfim, por disparar processos depressivos. Em mais de uma ocasião de entrevista pude testemunhar, nesse sentido, a pausa nas falas dos moradores para retirarem do bolso da camisa ou buscarem no quarto ou na cozinha as caixas de remédios que passaram a consumir após a mudança para o centro urbano de Mariana.

Eu não tomava remédio de depressão não, eu não era depressiva! Eu só tomei uns dias, né, que mamãe faleceu, eu não tava dormindo de noite, tomei dois meses, aí no final de dois meses já não foi preciso mais, porque tinha muita coisa pra distrair minha cabeça. Agora, se eu não tomar o remédio eu não saio de casa (Dona Leontina, 81 anos, dona de casa, Paracatu de Baixo. 21/12/16).

Agora eu tô fazendo tratamento, assim, tem psicólogo acompanhando a gente, que eu não tinha vontade de fazer esse tratamento não, mas aí depois eu vi, eu falei assim, eu não tô bem. Que eu não sou de ficar em casa, eu não sou preguiçosa. Aí, agora eu saio, vou fazer o trabalho, assim, artesanato, aprender de novo, e lá vai indo, mas bate muita saudade da minha casa (Enedina, dona de casa, Bento Rodrigues. 13/12/16).

Além dos processos depressivos, das hostilizações sofridas e das perdas mais nitidamente alcançadas, verifiquei a produção de uma série de outros efeitos decorrentes do rompimento da barragem para quem segue habitando as localidades atingidas, e que anunciam a continuidade, após o rompimento da barragem de Fundão, de ingerências da Samarco sobre as localidades. Em Pedras, por exemplo, uma moradora atestou que, com a chegada da lama, alguns moradores, mesmo que não tenham tido as casas alcançadas pelos rejeitos, optaram por sair do distrito, temerosos das consequências da convivência com a lama. O lugar também recebia visitantes, mas muitos ficaram receosos de retornar desde que a Samarco instalou ali sirenes de aviso. Ao invés de produzirem a sensação de segurança, as sirenes acentuaram o medo de desabamento das estruturas das barragens de Germano e Santarém.

Ainda em Pedras, outra moradora apontou rachaduras que apareceram em sua casa desde que caminhões de terceirizadas da Samarco começaram a passar na porta de sua moradia para realizar obras de contenção dos rejeitos no leito do rio. A moradora arcou com a construção de um muro na fachada de sua casa, com medo de que sua estrutura ficasse ainda mais comprometida, mas não sabe se terá seus gastos reavidos pela empresa ou como poderá comprovar a associação dos danos sofridos com a atuação da Samarco.



Figura 45: Fachada de uma casa em Pedras, com destaque para o muro construído a fim de evitar os impactos do trânsito de caminhões.

Alguns moradores também seguem residindo em Paracatu de Baixo, por terem suas casas localizadas em uma porção mais elevada do terreno não alcançada pelos rejeitos. Ali, a convivência com a lama é direta, e as consequências de tal contato são ainda desconhecidas. Em uma visita ao distrito, encontrei um morador que teve parte do terreno alcançada pela lama, mas esta não prejudicou a estrutura da casa. Embora tenha recebido o aluguel de uma casa, não consegue se adaptar à Mariana, por conta das questões já explicitadas e, na altura de nossa conversa, passava a maioria do tempo em Paracatu de Baixo.

Em estudo com moradores do Vale do Jequitinhonha, atingidos pela instalação da usina hidrelétrica de Irapé, Raquel Oliveira (2012) infere que as mudanças provocadas pelo empreendimento aparecem não como episódio crítico, mas como desordem crônica. Desencadeando alterações na qualidade e no regime natural da água do rio, realocações de famílias e processos de desestruturação produtiva, a instalação da usina provocou alterações profundas no modo de vida dos moradores. Embora, em Mariana, as transformações tenham vindo não da construção de uma barragem, mas do seu rompimento, pode-se aferir, a partir dos relatos das atingidas e atingidos, a manifestação dessa desordem crônica em seus modos de vida. Junto à incapacidade

de controlar suas escolhas, soma-se nas vidas afetadas a convivência com hostilizações, os adoecimentos e a instabilidade como condições permanentes em seu novo horizonte de ação. Nota-se, assim, o desdobramento do desastre na vida cotidiana, em seus mais diversos recantos.

Situações correntes de injustiça e de desvalidamento, como as que estão ocorrendo em Mariana, engendram sofrimentos. Veena Das (1998), ao etnografar casos atravessados por questões de gênero e violência, nomeia como sofrimento social a forma de sofrer que não é consequência exclusiva de infortúnios, contingências ou acasos extraordinários, mas manifesta-se nos pontos de interseção entre os âmbitos econômico, político e institucional, através de experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social.

Trata-se, segundo Vincent de Gaulejac (1997), que utilizou o mesmo conceito para estudar o contexto laboral na França, de um mal-estar situado em relações de repressão, exploração e exclusão, provocado por ausências de conforto material e reconhecimento moral. Produzido por contradições sociais que atravessam a identidade, o sofrimento social desencadeia a interiorização de conflitos gerados externamente.

Refere-se o sofrimento social, portanto, a situações objetivamente dolorosas e difíceis de serem vividas subjetivamente, expressivas do peso da privação e da negação da existência. Bader Sawaia (1999) significa o sofrimento como dor mediada por injustiças sociais e o adjetiva como ético-político, por ser desencadeado em situações de opressão que revelam a vivência cotidiana da injustiça social:

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na sua intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWAIA, 1999, p. 104-105).

Não há uma esfera psíquica que unicamente dispara sofrimentos, como convencionalmente habituou-se a entender e tratar as formas de sofrer na sociedade. Pelo contrário, o sofrimento vivido subjetivamente é intrinsecamente relacionado a questões socioespaciais e políticas marcadamente desiguais e injustas. Além de todas

as questões aqui explicitadas, um dos fatores que mais contribuem para engendrar sofrimentos encontra-se no desenrolar dos processos de negociação. A dor de não se fazer ouvir, de ser relevado em sua demanda simples, mas essencial, de cultivar o que planta, de ser impedido de continuar a caminhar com autonomia, tudo isso encaminha sofrimentos intersubjetivamente postos em relações desproporcionais de poder. Sobre os espaços em que se reproduzem tais relações tratarei agora.

A sala de audiências

De forma quase imediata ao rompimento da barragem de Fundão, as vítimas viram-se inseridas em uma teia de negociações para conseguirem a realocação em casas alugadas e a reparação dos danos e perdas sofridas. A situação de fragilidade diante do quadro exposto, por si só, instaurou os moradores em condição de desigualdade no processo de disputa para o restabelecimento dos seus direitos. Como verificado por Marcos Zucarelli ao presenciar esses espaços,

Além da necessidade de lidar com o trauma do desastre, com a perda de familiares, os atingidos foram obrigados a aprender novas dinâmicas de participação em reuniões, a formarem comissões representativas, a disciplinarem seus pensamentos e comportamentos, a objetivarem demandas, a estabelecerem estratégias de diálogo e de negociação, dentre outras novidades da situação (ZUCARELLI, 2016, p. 320).

Frequentar os espaços de negociação e inteirar-se das decisões tomadas significou lidar com vocabulários conformados em categorias técnicas e jurídicas inéditas para os moradores. Em Mariana, logo no início das negociações realizadas para as reparações emergenciais, os atingidos foram postos em mesas de negociação com as empresas, sendo o processo realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais. Antes de terem o tempo necessário para organizarem-se e proporem as reparações em seus próprios termos, os moradores foram inseridos em processos variados de negociação. Para Andréa Zhouri e outros (2016), classificações do Estado e das empresas incidiram sobre a manifestação do sofrimento social, em um cenário em que os agentes envolvidos ocupam posições assimétricas, com distribuição desigual dos capitais econômicos, políticos e simbólicos contabilizados nos espaços para a definição dos poderes de ação e de enunciação:

Com o evento, aqueles que já eram afetados pela operação do complexo minerário sofreram perdas de vida e a deterioração de sua saúde, além de bens materiais e do comprometimento permanente do seu território. De atingidos passaram a *vítimas*, com o pleno direito de compensação pelos danos materiais e morais. Colocá-los numa mesa de negociação é ato que os ressignifica como parte interessada e abre espaços para que a ré, a Samarco (Vale/ BHP), também seja ressignificada da mesma forma. Vítimas e agentes corporativos, engajados em uma espécie de barganha de medidas reparatórias e compensatórias, passam a estar confrontados em posições supostamente simétricas. Contudo, em posição enfraquecida para negociação, as primeiras correm o risco de serem privadas de seus direitos (ZHOURI et al, 2016, p. 37).

O desenrolar das negociações contribui para as hostilizações sobre os atingidos, pois as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton não se mostram, por meio de tais processos, como agentes responsáveis pelo desastre, mas como entidades que concedem “benefícios” aos atingidos. Transparece assim a imagem de que as empresas funcionam como uma espécie de ajuda aos atingidos, e não que providenciaram os aluguéis e as antecipações de indenizações porque foram convocadas a fazê-los. Contudo, na realidade das negociações entre empresas, Estado e atingidos, os últimos são forçados a enquadrar-se nos termos das primeiras para terem as perdas reavidas.

Moldado segundo a lógica desenvolvimentista, setores do Estado, por meio de órgãos federais e de Minas Gerais, abrem mão da radicalização da democracia em negociações com as empresas, contribuindo assim para estender sofrimentos. Em mais de dois anos de desastre, ainda não há punição aos responsáveis. O Estado e a razão governamental (FOUCAULT, 2008), como ideias reguladoras da política, são partícipes de uma guerra silenciosa que reinsere relações de força nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e nos corpos. Como guerra continuada por outros meios (FOUCAULT, 1999), a política se exerce nos espaços de negociação. Sobre os atingidos, a violência é sancionada, práticas de exceção manifestam-se e os limites entre a legalidade e a ilegalidade misturam-se (DAAS & POOLE, 2008). Como exemplo desses processos, trago a descrição de uma série de audiências que presenciei em Mariana.

Entre os meses de outubro e novembro de 2016, acompanhei três audiências judiciais no Fórum de Mariana, ocorridas com o propósito de revisão de 105 casos de atingidos que não foram contemplados ou contemplaram-se parcialmente no acordo que estabeleceu as antecipações de indenizações, número que corresponde a aproximadamente um terço das famílias desabrigadas no município. As audiências ocorreram em uma sala pequena do Fórum, na mesa estavam presentes a juíza

responsável pelo caso, três promotores, oito advogados da Vale, Samarco e BHP Billiton e três representantes da comissão de moradores constituída em decorrência do rompimento da barragem. Em cadeiras dispostas no fundo da sala, podiam assentar-se cerca de vinte moradores. Alguns ficavam de pé e muitos aguardavam, do lado de fora, o anúncio de seus nomes ou o encaminhamento dos casos de seus familiares, vizinhos e amigos. Todas as audiências iniciaram-se por volta das 14:30 e estenderam-se até o período da noite. De forma simples, cada morador, cujo nome era anunciado, nomeava suas perdas aos juízes, advogados, promotores e moradores presentes, expondo, muitas vezes, situações particulares e íntimas.

Diversos casos foram levados às audiências, evidenciando assim condições singulares de vida. Em um deles, uma moradora de Paracatu de Cima reivindicou o recebimento de um salário mínimo. Antes ela tinha uma horta, que utilizava para consumo, vendendo apenas o excedente. Após o rompimento, teve que sair de sua casa e, se antes não comprava nenhum tipo de verdura, passou a destinar parte maior de sua renda à alimentação da família. Por entender que a moradora não convertia suas plantações em renda substancial, sua demanda foi negada, mesmo sob o argumento de que, com a horta, ela antes deixava de gastar alguma quantia em dinheiro.

Em outro caso, um morador de Bento Rodrigues também reivindicou o recebimento de um salário mínimo, mas desta vez por conta das perdas da criação de galinhas, que contribuía para complementar a renda familiar. Agora, sem os equipamentos que perdeu com a chegada da lama e um local para retomar sua criação, seu projeto paralisou-se.

Em outras situações, moradores dos distritos cujas casas continuam de pé, mas que perderam área de plantação e/ou convívio com seus vizinhos, foram desconsiderados enquanto atingidos. Um deles morava em Pedras. Os advogados da empresa alegaram que, à época do rompimento, o acesso à sua casa fora interrompido, mas este não era mais o seu problema. Portanto, ele podia voltar para lá. Com problemas de saúde, ele alegava a dificuldade de retornar ao antigo lugar sem a presença dos seus vizinhos, cujas casas foram frontalmente atingidas pela lama.



Figura 46: Audiência judicial realizada em 10 de setembro de 2016 no Fórum de Mariana. Créditos: Bruno Amarantes.

Das audiências, nota-se, por parte das empresas, a dificuldade em reconhecer como atingidos aqueles que perderam suas hortas, criações, fontes de renda e laços com a vizinhança. Centradas nas vertentes econômica e de propriedade, as negociações desconsideram as dimensões de pertença cultural e simbólica aos territórios afetados. As lógicas aí imbuídas inibem a visualização das violências e dos sofrimentos que lhes acompanham. Tais lógicas foram abissalmente construídas no tempo histórico e, com o rompimento da barragem, manifestam-se na atuação das empresas e no tratamento dos conflitos em espaços institucionais, bem como na negação das experiências dos moradores dos distritos.

Sobre o último ponto, retorno ao diálogo feito por Boaventura de Sousa Santos com Walter Benjamin. Este conta, sobre os combatentes da 1ª Guerra Mundial, que haviam voltado silenciosos do campo de batalha, pobres em experiências comunicáveis. Com o desenvolvimento da técnica, tornaram-se habitantes de uma paisagem diferente em tudo, privada das relações sociais anteriores, quando os saberes eram transmitidos entre gerações (BENJAMIN, 1994). Em uma releitura de Benjamin, Santos (2002) pontua que a tradução da riqueza dos acontecimentos em pobreza da experiência pode

ser compreendida a partir da indolência da razão, que marcou o período contado por Benjamin. A razão indolente, ao conceber o tempo linearmente, pela via do progresso, comprime o presente e, com ele, ampla e variada experiência de mundo.

A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não querer se ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar (SANTOS, 2002, p. 245).

Por situarem-se fora dos lugares de produção da indolente razão hegemônica ocidental, as vozes da tragédia não são ouvidas em suas experiências. Discussões técnicas e econômicas são privilegiadas, em detrimento das dimensões relacionais e afetivas que não encontram caminhos simples para o seu ressarcimento em cifras monetárias. As negociações não se detêm às memórias que habitam os lugares agora destruídos, apenas às provisões econômicas vindouras. Para que se deem com justeza, é preciso, nessas arenas, fazer contar e se ouvir as vidas nos lugares devastados pela lama, por meio de um *alargamento das fronteiras do presente* (CHAUÍ, 1979, p. 18). Alargar o espaço-tempo presente a partir das ressurgências do passado é trabalho da rememoração.

Mas o que as pessoas trazem quando trazem o passado? Para Gagnebin, “somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexível do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (GAGNEBIN, 2009, p. 57). No caso do desastre, para haver justa reparação, é preciso ouvir o que os atingidos e atingidas contam sobre suas práticas e pertencças. Em outras palavras, é preciso que sejam ouvidas as lembranças de suas terras, de forma a não enquadrar as perdas em categorias redutivas.

Como afirma Ricouer, diante de situações de conflito social existe uma privação de determinados atores de seu poder originário, o poder de narrarem-se a si próprios. Porém, graças ao trabalho da memória, cada um de nós tem o dever de não esquecer, mas de dizer o passado. Segundo Sarlo (2007), os discursos da memória, transformados em testemunho, articulam-se contra o esquecimento e produzem um efeito reparador para a subjetividade. Ao tratar do testemunho, Selligmann-Silva (2008) afirma que este, como busca de compromisso entre o trabalho da memória individual e o coletivo, torna-se uma condição de sobrevivência. O testemunho participa de uma política da memória,

sendo que nas catástrofes históricas o ato de testemunhar é uma busca de compromisso entre o trabalho da memória individual e o coletivo.

Para Ribeiro (2010), o testemunho apresenta-se como espaço de tradução conducente à afirmação de uma memória pública. Ao debruçar-se sobre o Holocausto pontuou que, em um primeiro momento, processos judiciais deram relevo ao testemunho da vítima apenas para a formulação da prova, tendo todas as outras dimensões do testemunho sido secundarizadas. Nesse caso, reviver o trauma significou não um processo de libertação, mas uma nova penalização da vítima. A memória foi subordinada ao apuramento dos fatos e a testemunha tornada uma peça menor em uma máquina jurídica que a excede. Apenas no tribunal que julga Eichmann, ao ser dada voz às vítimas, passa a haver a possibilidade de encontrar um modo de enunciação público que permite ao sujeito que testemunha erguer uma identidade para além do trauma. Ocorre aí uma produção discursiva por parte das vozes até então silenciadas e excluídas e a construção de um discurso público do testemunho.

De acordo com Selligmann-Silva (2008), as cenas de litígio tendem a não garantir espaço para a fala muitas vezes fragmentada e plena de reticências dos testemunhos do trauma. Em Mariana, por exemplo, essa assertiva ganha nítidos contornos ao notarmos que atingidas e atingidos não são ouvidos na complexidade de suas perdas, que as reparações ainda se arrastam e que as vítimas começam a apresentar sinais de adoecimentos físicos e psicológicos. Em ambos os casos, para que haja justa reparação, é preciso que os moradores sejam ouvidos nas lembranças de suas terras, de forma a que as perdas não sejam enquadradas em categorias estéreis. No entanto, a condição para que isso aconteça é que as empresas sejam relocalizadas em seu papel de ré no processo, e não enquanto partes interessadas em negociações de perda e ganho. É preciso, ainda, que se construa uma “zona de tradução comum”, sendo esta entendida como um processo no qual ambos os termos da relação são postos em movimento e são levados a pôr em questão os seus quadros de referência (Ribeiro, 2018).

Aquelas e aqueles que moravam nos vilarejos contam as suas histórias antes de simplesmente enumerarem as próprias perdas. Ao lembrarem, por exemplo, a própria casa, suas medidas expandem-se quando resgatam as plantas colhidas dos quintais e servidas à mesa. Os atingidos não somente relatam suas perdas em termos quantificáveis, mas narram modos de vida em desmantelamento. Sem que se aprenda a linguagem daquilo que constituiu suas pertencas, o processo de reparação fragiliza-

se.

Para finalizar esta seção, cito LaCapra (2009) que, além de ressaltar o valor do testemunho, pondera que ações objetivas devem ir além deste. Nesse sentido, chamam a atenção formas de resistir que encontram nos próprios terrenos marcados pela mineração a sua expressão. Em Mariana, assim como em outras localidades atingidas ao longo da bacia do rio Doce, os problemas nas esferas de negociações implicaram na retomada das pertencas dos moradores por meio de algumas mobilizações em curso, que discutirei no próximo capítulo.

Diário,

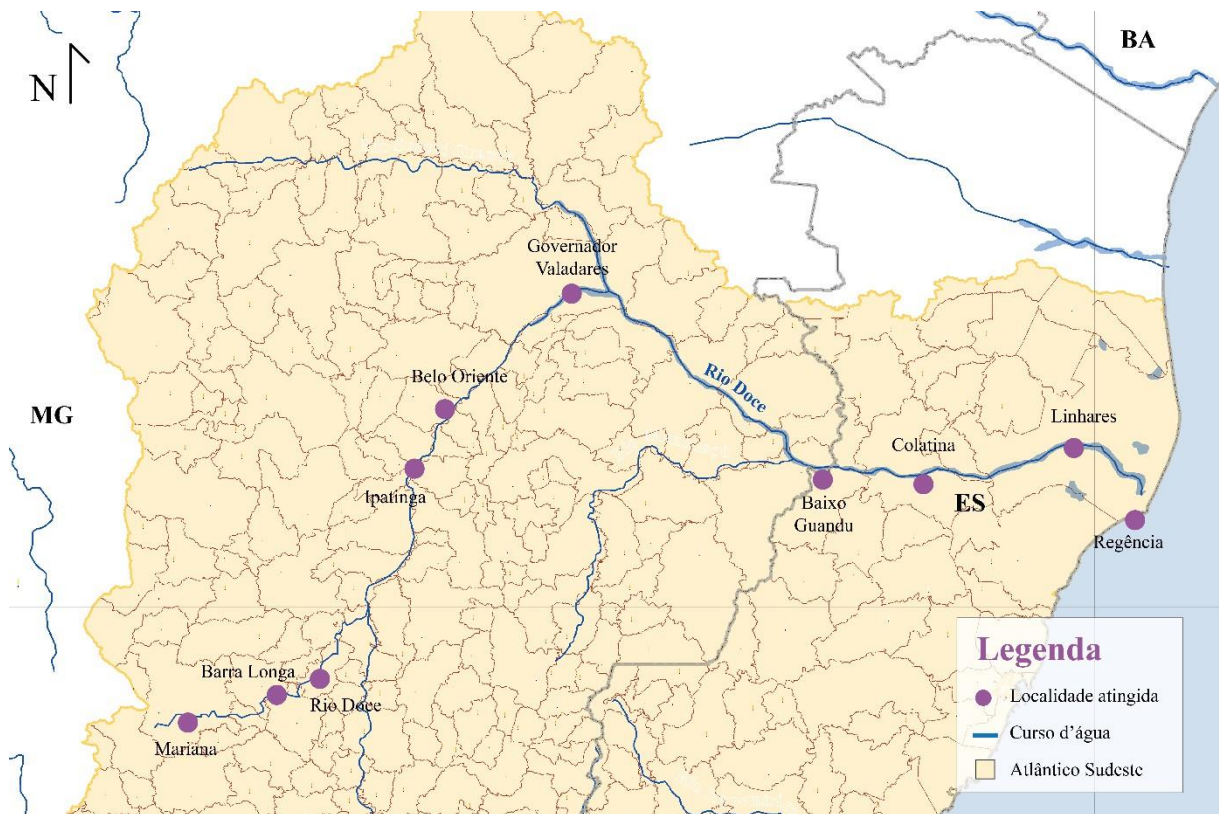
31 de outubro a 05 de novembro de 2016

05 de novembro de 2017

Entre 31 de outubro e 05 de novembro de 2016 participei da marcha “Um ano de lama e luta”, organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em função do primeiro ano do desastre. Foram mais de 600 quilômetros percorridos em sete dias, com paradas em nove cidades atingidas entre Espírito Santo e Minas Gerais. Uma semana de imersão em distintas histórias, tempo curto para apreender as singularidades de cada lugar e as complexidades ensejadas pelo desastre.

No dia 30 de outubro, saí de Belo Horizonte em um ônibus junto a estudantes e pesquisadores da UFMG. Havíamos pleiteado o transporte junto à universidade que, em parceria com o MAB, viabilizou nossa participação. Dirigimo-nos ao Espírito Santo para nos juntarmos aos demais integrantes da marcha, composta por militantes do MAB e de outros movimentos sociais, pesquisadores, jornalistas, atingidos pelo desastre no rio Doce e por distintos projetos desenvolvimentistas país afora. Lá chegando, encontramos crianças, jovens, adultos e idosos, lavradores, ribeirinhos, indígenas de diferentes localidades, o que tornou possível não somente a partilha de experiências, como o enriquecimento intelectual e pessoal para quem ali estava.

De Regência a Mariana, fizemos o caminho contrário à lama, expressando a construção de resistências ao longo do rio Doce e exigindo responsabilizações à Vale, Samarco e BHP Billiton. Regência, Colatina e Baixo Guandu, no Espírito Santo, Governador Valadares, Belo Oriente, Ipatinga, Rio Doce, Barra Longa e Mariana, em Minas Gerais, se interseccionam no que toca às transformações sofridas com a chegada dos rejeitos. O rio, ora se fazendo em margens estreitas, ora alargando-se na paisagem, apresenta distintas tonalidades e volumes. As pessoas que nele se banhavam, que dele tiravam seu sustento ou dele dependiam para o abastecimento de água, trazem consigo palavras que contam sistemáticas histórias de violações. Sem quem lhes ouça, as palavras transmutam-se em aflições no próprio corpo.



Mapa 3: Localidades percorridas pela marcha “Um ano de lama e luta”. Créditos: Débora Moura.

Regência, Colatina e Mascarenhas, 31 de outubro de 2016

Nosso ponto de partida foi na foz do rio Doce, na vila de Regência Augusta, pertencente ao município de Linhares (ES). A estrada que nos levou até lá é estreita e de terra batida. As primeiras casas, embora com as paredes pálidas, traziam junto às cercas da entrada ramos de flores. Casas simples se misturavam a outras cujas placas indicavam hostels e pousadas. Portas e janelas estavam fechadas, apesar da claridade do dia, e também não havia muitas pessoas na rua. Em Regência, as principais fontes de sustento dos seus dois mil habitantes eram, até o desastre da Samarco, a pesca e as atividades de conservação ambiental, sendo também comum o trabalho nas atividades de turismo, praticado especialmente por surfistas⁴¹, sendo também comum o trabalho nas atividades de turismo, praticado especialmente por surfistas.

Nosso ônibus estacionou em frente ao Ginásio Poliesportivo Elpídio Ângelo Macedo, onde já estavam concentrados integrantes da marcha vindos de outros estados. Tomamos banho, em seguida formamos uma fila para o café coletivo, acompanhado de pão, manteiga e mandioca cozida. Variados sotaques podiam ser

⁴¹ Disponível em: < http://www.tamar.org.br/centros_visitantes.php?cod=5>. Acesso em: <09/01/18>.

notados em torno da mesa. Como ainda era preciso esperar outros participantes chegarem, chamei alguns colegas para uma caminhada.

A vila de pescadores continuava silenciosa. Próximo ao ginásio, no muro da Escola Estadual Vila Regência, uma pintura do mar azul havia sido tingida pela metade de marrom. Junto à cor azul, os dizeres “água fonte de vida”, enquanto junto ao marrom lia-se “esta lama não é nossa”. Seguindo a rua da escola, um caminho estreito e rodeado de árvores terminava em um deque sobre o rio Doce, mais a frente encontrando o mar. A água do rio tinha aparência esverdeada. Pequenas embarcações, talvez oito, pintadas em tons coloridos, estavam paradas. Em outros dias, naquele horário, provavelmente já tivessem saído ao mar.

Ainda antes de iniciar a marcha, conhecemos o Farol de Regência. Um dos trabalhadores que ali estavam realizando serviços de manutenção convidou-nos para subir. Após 47 metros de degraus em uma escada cilíndrica e estreita, a vista do topo surpreendeu. Regência tem uma espessa cobertura verde que antecede o mar. O mar contorna a vila, cujas casas são como pequenos pontos entre o verde e os caminhos de terra. Sem demora, foi possível avistar o encontro entre o rio Doce e o Atlântico. Sua cor já não se apresentava em forte marrom, como nos primeiros meses do desastre em que se multiplicavam na mídia fotografias daquela paisagem, mas os rejeitos permaneceram dissolvidos na água. Na praia, não se via ninguém.

Descemos o farol e, no caminho de volta ao ginásio, avistei a sede do projeto Tamar, uma pequena casa pintada de verde. Regência é – ou era – um dos principais pontos de desova de tartarugas marinhas do Brasil. Quis entrar, mas precisávamos nos apressar para a marcha. Já concentrados, os integrantes haviam pendurado bandeiras e estandartes do MAB nas laterais do ginásio. Os estandartes continham imagens e inscrições em alusão ao desastre e à luta que a partir dali impera: uma igreja manchada de marrom até a metade de sua altura, uma torneira escorrendo uma gota de lama, um peixe pintado de marrom, cruces lembrando os mortos, a lama sendo derramada da logomarca da Vale, o símbolo socialista do trabalho, uma fecha indígena junto à palavra resistência.

A marcha foi iniciada da seguinte forma: Na frente, uma faixa do MAB com os dizeres: “Um ano de impunidade: Lutar e organizar para os direitos conquistar!” Em seguida à faixa, algumas pessoas carregavam os estandartes. Depois vinham duas outras faixas: uma, do MAB, onde se lia: “Crime da Samarco/ Vale/ BHP: Somos todos

atingidos” e outra, da UFMG, com o apoio à marcha: “A UFMG apoia a luta dos/as atingidos/as pelo desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton”. Atrás das faixas, cerca de trezentas pessoas seguiram em duas filas com bandeiras do MAB. Quando caminhamos, alguns moradores chegaram à porta das casas e dos comércios para ver e ouvir. As palavras de ordem alternavam-se: “Lutar e organizar para os direitos conquistar!”, “Água e energia não são mercadorias!”, “Águas para a vida, não para a morte!”

Depois de quase uma hora a marcha chegou à praia. As bandeiras brancas vacilavam, fazendo contraste com o céu nublado. Diante da linha do mar, as pessoas formavam outra na areia. Embora os rejeitos não deixem mais cor na água, a toxidade permanece. Daquela linha, portanto, não podíamos avançar.

A vila de Regência já não recebe muitos turistas. A Samarco ainda não reconheceu alguns pescadores e artesãos como atingidos que, no entanto, tiveram suas rendas comprometidas: “A nossa economia é encadeada, é um elo, um depende do outro, nós vivíamos do rio e do mar. Nossa comunidade é de pesca artesanal, e vendíamos peixes para restaurantes em Linhares, Vitória, Rio de Janeiro”⁴². Enquanto algumas famílias receberam da Samarco um cartão de um salário mínimo mais 20% por dependente por mês, outros, em situação semelhante, nada receberam, o que tem gerado conflitos.

Naquela tarde partimos para Colatina (ES), cidade de quase 100 mil habitantes atravessada pelo rio Doce. Chegamos ao final do dia, o nível da água estava tão baixo que a visão oscilava entre bancos de areia e fios d’água que formavam pequenos espelhos. Nosso ônibus estacionou em uma praça no centro da cidade, onde um lanche coletivo foi servido: vitamina, achocolatado, pão e biscoitos. Sob uma tenda, uma senhora vendia lanches. Fui até lá em busca de sombra e ela acabou contando um pouco da situação de Colatina.

A cidade, que era abastecida pelo rio Doce, com o desastre passou a ter água distribuída em caminhões pipa, gerando conflitos entre moradores, que disputavam o acesso. Mais tarde, a água do rio Doce começou a ser tratada, tendo o seu consumo provocado uma série de adoecimentos. Um senhor que ajeitava as cadeiras de plástico junto à tenda contou que, com o rompimento da barragem, tem dispendido quase o

⁴² Disponível em: < <http://tragedianunciada.mabnacional.org.br/2016/10/31/na-foz-do-rio-doce-lama-destroi-turismo-e-economia> >. Acesso em: 21/11/16.

dobro do que antes gastava com gasolina, já que precisa do seu carro para buscar água em uma nascente. Afirmaram que, em Colatina, havia muitos pescadores. Alguns ainda tentavam encontrar peixes no rio que, além de poluído, andava bem baixo. A senhora fez questão de mostrar um vídeo feito em seu celular da primeira chuva forte do ano de 2016, ocorrida no início do mês de outubro. Filmou para que pudesse ouvir as gotas de chuva encontrando as superfícies das calçadas.

Despedi-me do casal no momento em que a marcha começou a percorrer o centro da cidade. Muitos moradores assomavam-se nas portas das lojas e a seguiam com os olhos. Alguns atingidos falaram ao microfone, enquanto jornais de mídias alternativas foram distribuídos. Os integrantes da marcha, aos poucos, aprendiam os versos musicados que denunciavam a Samarco e convocavam as pessoas à luta: “Vale dessas lágrimas, Samarco dessas lamas/ O povo não esquece, Mariana ainda chama/ O povo organizado, a empresa não engana”, “Levanta povo, olha o novo que começa a despertar/ É a força e a beleza do projeto popular”... Caminhamos junto às margens do rio até encerrar a marcha em frente à Escola Conde de Linhares, então ocupada por estudantes em manifestação contrária à PEC 241⁴³. Entre atingidos e ocupantes, houve apoio mútuo, afirmado junto ao microfone. Próximo à escola os ônibus nos esperavam e então partimos para o próximo destino.

Na noite do dia 31 chegamos a Mascarenhas, pequeno distrito de Baixo Guandu (ES) cuja população dependia majoritariamente da pesca. De acordo com a programação repassada pelo MAB, reuniríamos em uma assembleia com os atingidos. Porém, pouco depois de deixarmos o ônibus, fomos conduzidos até uma rua que terminava na linha de trem da Vale, em um trecho da estrada de ferro Vitória a Minas. Por cerca de três horas, ocupamos a linha férrea e nenhum trem passou por ali. Os moradores de Mascarenhas já haviam interditado a ferrovia três vezes em função da falta de atendimento da Samarco aos atingidos. Segundo uma moradora, apenas com as manifestações mais atingidos foram cadastrados para receber os cartões que, mesmo assim, não alcançaram a totalidade das pessoas, especialmente as mulheres pescadoras⁴⁴.

⁴³ PEC 241 ou PEC 55 é a proposta de emenda constitucional que congela as despesas do Governo Federal em setores sociais por vinte anos. Foi aprovada em dezembro de 2016.

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-ocupam-ferrovia-da-vale-em-baixo-guandu-es>>. Acesso em: 10/01/17.

Já cansadas da jornada, as pessoas sentaram-se nos trilhos, conversando ou entoando cantos, conduzidas ao microfone por um integrante do MAB, já com a voz rouca. Pela primeira vez, reparei a quantidade de idosos e crianças presentes. Vestindo camisas do MAB, faziam parte das famílias atingidas de todo o país, inclusive pela Vale. Aquelas pessoas haviam passado a noite anterior viajando, acumulavam cansaço e poucas horas de sono. Pensei no esforço necessário à luta, nas perdas que aquelas pessoas tinham sofrido com os grandes projetos e naquilo que tinham largado mão para estarem ali. Idosos que, ao invés do conforto esperado nessa altura da vida, traziam como imperativo a luta, mas também crianças que principiavam a vida já vislumbrando a resistência como caminho.

Eram quase 22 horas quando nos foi servido o jantar. Painéis grandes foram levadas até a linha do trem e lá formamos uma fila. O cardápio estava variado: arroz, feijão, farofa, salada de repolho, macarrão e carne. Jantamos ali. Por volta das 23 horas desocupamos a ferrovia e seguimos em direção ao Ginásio Poliesportivo de Baixo Guandu, onde montamos barracas, tomamos banho e logo fomos deitar. Senti a força de estarmos juntos naquela espécie de peregrinação. Além das caminhadas nas ruas, partilhámos o espaço e o tempo nas conversas, refeições, durante os trajetos no ônibus e ao utilizarmos a mesma quadra para dormir. Pequenos gestos de gentileza ensaiavam empatia entre pessoas cujas lutas em muitos pontos convergiam-se. Além disso, o fato de estarmos juntos transformava o pesar diante das cenas do rio e do mar alterados em energia para seguirmos peregrinando.

Acordamos às 5 horas da manhã com uma alvorada, que constituiu em um canto para despertarmos para o segundo dia de marcha. Fora da quadra estava sendo servido um café da manhã, com pão de sal e bolo. Juntamos nossas malas e barracas e, pouco depois das 6 horas, seguimos em direção a Governador Valadares. Já na estrada, perto do limite entre Espírito Santo e Minas Gerais, acompanhei, da janela do ônibus, um longo trecho da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Seguindo em direção ao litoral, um trem com pelo menos cem vagões passou carregado de minério.

Governador Valadares, Cachoeira Escura e Ipatinga, 1º de novembro de 2016

Governador Valadares (MG), com mais de 200 mil habitantes, foi a maior cidade atingida pela lama. Chegando lá, dirigimo-nos ao auditório de uma escola para a audiência pública “Os efeitos do crime na vida do povo após um ano – especialmente

para os povos indígenas”. Articulada pelo MAB, a audiência discutiu os efeitos do desastre sobre a população ribeirinha, urbana e indígena. Para pautar as discussões, estavam presentes representantes dos povos Krenak e Tupiniquim e do poder público. Um indígena Krenak lembrou as consequências espirituais do desastre para seu povo, que com o rio Doce nutrem uma relação sagrada.

Governador Valadares, que também dependia do abastecimento de água do rio Doce, passou por uma crise hídrica nos primeiros meses seguidos ao rompimento da barragem de Fundão, tendo havido conflitos pela distribuição de água no município. Quem conseguia, fazia reserva de água mineral em casa, cujo preço mais que duplicou. Atualmente, boa parte das famílias consome água tratada do rio Doce, mas alegam que isso tem provocado adoecimentos.

Depois de caminhar até as margens do rio, tingido de um marrom intenso, almoçamos na quadra da escola. A refeição foi distribuída por integrantes do MAB em marmiteix: arroz, feijão, salada de alface, tomate e frango. Após o almoço, descansamos um pouco e logo fomos chamados para organizar nossa entrada no ônibus, seguindo viagem até Cachoeira Escura, distrito de Belo Oriente (MG).

Chegamos ainda à tarde no distrito, descemos do ônibus e imediatamente começamos a marcha. Das casas simples vistas na primeira rua onde passamos, os moradores começavam a sair para espreitar a caminhada e, aos poucos, alguns integraram-se a ela. Ao microfone, denunciaram a atual condição de vida no distrito. Outros, logo que me viram com a câmera fotográfica na mão, vieram relatar suas situações. Comparada aos demais municípios percorridos, a aderência da população de Cachoeira Escura foi alta, o que se explica pela situação das famílias ou por uma maior inserção do MAB ali.

Em Cachoeira Escura, a água do rio Doce foi tratada para uso dos moradores, provocando adoecimentos:

Ajudante de cozinha, Yrani diz que várias pessoas da família já se sentiram mal após consumir o que ela chama de “água da Samarco”. Vômito, diarreia, dor de estômago, tontura e alergia na pele são alguns dos sintomas levantados por ela. O maior medo agora é pela saúde dos filhos e sobrinhos que bebem a água encanada da escola. “Tem uma moça que levou o filho no médico, que disse que era para ela dar uns dois litros de água mineral pra ele levar para a escola. E que se ela der água [encanada] pra ele, ele vai morrer (FREIRE, 2016).

Em uma das ruas onde passamos, um senhor enchia alguns galões de água em uma bica, a qual muita gente tem recorrido para abastecimento. Em algumas residências, famílias furam poços em busca de água. Enquanto eu fotografava, uma senhora veio contar que o marido, que tem dificuldades de locomoção, precisa diariamente buscar água em um local distante. Disse também que a Samarco nunca esteve lá.

Em determinado momento da marcha, alcançamos a linha de trem da Vale que corta Cachoeira Escura. Seria preciso atravessá-la, já que o objetivo era chegar até as margens do rio Doce. Alguns vagões, carregados de minério, estavam parados. Mais adiante, avistava-se um grupo de policiais militares. Quando os manifestantes se aproximaram da linha do trem, os policiais formaram uma fileira, impedindo de seguir a caminhada. Com escudos, cassetetes e cães farejadores, ouvi quando perguntaram pelo líder do movimento. Após negociações com representantes do MAB, a marcha pôde seguir. Atravessamos um trecho da linha e continuamos em direção à beira do rio. Durante todo o tempo, éramos observados pelos policiais, que faziam escolta ao trem da Vale.

Descemos por um caminho estreito de terra e, em cerca de cinco minutos, alcançamos as margens do rio Doce. Ali, ele é largo e estava bem marrom. Não está cercado de um denso povoamento, como em Governador Valadares, mas de muita mata. Representantes do MAB e da comunidade plantaram vinte mudas de árvores em suas margens em lembrança aos mortos pelo desastre, incluindo aí o bebê ainda no ventre da mãe.

Seguimos viagem até Ipatinga, cidade também atingida, embora em um trecho menor. Chegamos por volta das 20 horas e fomos direto para o Ginásio Municipal Sete de Outubro, onde iríamos jantar e dormir. Na porta do ginásio, moradores nos receberam com entusiasmo, o que aliviou um pouco o cansaço. Deixamos nossas bagagens em uma das extremidades da quadra e nos preparamos para assistir a uma aula pública, organizada por estudantes de Ipatinga, mobilizados junto ao Levante Popular da Juventude. A aula resultou de uma articulação do MAB com o Levante e com o Sindicato dos Educadores de Minas Gerais (SindUTE) que realizaram, durante duas semanas, diálogos com jovens da região⁴⁵.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/em-ipatinga-mg-no-vale-do-jovens-organizam-apoio-marcha>>. Acesso em: 10/01/18.

Para encerrar a noite, o cantor Flávio Renegado se apresentou, cantando músicas de resistência e, em seguida, foi servido o jantar. Descansamos para seguir viagem no dia seguinte em direção ao município de Rio Doce.

Rio Doce e Barra Longa, 02 de novembro de 2016

Chegamos ainda pela manhã em Rio Doce, tomamos um café em uma quadra de esportes feito pelos moradores e, em seguida, entramos novamente no ônibus para irmos até a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, também conhecida como usina de Candonga, instalada no município.

De propriedade da Vale, a usina foi responsável pela remoção de várias famílias, realocadas na localidade de Nova Soberbo em um processo conflituoso, que resultou em poucas indenizações e pouca participação dos atingidos. Doze anos após o licenciamento que autorizou o funcionamento da hidrelétrica, muitos ainda lutam por seus direitos. Desde o rompimento da barragem de Fundão, Candonga paralisou suas operações e reteve 10,5 milhões de metros cúbicos dos rejeitos da Samarco⁴⁶. Nesta altura do ano, próxima ao período chuvoso, a população sente-se sob risco e insegurança. Um discurso feito por um integrante do MAB ao chegarmos ao lago da usina é revelador desse temor:

Nós, do Movimento dos Atingidos por Barragens, estamos aqui na beira do lago de Candonga. Este lago violou direitos humanos nas cidades de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. O crime da Samarco piorou as coisas. Vocês estão vendo que a barragem [hidrelétrica] virou uma barragem de rejeitos. E aquele muro lá, ó, pode estourar, se chover demais. Pode estourar a barragem de Germano, pode descer a barragem de Fundão e, se chover muito, o muro estoura, certo?⁴⁷

De onde estávamos, mal podíamos alcançar com o olhar a quantidade de lama represada. O ato seguiu em frente ao reservatório da usina de forma silenciosa. Faixas foram erguidas e registros fotográficos daquele momento foram feitos, até que retornamos à cidade para o almoço. Em um salão comunitário, representantes de movimentos sociais, atingidos e pesquisadores manifestaram-se ao microfone em denúncia ao desastre. Afirmaram também que a cidade de Rio Doce, pela segunda vez, foi atingida por barragens e que a impunidade não deve perseverar.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/candonga-pr-xima-trag-dia-anunciada>>. Acesso em: 10/01/18.

⁴⁷ Transcrição de fala de representante do MAB em Rio Doce em 1º de novembro de 2016.

À tarde, chegamos em Barra Longa (MG), segundo município afetado com o desastre da Samarco. A cidade, de menos de dez mil habitantes, foi a única a ter o centro urbano inundado pela lama, tornando-se canteiro de obras com a chegada de cerca de seiscentos trabalhadores contratados pela Samarco. Convivendo com o pó dos rejeitos, muitos moradores estão adoecendo com problemas de pele e respiratórios. A marcha percorreu a praça central de Barra Longa, reformada recentemente pela Samarco. Apesar da ordem aparente, é possível ver o fundo de algumas casas que margeiam a praça marcadas até a metade de marrom. O protesto silencioso de alguns moradores também fere tal ordem, como é o caso desta faixa colocada em frente a um centro comercial: “Esta loja está fechada desde 5 de novembro de 2015, Motivo, ‘Lama’ descaso ‘Samarco Mineração’”. Após a marcha, fomos recebidos pelo músico da cidade, Fafá da Barra, que cantou uma música cuja letra narra o desastre:

Da ganância veio a morte
De Bento, Barra até o mar
Cadê meu rio?

Mera lembrança
Nosso chão

Recorrer a quem?
Só nos resta a união (...)⁴⁸

Mariana, 2 a 5 de novembro de 2015

Era noite quando chegamos à Arena Mariana, cidade final da marcha. Até a manhã do dia 5 ficamos ali instalados para o encontro “Um ano de lama – Um ano de luta”, organizado pelo MAB. Dormimos três dias na mesma arena em que os atingidos de Mariana se abrigaram na noite de 5 de novembro de 2015. Àquela arena, durante o encontro, os atingidos retornaram quase um ano depois para relatarem o que têm vivido e exigir o cumprimento dos seus direitos perante representantes do poder público e das organizações sociais ali presentes. Além de denunciar as consequências do desastre, o encontro objetivou prestar solidariedade às vítimas e debater a construção de uma pauta unificada para a organização das lutas. Na arena, pessoas que ainda não haviam se somado à marcha se juntaram, dentre militantes de movimentos sociais e atingidos de todo o Brasil.

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingido-comp-e-m-sica-sobre-crime-em-mariana>>. Acesso em: 10/01/18.

De acordo com o MAB, cerca de 800 pessoas estiveram reunidas ali. A diversidade dos participantes notava-se por meio das refeições preparadas nas cozinhas comunitárias instaladas no ginásio, com pratos típicos de cada região do país. Entre as atividades realizadas, uma performance na quadra convocou a unidade na luta, a partir de uma grande roda onde todos puderam participar. Entre os debates e discussões, a fala do Exedito, de Bento Rodrigues, destacou-se. Após aguardar em uma fila junto a atingidos de outros pontos da bacia para fazer suas denúncias a autoridades do Ministério Público, disse que, para além das casas, móveis e demais objetos pessoais, ele queria, sobretudo, a sua liberdade de volta.

Durante o evento senti falta da presença de mais moradores de Mariana. Acredito que a ausência se justificou pelas condições delicadas de vida dos atingidos em Mariana, alvo de preconceitos, e pelas dificuldades de mobilização do MAB para a criação de laços mais efetivos com os atingidos da cidade. A inserção em um território cuja atividade mineradora ameaça com o imperativo da empregabilidade dificulta o engajamento em propostas de mobilização social.

No dia 5 pela manhã, ônibus saíram com direção a Bento Rodrigues, onde seria realizado o último ato. Devido à chuva daqueles dias, o ônibus em que eu estava não conseguiu percorrer toda a estrada de terra que leva a Bento Rodrigues, de modo de caminhamos por cerca de duas horas até chegarmos lá. Bento estava muito cheio naquele dia. Carros formavam filas para chegar ao local, repleto de ativistas e jornalistas. Não havia muitos moradores. Um culto ecumênico foi celebrado e uma performance relembrou o dia 5. Pela emoção disparada nos moradores que lá estavam, alguns passaram mal. Após percorrermos ruas do vilarejo, o ato finalizou-se e, aos poucos, as pessoas se dispersaram.

Em novembro de 2017, outro ato seria realizado em Bento Rodrigues, desta vez organizado pelos próprios moradores e com menor presença da imprensa.

Mariana, 5 de novembro de 2017

Um ano depois, em uma tarde de domingo, novamente estava em Bento Rodrigues. Nesse segundo ano de desastre não houve marcha ou um grande ato, mas atividades nos distritos com participação maior dos moradores. Mesmo com o pesar que a revisita aos territórios nesta data possa representar, e mesmo com o cansaço por mais um ano de esperas e negociações, eles lá estavam.

Em Bento Rodrigues, sobre as ruínas da igreja de São Bento, uma missa foi celebrada. A estrutura improvisada de plástico e metais que resguarda a bicentenária construção abrigou os moradores, que lembraram seus mortos, a impunidade do crime e a angústia da espera. Diante do descaso da Fundação Renova, que para a celebração providenciou apenas alguns tapumes soltos para ocultar a lama seca, os moradores, organizados no grupo “Loucos por Bento”, entoaram o desejo unívoco de paz e de voltar para casas a que possam chamar de suas.















Pág. 169:

Linhares, ES | Vila de Regência | 31.20.16

Linhares, ES | Vila de Regência | 31.10.16

Pág. 170:

Linhares, ES | Vila de Regência | 31.10.16

Belo Oriente, MG | Cachoeira Escura | 01.11.16

Pág. 171:

Belo Oriente, MG | Cachoeira Escura | 01.11.16

Belo Oriente, MG | Cachoeira Escura | 01.11.16

Pág. 172:

Belo Oriente, MG | Cachoeira Escura | 01.11.16

Belo Oriente, MG | Cachoeira Escura | 01.11.16

Pág. 173:

Belo Oriente, MG | Cachoeira Escura | 01.11.16

Belo Oriente, MG | Cachoeira Escura | 01.11.16

Pág. 174:

Mariana | Bento Rodrigues | 05.11.17

Mariana | Bento Rodrigues | 05.11.17

Pág. 175:

Mariana | Bento Rodrigues | 05.11.17

Mariana | Bento Rodrigues | 05.11.17

CAPÍTULO IV: Ocupar a terra – Vestir a morada de novos sentidos

Ainda não sabemos quais serão as consequências do desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton ao longo dos anos nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. No presente, as situações vividas por atingidas e atingidos de distintos pontos da bacia revelam diversas alterações ambientais e danos humanos com a tomada dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce pelos rejeitos minerários da Samarco, Vale e BHP Billiton. As perdas em evidência multiplicam-se: comprometimento de atividades de pesca e artesanato, problemas de pele e respiratórios, convivência com um rio e paisagens alterados. Muitas das localidades afetadas já sofreram imperativos de antigos projetos, como foi o caso da construção da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves no município de Rio Doce. Muitas perdas não são visibilizadas, para elas não há manchete, tampouco o comparecimento do Estado por meio do cumprimento das suas funções e da responsabilização às empresas. Contudo, durante a marcha “Um ano de lama e luta”, a presença da Polícia Militar de Minas Gerais, formando uma espécie de cordão de proteção ao trem da Vale estacionado em Cachoeira Escura e apontando seus armamentos aos atingidos, boa parte idosos e crianças, sinaliza não a ausência do Estado nas cidades atingidas, mas a sua atuação atrelada aos interesses empresariais.

As ações coordenadas entre empresas e Estado, bem como as marcas deixadas pela lama por meio da interrupção das atividades laborais e do comprometimento da saúde dos atingidos dão mostras de que o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton tende a se perseverar ao longo de décadas, por meio da emergência do fenômeno da violência lenta, uma espécie de violência invisível, continuada mesmo quando os holofotes já não se voltam para os lugares em que arbitrariedades foram deferidas. Expressa, no caso do desastre, por meio da perda de plantações, trabalhos, referenciais simbólicos e impositiva alteração nos ritmos de vida, subsiste, após 5 de novembro de 2015, uma “violência que ocorre gradualmente e longe da vista, uma violência da destruição deferida que está dispersa pelo tempo e pelo espaço, uma violência de atrito que normalmente nem sequer é entendida como violência” (NIXON, 2011, p. 02. Tradução livre.). Trata-se de uma forma de violência para a qual deve ser reclamada atenção.

A violência é habitualmente entendida como uma ação que é imediata no tempo, explosiva e espetacular no espaço, e que eclode com uma visibilidade

instantânea. Precisamos, creio, de nos ocuparmos de um tipo diferente de violência, a violência que não é espetacular nem instantânea, mas gradual e cumulativa, cujas repercussões calamitosas se movem através de uma série de escalas temporais (ibidem)

Manifesta em populações diversas do Sul Global e produto, dentre outras, de contaminação ambiental, do militarismo, das guerras e de políticas desenvolvimentistas, devemos nos ater ao fenômeno da violência lenta, menos visível e persistente no tempo. Resultado da violência destrutiva do capitalismo, produz sujeitos sacrificáveis em nome do progresso.

Como exemplos de desastres localizados em um sul simbólico, cito os casos de Bhopal e de Tchernobil. Na Ucrânia, em 1986, uma série de explosões destruiu o reator e o prédio do quarto bloco da Central Elétrica Atômica (CEA) da cidade de Tchernobil, causando o maior desastre nuclear da história. Até hoje muitas cifras são desconhecidas, ainda nascem crianças com sequelas da radiação (ALEKSIÉVITCH, 2016). Já na cidade de Bhopal, na Índia, em 1984, milhares de pessoas morreram após a reação de um dos tanques de uma fábrica de agrotóxicos da filial indiana da empresa estadunidense Union Carbide Corporation (UCC) (GREENPEACE, 1999). Os dois casos guardam memórias pouco expressivas nas zonas do globo hegemonicamente guiadas pela razão indolente ocidental.

Em estudo sobre o desastre de Bhopal, Bruno Sena Martins (2016), coloca-se a pergunta sobre o porquê de algumas vidas serem desproporcionalmente expostas à violência, sem que suas vozes sejam contadas. No caso em questão, falhas causadas em função da economia com os artefatos industriais engendraram o desastre e, passados quase trinta anos, moradores da cidade seguem com sequelas manifestas sob a forma de deficiências físicas. Aos moradores de Bhopal, ao longo desse tempo impuseram-se formas de luta para a responsabilização da empresa Union Carbide. Passeatas, greves de fome e atos para lembrar o dia do evento que desencadeou o desastre são exemplos disso. Para Martins (2016), fazer viajar as resistências dos moradores de Bhopal e dos desastres situados a sul no globo é uma forma de fazer viajar esperanças em lugares onde ela ainda é escassa.

Em Mariana, nos itinerários de pesquisa forjados, pude testemunhar, frente às adversidades e violações de direitos vivenciadas pelos atingidos, a manifestação de uma série de ações que, embora não intitulada por muitos como tal, conformam-se como resistências aos poderes instituídos para estabelecer os encaminhamentos do desastre.

Por vezes silenciosa, a resistência se faz presente com o corpo que preenche a sala de audiências do Fórum de Mariana. Se, logo após o rompimento da barragem de Fundão, essas eram as formas de protesto que eu mais facilmente percebia, ao longo dos meses e primeiros anos do desastre, diante da demora para que a justiça se cumpra, vi ser tornada mais comum a participação dos atingidos nesses espaços com faixas e cartazes, mas também o empenho da voz para fazer valer os direitos tornou-se mais forte. Além disso, atingidos acumularam aprendizados políticos nesse processo, sendo que alguns participam ativamente da comissão de moradores e outros do Movimento dos Atingidos por Barragens, para se ter um exemplo.

O que mais me chamou a atenção, no entanto, foram as formas de resistir que encontram nos próprios terrenos marcados pela lama a sua expressão. Revisitas frequentes a Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo são formas de retomar como seus os espaços. Em Bento Rodrigues, por exemplo, moradores organizados no grupo “Loucos por Bento” acamparam algumas vezes no distrito e em vários finais de semana encontram-se no lugar. Outra forma de resistência são as celebrações religiosas, nas quais a reapropriação dos terrenos é feita por meio da materialização dos saberes nas manifestações culturais e simbólicas. Em Bento Rodrigues, Paracatu, Pedras e Campinas os moradores tentam, nesse sentido, manter as suas tradições. Em outubro de 2017 tive a oportunidade de participar da Festa do Menino Jesus em Paracatu de Baixo, cujos registros imprimo aqui:

Passados um ano e dez meses do rompimento da barragem de Fundão, foi celebrada, no último fim de semana, a primeira missa na Igreja de Santo Antônio – como parte da Festa do Menino Jesus, em Paracatu de Baixo. Bandeirolas coloridas decoravam a praça entre a quadra e a igreja. Fazendo contraste com o céu azul, as marcas da lama que quase alcançam as torres da igreja.

Cheguei quando as famílias iniciavam a procissão no domingo, carregando a imagem do Menino Jesus. Estavam ali cerca de 200 pessoas, entre idosos, adultos e crianças que, com o coral “Canta Comigo”, coordenado pela professora Angélica Peixoto, entoavam canções religiosas pelas vias de passagem que restaram em Paracatu.

Retornei à igreja junto com os moradores e, de imediato, fui tomada por sentimentos em que angústia e emoção se misturavam. Assim como do lado de fora, todo o interior da igreja está forrado pela marca marrom, que quase alcança o teto. A igreja cheia, as vozes doces do coral e as batidas firmes dos instrumentos trazidos com a Folia de Reis contrastavam com aquela marca. Conversei com a Luzia, da comissão de moradores atingidos de Paracatu, que me disse que ela [a mancha] deve permanecer ali para lembrar o desastre. Talvez vire uma marca-cicatriz, dessas que se fazem presentes para não esquecermos aquilo que fomos ou o que vivemos.

A celebração desse dia, não fosse por pressão das famílias de Paracatu, não teria ocorrido dentro da igreja. Contra o poderio da Samarco/ Fundação Renova, a Igreja de Santo Antônio foi reaberta para receber a sua primeira celebração em quase dois anos. Em peregrinação, os moradores voltaram aos lugares onde constituíram suas histórias, reencontrando antigos vizinhos que, pela força da fé, tecem resistências e voltam a povoar, com cantos e outras cores, suas terras (CARVALHO, 2017).

A ocupação dos terrenos enuncia, além da retomada dos espaços, mesmo que sob a forma de peregrinação, as disputas que, travadas em reuniões e audiências, expressam-se no lugar. Em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, são várias as placas que tornam o espaço hostil, aludindo a perigos e proibições. No caso de Bento Rodrigues, o lago produzido pelo dique S4, citado no início do trabalho, somado às plantas que crescem entre as casas tingidas de marrom, tentam tornar essa cor opaca. Contudo, ao visitar os terrenos e as casas que seguem chamando de suas, os moradores reúnem forças para que sigam lutando por um futuro no qual o passado também seja cuidado.











Pág. 182:

Mariana | Bento Rodrigues | 05.11.16

Mariana | Bento Rodrigues | 05.11.16

Pág. 183:

Mariana | Bento Rodrigues | 01.05.17

Mariana | Bento Rodrigues | 01.05.17

Pág. 184:

Mariana | Bento Rodrigues | 01.05.17

Mariana | Bento Rodrigues | 01.05.17

Pág. 185:

Mariana | Bento Rodrigues | 01.05.17

Mariana | Bento Rodrigues | 01.05.17

Pág. 186:

Mariana | Bento Rodrigues | 01.05.17

Mariana | Bento Rodrigues | 01.05.17

Conclusão

As vozes que deram forma a esse trabalho retomaram as trajetórias nos distritos marianenses profundamente transformados e agredidos em função do rompimento da barragem de Fundão. A enunciação das suas pertenças ocorre na medida em que, trazidos da memória, as moradoras e moradores permitiram-nos conhecer os espaços de suas casas, de suas comunidades e os movimentos que ali teceram. Entre cultivar a terra, construir a casa e participar das ações em comunidade, como os festejos em datas comemorativas e as celebrações religiosas, terminaram por consolidar os modos de vida nos quais os laços entre espaço e subjetividade ou ainda entre materialidade e memória são indissociáveis. Com o desastre, ficou evidente o descompasso entre esses modos de vida e os projetos de infraestrutura de grande escala (RIBEIRO, 2008), cuja lógica desenvolvimentista imbuída segue atuando nos desdobramentos do caso.

As rotinas nas zonas rurais envolvem uma série de dificuldades, em função dos cuidados necessários com a terra e da insuficiência de serviços e equipamentos públicos, cujo acesso é facilitado nas zonas urbanas. Contudo, as atividades ali desempenhadas terminaram por erigir a dignidade dos seus habitantes, a consciência do lugar e de si enquanto mulheres e homens do campo. Os laços de tradição, de comunidade e de pertencimento ao lugar encontraram, em uma espécie de síntese, formas próprias de racionalidade, que em muito diferem-se daqueles que enfrentam desde que seus caminhos cruzaram-se às atividades mineradoras. Se durante décadas sentiram os efeitos e impactos da mineração, por meio do despejo de produtos nos leitos d'água, das trincas nas casas e da passagem de tubulação em terrenos, com o rompimento da barragem de Fundão viram-se deslocados das suas rotinas e daquilo que lhes constituíram enquanto sujeitos e comunidades. Desde cinco de novembro de 2015, homens e mulheres do campo são forçados a reconstituírem-se enquanto atingidas e atingidos pelo desastre no vale do rio Doce.

O processo de aprender a ser atingido tem sido marcado por uma série de sofrimentos, incertezas e resistências. A saída forçada de casa, a espera, em locais provisórios, pelo reassentamento, a convivência com hostilizações cotidianas, a distância dos vizinhos e de uma comunidade que possam cunhar como suas instauram os moradores em uma zona de incertezas, mas nesse caso há a especificidade daquilo que estava materializado em casas, ruas, plantações, retratos de família, brinquedos de

infância, perdidos sem que houvesse o tempo da elaboração das mudanças. Alcançados mais de dois anos do desastre, habitar essa zona de incerteza produz desordem, sofrimento e desamparo. Casos de depressão e de outras doenças que afligem o corpo não são incomuns entre os atingidos. Para aqueles que seguem habitando os distritos, a dúvida manifesta-se quanto às consequências de conviver com um rio tingido de vermelho e de colher aquilo que cresce sobre a lama. Enquanto proliferam incertezas, a violência lenta (NIXON, 2011), que tende a percorrer o tempo, mostra seus indícios. Ao longo dos anos, que efeitos trarão o consumo das águas dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce? De que formas os adoecimentos futuros estarão coligados à contaminação dos seus leitões? Até quando as negociações para o reassentamento e a indenização ocorrerão?

Reuniões e audiências prolongam-se entre Estado, empresa e moradores, ocorrem entre avanços e retrocessos, sem acalantar as dúvidas. Se, com o passar dos dias, os atingidos se afirmam mais nesses espaços e contam inclusive com o apoio técnico de uma assessoria, por outro lado, como pano de fundo de tais processos impera a dualidade de matrizes de racionalidade distintas. Aqueles que moravam nos distritos, antes de enumerar as perdas, contam as suas histórias. Ao lembrarem, por exemplo, a própria casa, a composição de suas medidas expande-se quando resgatam as plantações dos quintais que serviam à mesa e cujos excedentes vendiam ou trocavam com o morador da casa ao lado. Os atingidos não somente relatam suas perdas em termos objetivos e objetivistas, mas narram um modo de vida em desmantelo. A interdependência entre os espaços era o que permitia a sua manutenção e o que concedia às comunidades seu caráter de unidade. Sem que se aprenda a linguagem daquilo que constituiu suas pertencas, o processo de reparação das perdas fragiliza-se.

Entre as casas com quintais e a sala de audiências, uma série de ausências são produzidas. De maneira distinta aos moradores, cujos vínculos entre espaço, tempo e subjetividade são estreitos, a participação das empresas responsáveis pelo desastre nas negociações em curso, seja através do estabelecimento de acordos com o governo federal, seja por meio da participação contínua em reuniões em Mariana, tem endereçado para o caso interpretações e tratativas que, imbuídas na lógica desenvolvimentista, reproduzem a racionalidade da empresa. A indolência da razão (SANTOS, 2002) que toma outros conhecimentos como inexistentes e outras lógicas como atrasadas, repercute no caso na medida em que, ao invés de as exigências e

direitos dos atingidos serem ouvidos e respeitados, estes precisam se enquadrar nos termos dos acordos e, de maneira exaustiva, exigir o seu reconhecimento e a realização da justiça.

Para construir resistências, moradores e moradores aportam aos conhecimentos herdados e aos conhecimentos adquiridos desde que passaram a compor novos cotidianos. As faixas colocadas em frente ao Fórum de Mariana antes do início das audiências, são exemplos disso, bem como as vozes erguidas durante as reuniões. Além disso, a partilha de experiências entre atingidos de diferentes distritos e a inserção em uma rede de apoio e mobilização política, composta pela comissão de moradores, A Sirene, Fórum Acolher, MAB e grupos da universidade, constituem-se em esferas de mútuo amparo e aprendizado político. Quanto a esse aspecto, interessa notar a crescente participação das mulheres na enunciação de suas perdas e na exigência de justiça. Um exemplo disso foi a coletiva de imprensa realizada em Mariana quando completados os dois anos do desastre, composta exclusivamente por mulheres.

Outra forma de resistir e restituir as forças para que sigam nas novas rotinas têm sido os constantes retornos aos distritos. Nas visitas dos finais de semana, nos atos políticos e nas celebrações religiosas o sentido de comunidade é reafirmado. Ao colocarem o corpo nos lugares agora repletos de placas que poderiam inibir visitantes, os moradores devolvem ao terreno sua hospitalidade e os retomam, mesmo que simbolicamente, como seus.

Para caminhar no sentido da construção de resistências, ainda é preciso que as lutas travadas em Mariana ecoem produzindo diálogos com aquelas em constituição ao longo da bacia do rio Doce. No caminho de uma ecologia de saberes, é necessário o estabelecimento de trocas entre comunidades com distintas histórias, dentre as quais indígenas, quilombolas e pescadoras. Tais encontros carregarão a possibilidade de que, com o tempo, as vozes a contar o desastre sejam aquelas por ele frontalmente atingidas. Atualmente as narrativas seguem em disputa, mas ao longo dos anos certamente algumas delas serão legitimadas a contar o desastre. Para aqueles que aprendem a ser atingidos, desenha-se a tarefa de fazer ecoar suas memórias em outros tempos e espaços.



Pág. 180:

Mariana | Paracatu de Baixo | 03.02.16

Mariana | Paracatu de Baixo | 03.02.16

Referências bibliográficas

- ALVES, Brunela. 19 áreas no Estado entraram na lista dos atingidos pela Samarco. **Gazeta Online**. Espírito Santo, 31 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/03/19-areas-no-estado-entraram-na-lista-dos-atingidos-pela-samarco-1014040153.html>>. Acesso em: 22/10/17.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **Vozes de Tchernóbil**: A história oral do desastre nuclear. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. 12. ed.
- _____. **Poesia errante**: derrames líricos (e outros nem tanto, ou nada). Rio de Janeiro: Record, 2002. 8 ed. 158 p.
- AUGUSTO, Elmano. Estudo alerta para novos riscos da lama da Samarco. **Instituto Chico Mendes**. Brasília, 21 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8985-estudos-alertam-para-novos-riscos-da-lama-da-samarco>>. Acesso em: 13 out. 2017.
- BACELAR, Rafael Prosdocimi. **Nem só de mineração vive o Mato Dentro**: A experiência de jovens em território de conflito socioambiental. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- BACELAR, Rafael Prosdocimi; CASTRO, Lucia Rabello de. Modos de subjetivação de jovens em um território de conflito socioambiental. **Psicologia & Sociedade**, n. 28, p. 463-472, 2016.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253p.
- BOCK, Ana Mercês Maria. A perspectiva história da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. **Psicol. Am. Lat.**, n.1, fev. 2004.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação** [online]. N. 19, p. 20-28, jan./ ab. 2002.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. 402p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e cultura**. Goiânia, v.10, n. 1, p. 11-27, jan./ jun. 2007.
- CÁRITAS, Equipe da. Como está funcionando a Assessoria Técnica? **Jornal A Sirene** – Para não esquecer, Mariana (MG), p. 09, 2016.

CARVALHO, Ananda Martins. Atos de fé e resistência: A luta contínua em Paracatu de Baixo. **Jornal A Sirene**: Para não esquecer. Disponível em: <<https://jornalasurene.wordpress.com/2017/09/19/atos-de-fe-e-resistencia-a-luta-continua-em-paracatu-de-baixo/>> Acesso em: 16/02/18.

CASTRO, Juliana. Região das barragens em MG registrou quatro tremores. **O Globo**, 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/regiao-das-barragens-em-mg-registrou-quatro-tremores-17981373>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Apresentação: Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa, **O tempo vivo da memória**: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219 p.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

CONVIVER, Equipe. Rede colaborativa de apoio aos atingidos: Conviver. **Jornal A Sirene** – Para não esquecer, Mariana (MG), ed. 13, p. 07, 2017.

FRANCO, Renato Ferreira; STRALEN, Cornelis. O espaço da habitação e sua importância para a produção de subjetividade. **Psicol. Rev.** Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 402-419, 2012.

COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 263 p.

_____. **Terra Sonâmbula**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015. Companhia das Letras, 2015. 199 p.

DAS, Veena. Sufferings, Theodicies, disciplinary practices, appropriations. In. **International Social Science Journal**, vol. 49, n. 154, 1997, pp. 563-572.

D'ÂNGELO, Marino; PARANHOS, Carlos et al. Ser atingido. **Jornal A Sirene** – Para não esquecer. Mariana (MG), ed. 20, 2017, p. 15-18.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo** – Construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas, Venezuela. Fundación editorial el perro y la rana, 2007.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento** – Guia para o conhecimento como poder, Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FABIAN, Johannes. Entrevista. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. **Mana** [online]. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, out. 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 275 p.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: **Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016. 437 p.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 382 p.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Simone. Cachoeira Escura: O direito à água. **Brasil de Fato**. Belo Horizonte, novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/marcas-da-lama/cachoeira-escura/>>. Acesso em: 10/01/18.

GAULEJAC, Vincent de. **Les Sources de la Honte**. Paris, Desclée de Brouwee, 1997. Tradução provisória de Vanessa A. de Barros. GEERTZ, Clifford. Estar lá – A antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GESTA. Rede colaborativa de apoio aos atingidos: GESTA. **Jornal A Sirene – Para não esquecer**, Mariana (MG), ed. 12, p. 04, março 2017.

GREENPEACE. **The Bhopal Legacy**. 1999. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/Global/international/planet-2/report/1999/10/the-bhopal-legacy-toxic-cont.pdf>>. Acesso em: 25/07/16.

GUDYNAS, Eduardo. Extrativismos em América del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. 382 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HISSA, Cássio E. Viana. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

JANELA da alma. Direção: João Jardim e Walter Carvalho. Produção: João Jardim, Flávio Ramos Tambellini. Documentário, 72 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_I9I7upG0DI>. Acesso em: 31/12/17.

JUSTIÇA GLOBAL. **Relatório Vale de Lama**. 2015. Disponível em: <<http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi-a-Global.pdf>>. Acesso em: 18/06/16.

KAWAGUTI, Luis. Um tremor de terra pode ter destruído as barragens em Mariana? **BBC Brasil**. São Paulo, 06 nov. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151105_tremor_barragem_1k>.

Acesso em: 02 jul. 2017.

LaCAPRA, Dominique. Historia y memoria a la sombra del holocausto. In: LaCAPRA, Dominique. **Historia y memoria después de Aushwitz**. Buenos Aires: Prometero Libros, 2009.

LOPES, Raphaela de Araujo Lima. Caso do desastre socioambiental da Samarco: os desafios para a responsabilização de empresas por violações de direitos humanos. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. In: **Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016. 437 p.

MAGALHÃES, Bruno; NOLASCO, Gustavo; DRUMOND, Leo. Editorial. **Jornal A Sirene**

– Para não esquecer, Mariana (MG), p. 02, fev. 2016.

MANSUR, Maíra et al. Antes fosse mais leve a carga: Introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton**. Marabá, PA: Editorial Iguana. 1 ed. 2016, 230 p.

MARQUES, José; CAVALCANTI, Alex; LIMA, Daniela. 7 dias após tragédia de Mariana, Dilma sobrevoa áreas afetadas; Aécio critica. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12 nov. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1705351-sete-dias-apos- tragedia-de-mariana-dilma-sobrevoa-regioes-afetadas.shtml>>. Acesso em: 22/01/18.

MARTINS, Bruno Sena. Revisitando o desastre de Bhopal: os tempos da violência e as latitudes da memória. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 18, n. 43, set. 2016, p. 116-148.

MASSEY, Dorren. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MENDES, José Manuel; ARAÚJO, Pedro. Risco, catástrofe e a questão das vítimas. **E-cadernos CES**. Coimbra, Portugal, 25, p. 10-27, 2016.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles; MANSUR, Maíra Sertã. A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom de commodities. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton**. Marabá, PA: Editorial Iguana. 1 ed. 2016, 230 p.

MPMG. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Atingidos** – Um olhar sobre a atuação das comunidades, das organizações populares e do Ministério Público de Minas Gerais após o desastre de Mariana. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2016 (2016a).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/MG. **Relatório Institucional: O Ministério Público de Minas Gerais na Defesa na defesa dos Direitos Humanos face ao maior desastre socioambiental do Brasil.** Mariana/ MG, 2016 (2016b).

MPF. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo – Força Tarefa Rio Doce. **Denúncia compilada final contra Samarco Mineração S.A., Vale S.A., BHP Billiton Brasil Ltda.** 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>>. Acesso em: <29/12/17>.

MUNIZ, Lucimar. Terras alagadas, direitos violados. **Jornal A Sirene** – Para não esquecer, Mariana (MG), p. 09, abr. 2017.

MUNIZ, Marcos; QUINTÃO, Maria; BENTO, Maria et al. Minha vida lá. **Jornal A Sirene** – Para não esquecer, Mariana (MG), p. 04, nov. 2017.

NIXON, Rob. **Slow violence and the environmentalism of the poor.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011.

NOLASCO, Gustavo; SENA, Milton. Editorial. **Jornal A Sirene** – Para não esquecer, Mariana (MG), p. 02, junho 2016.

OLIVEIRA, Raquel. A crise como contexto no Médio Jequitinhonha: Sobre perícia e política. In: ALMEIDA, J.; GERHARDT, C.; MAGALHÃES, S. (org). **Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos, interpretações** – Dossiê 3, Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012.

OLIVEIRA, Raquel; SANTOS, Antonio; PASCOAL, Genival et al. Atingido – Um conceito em disputa. **Jornal A Sirene** – Para não esquecer, Mariana (MG), ed. 5, p. 08-09, agosto. 2016.

PAMUK, Orhan. Incêndios e ruínas. In: PAMUK, Orhan. **Outras cores: Ensaio e um conto.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 6, v. 16, p. 43-50, 1991.

_____. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe** [online], n. 2, 2008.

_____. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos.** Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./ dez. 2014.

PoEMAS. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/ Vale/ BHP em Mariana (MG).** Mimeo. 2015.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, 3(2), p. 03-15, 1989.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, 10(5), p. 01.15, 1992.

PORTO, Marcelo Firpo. A tragédia da mineração e do desenvolvimento no Brasil: desafios para a saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, 32(2), p. 01-03, 2016.

QUEIROZ, Luzia; FELIX, Daniela; MUNIZ, Lucimar; CAMPOS, Wandeir. Memórias de Paracatu. **Jornal A Sirene – Para não esquecer**. Mariana (MG), ed. 14, p. 03, maio 2017.

RIBEIRO, António Sousa. Memória, identidade e representação: Os limites da teoria e a construção do testemunho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 88, p. 09-21, 2010.

RIBEIRO, António Sousa. Traduzir e ser traduzido: Notas sobre discurso e migrações. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, número especial, p. 55-70, 2018.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos**, São Paulo, 80 ed., vol. 27, n. 1, p. 109-125, mar. 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp.

RODRIGUES, Léo. Construção de dique pela Samarco em área tombada causa polêmica com moradores. **Agência Brasil**. Brasília, 04 nov. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/construcao-de-dique-pela-samarco-em-area-tombada-causa-polemica-com-moradores>>. Acesso em: 09 out. 17.

ROY, Arundhati. **O Deus das Pequenas Coisas**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 342 p.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento** – Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, 399p.

SANTOS, Antonio Geraldo; BONIFÁCIO, Miriã. A última noite. **Jornal A Sirene – Para não esquecer**. Mariana (MG), ed. 08, p. 14, nov. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2002, 63, p. 237-280.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas abissais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. – CEBRAP**, n. 79, São Paulo, nov. 2007.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; WANDERLEY, Luiz Jardim. Dependência de

barragem, alternativas tecnológicas e a inação do Estado: Repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton**. Marabá, PA: Editorial Iguana. 1 ed. 2016, 230 p.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SAWAIA, Bader (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise de dialética exclusão/ inclusão. In SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes.

SEDRU. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POLÍTICA URBNA E GESTÃO METROPOLITANA DE MINAS GERAIS. **Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana – MG**. Força- tarefa. Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, 20(1), 65-82.

SINHA, Indra. **A História de Animal**. Tradução de C. Portocarrero. Rio de Janeiro: Agir, 2009. 423 p.

SOUZA, Elias; SILVA, Filomeno da; PESSOA, Cláudia; MESQUITA, Marília. Seu Filomeno me contou. **Jornal A Sirene – Para não esquecer**. Mariana (MG), ed. 0, p. 07, 2016.

STERZI, Eduardo; VEIGA, Bruno. Fotografia e catástrofe: Mariana (MG). **Revista ZUM**, 03/ 06/16. Disponível em: <<http://revistazum.com.br/galeria/mariana-mg-bruno-veiga/>>. Acesso em: 01/09/16.

TAVARES, Gonçalo M. **Breves notas sobre ciência**. Lisboa: Relógio D'água, 2006.

URIARTE, Urp. Podemos todos ser etnógrafos? – Etnografia e narrativas etnográficas urbanas. **Redobra** [online], p. 171-189, 2012.

VALENCIO, Norma. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 19(9), p. 3631-3634, 2014.

VALENCIO, Norma. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. **Ciência e cultura**, v. 68, p. 36-40, 2016.

VAINER, Carlos. Conceito de “atingido”: uma revisão em debate. In: FRANKLIN, Daniel Rothman. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa/ MG: Editora UFV, 2008, 344 p.

XAVIER, Juliana; VIEIRA, Larissa. O trabalho e seus sentidos: A destruição da força

humana que trabalha. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016. 437 p.

ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. Introdução. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora. 1 ed. 2016, 382 p.

ZHOURI, Andréa; VALÊNCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel et al. O desastre de Mariana: Colonialidade e sofrimento social. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (orgs.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora. 1 ed. 2016, 382 p.

ZHOURI, Andréa. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e cultura**, v. 68, p. 36-40, 2016.

ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles. Apresentação. In: ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton**. Marabá, PA: Editorial Iguana. 1 ed. 2016, 230 p.

ZUCARELLI, Marcos C. Efeitos institucionais e políticos dos processos de mediação de conflitos. In: Bruno Milanez; Cristiana Losekann. (Org.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016, v. 1, p. 311-335.

ANEXOS

ANEXO I: Roteiro para entrevistas semi-estruturadas

Parte I:

Como era Bento Rodrigues/ Paracatu de Baixo/ Pedras/ Campinas? Nasceu lá?

Morava com mais pessoas?

Como era a sua casa (localização, cômodos, objetos, plantação, criação de animais)? E a vizinhança (casas próximas, locais de encontro)?

O que gostava no lugar? Do que mais sente falta?

Parte II:

Onde estava quando ocorreu o rompimento da barragem? Como recebeu a notícia? O que viu?

Como foi a noite de 5 de novembro de 2015?

O que vem acontecendo desde então (mudança de casa, nova vizinhança, processos de negociação)?

Como tem sido morar em Mariana?

Tem participado das reuniões e das mobilizações? De que forma?

Parte III:

Quer que seja construído o novo Bento Rodrigues/ Paracatu de Baixo? Como imagina o novo lugar?

O que espera do futuro?

O que espera enquanto justiça?

ANEXO II: Participação em eventos e atividades

	Data	Atividade	Descrição	Local
1	06 e 07/05/15	Primeira visita à Mariana	Tentativa de aproximação dos lugares atingidos.	Centro de Convenções, região central da cidade, proximidades de Bento Rodrigues
2	12/12/15	Reunião com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), representantes dos atingidos de Mariana e Barra Longa, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e Ministério Público Federal (MPF).	Ouvir moradores com o intuito de aferir se os direitos humanos estão sendo garantidos pelas empresas e pelo governo.	Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP
3	20/01/16	Audiência entre MPMG, Samarco, Vale, BHP Billiton e representantes dos atingidos em Mariana	Definição de parâmetros para a antecipação de indenizações e discussão de alguns casos individuais.	Fórum dr. Armando Pinto Monteiro, Mariana
4	26/01/16	Reunião entre MPMG, Arquitetas Sem Fronteiras (ASF), Coletivo Margarida Alves de Advocacia Popular e moradores	Apresentação das organizações aos moradores e definição de pontos para as próximas reuniões.	Fórum dr. Armando Pinto Monteiro, Mariana
5	30/01/16	Grupo de Trabalho Danos Materiais e Humanos. Força Tarefa Barragem de Fundão – Mariana/ MG	Relatos de representantes de diversas instituições e concepções de formas de atuação para a reparação dos danos.	Cidade Administrativa de Minas Gerais
6	02/02/16	Reunião entre MPMG, Samarco e moradores de Mariana	Esclarecimentos do promotor de Mariana sobre a paralisação dos processos devido à transferência para a Justiça Federal; discussões sobre a participação dos moradores; pedidos de esclarecimento à Samarco.	Centro de Convenções de Mariana
7	03/02/16	Visita a Paracatu de Baixo, Pedras, Campinas e Gesteira	Passagem pelos lugares atingidos em acompanhamento à visita do MPMG.	Paracatu de Baixo, Pedras, Campinas e Gesteira

8	03/02/16	Reunião em Gesteira com os moradores, MPMG, Defensoria Pública Estadual e Samarco	Esclarecimentos da Samarco sobre a toxicidade do rejeito e os processos de reparação.	Quadra esportiva em Gesteira
9	23/02/16	Entrevista com Luiz Tarcísio (técnico, MPMG) e Guilherme de Sá Meneghim (promotor de justiça da comarca de Mariana)	Perceber as atuações e compreensões dos profissionais sobre os processos de negociação inaugurados após o rompimento da barragem.	Fórum dr. Armando Pinto Monteiro, Mariana
10	23/02/16	Reunião da comissão de moradores de Paracatu de Baixo	Reforço sobre a necessidade de união e mobilização dos moradores, discussões sobre o jornal "A Sirene".	Escritório dos atingidos, Mariana
11	01/03/16	Reunião das comissões de atingidos em Mariana	Esclarecimentos, pelo promotor de Mariana, sobre a proposta da criação da Fundação gerida pelo Samarco para tratar das reparações ao desastre, estabelecimento de um calendário de reuniões, discussão sobre destinação do dinheiro recebido em doações.	Escritório dos atingidos, Mariana
12	07/03/16	Reunião das comissões de atingidos em Mariana	Discussões sobre o acordo e esclarecimentos sobre as indenizações.	Escritório dos atingidos, Mariana
13	08/03/16	Visita a Bento Rodrigues	Conhecimento do local junto a dois moradores e registro fotográfico.	Bento Rodrigues
14	12/04/16	Reunião entre MPMG, psicólogas e assistentes sociais contratadas pela Samarco	Recolhimento de informações sobre a dinâmica dos atendimentos aos atingidos e ênfase na necessidade de uma atuação que acolha as demandas em sua complexidade.	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Colina, Mariana
15	19/04/16	Acompanhamento de atendimentos aos atingidos	Recolhimento e encaminhamento de demandas dos moradores em relação à Samarco.	MPMG, Fórum de Mariana
16	26/04/16	Acompanhamento de atendimentos aos atingidos	Recolhimento e encaminhamento de demandas dos moradores em relação à Samarco.	MPMG, Fórum de Mariana

17	03/05/16	Reunião com o CAODH/MPMG e Fundação Ford	Apresentação e início da construção de uma proposta de atuação conjunta de diversas instituições para assessoria técnica em Mariana.	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte
18	05/05/16	Ato Um Minuto de Sirene	Lembrança dos primeiros seis meses do desastre.	Praça da Sé, Mariana
22	17/05/16	Acompanhamento de atendimentos aos atingidos	Recolhimento e encaminhamento de demandas dos moradores em relação à Samarco.	MPMG, Fórum de Mariana
23	24/05/16	Acompanhamento de atendimentos aos atingidos.	Recolhimento e encaminhamento de demandas dos moradores em relação à Samarco.	MPMG, Fórum de Mariana
24	31/05/16	Acompanhamento de atendimentos aos atingidos.	Recolhimento e encaminhamento de demandas dos moradores em relação à Samarco.	MPMG, Fórum de Mariana

25	07/07/16	Visita a Paracatu de Baixo	Realização de registro fotográfico.	Paracatu de Baixo
26	07/07/16	Reunião entre moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Samarco	Realização de novo cadastro dos moradores, esclarecimentos sobre a Fundação e reivindicações dos moradores contra a construção do dique S4 em Bento Rodrigues.	Centro de Convenções de Mariana
27	15/07/16	Assembleia com moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo	Informes aos moradores, por meio de membros da comissão e do promotor Guilherme, sobre as atividades em andamento.	Centro de Convenções de Mariana
28	24/08/16	Visita a Paracatu de Baixo	Visita realizada junto aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, como parte do programa da disciplina "Metodologias Colaborativas: O caso de Mariana".	Paracatu de Baixo
29	03/09/16	Eleição do terreno para reconstrução de Paracatu de Baixo	Acompanhamento da votação.	Centro de Convenções de Mariana

30	07/09/16	Aplicação de mapas colaborativos com moradores de Paracatu de Baixo	Aplicação dos mapas junto a estudantes de Arquitetura da PUC.	Casa de moradores de Paracatu de Baixo
31	08/09/16	Reunião de pauta do jornal A Sirene	Definição da pauta para a próxima edição do jornal.	Escritório dos Atingidos
32	14/09/16	Audiência de conciliação em Mariana	Discutir casos de atingidos que não receberam cartão, aluguel ou antecipação de indenização. Presentes: Atingidos, representantes do MP, juíza, advogados da Samarco.	Fórum de Mariana
33	20/09/16	Acompanhamento de atendimentos aos atingidos	Recolhimento e encaminhamento de demandas dos moradores em relação à Samarco.	Juizado Especial Cível e Criminal de Mariana – JESP- Mariana
34	10/10/16	Audiência de conciliação	Continuação da audiência realizada no dia 14/09.	Fórum de Mariana
35	18/10/16	Visita a Paracatu de Baixo, Pedras e Campinas	Realização de registro fotográfico e conversas com moradores.	Paracatu de Baixo, Pedras e Campinas
36	19/10/16	Audiência de conciliação	Continuação das audiências realizadas em 14/09 e 10/10.	Fórum de Mariana
37	31/10 a 05/11/16	Participação na marcha de Regência a Mariana	Marcha organizada pelo MAB para lembrar um ano do desastre.	Regência/ ES a Mariana/ MG
38	28/11/16	Audiência MP, Samarco, moradores	Questões da ACP, renovação dos cartões, cadastro dos moradores, reassentamento.	Fórum de Mariana
39	29/11/16	Reunião da Fundação Renova, Synergia, Cáritas, MP e comissões de moradores.	Discussão de questões internas para estabelecimento da comunicação entre empresas e atingidos.	Centro de Convenções de Mariana
40	30/11/16	Discussão sobre cadastro dos moradores entre pesquisadores e atingidos.	Discussões sigilosas.	Centro Pastoral de Mariana
41	07/12/16	Grupo de trabalho de Paracatu de Baixo	Apresentação de um mapa pela Samarco com a proposta de reassentamento.	Escritório dos atingidos
42	09/12/16	Reunião entre Samarco e moradores	Apresentação sobre o projeto da Cava Alegria Sul pela Samarco.	Casa de Cultura, Mariana

43	10/12/16	Levantamento de Expectativas com moradores de Paracatu de Baixo	Dinâmica proposta pela empresa para levantar expectativas dos moradores com relação ao reassentamento.	Centro de Convenções de Mariana
44	13/12/16	Grupo de trabalho de Bento Rodrigues	Discussão de assuntos internos.	Escritório dos atingidos
45	14/12/16	Audiência pública entre Samarco, representantes do Estado e da sociedade civil e atingidos	Discussão sobre o licenciamento do Sistema de Disposição de Rejeito da Cava de Alegria Sul	Centro de Artes e Convenções de Ouro Preto
46	15/12/16	Audiência pública entre Samarco, representantes do Estado e da sociedade civil e atingidos	Discussão sobre o licenciamento do Sistema de Disposição de Rejeito da Cava de Alegria Sul	Arena Mariana
47	23/12/16	Visita a Paracatu de Baixo, Pedras e Campinas	Realização de registro fotográfico e entrevistas com moradores.	Paracatu de Baixo, Pedras e Campinas
48	28/01/17	Votação do projeto urbanístico de Bento Rodrigues	Votação do projeto elaborado pela Fundação Renova em discussão com a comissão de moradores e a assessoria técnica.	Centro de Convenções de Mariana
49	05/02/17	Ato Um minuto de Sirene em Mariana	Ato para lembrar o desastre.	Praça Gomes Freire, Mariana
50	13/02/17	Reunião sobre o cadastro dos moradores	Discussão entre Fundação, atingidos, assessoria técnica e MP.	Centro de Convenções de Mariana
51	14/02/17	Assembleia com moradores de Paracatu de Baixo para discutir o terreno do reassentamento.	Esclarecimentos da Fundação Renova a questionamentos dos moradores.	Centro de Convenções de Mariana
52	10/03/17	Encontro MPF	Encontro organizado pelo MPF e MPMG para discussão de proposta para elaboração conjunta de diagnóstico socioeconômico dos atingidos ao longo do rio doce.	MPF/ BH
53	17/03/17	Reunião do Fórum Acolher	Primeira reunião do ano, para discussão de novas ações que combatam o	Centro de Pastoral, Mariana
			preconceito vivido pelos atingidos em Mariana.	

54	01/05/17	Primeira celebração no terreno da Lavoura	Realização, no Dia do Trabalhador, de uma missa no terreno eleito para abrigar a comunidade de Bento Rodrigues.	Mariana
55	01/05/17	Visita a Bento Rodrigues	Participação de uma confraternização com moradores e realização de registro fotográfico.	Bento Rodrigues
56	08/06/17	Visita a Paracatu de Baixo	Realização de registro fotográfico.	Paracatu de Baixo
57	27/06/17	Roda de conversa entre mulheres atingidas e a professora Norma Valêncio	Diálogos sobre as afetações produzidas nas vidas das mulheres com o desastre.	Escritório dos atingidos
61	18/09/17	Visita a Paracatu de Baixo	Celebração da festa do Menino Jesus	Paracatu de Baixo
62	24/09/17	Visita a Bento Rodrigues	Celebração da festa de Nossa Senhora das Mercês	Bento Rodrigues
63	05/11/17	Ato em Bento Rodrigues	Cerimônia religiosa para lembrar os dois anos do desastre	Bento Rodrigues
64	06 e 07/11/17	I Seminário Emergências e Desastres: Construindo o cuidado na saúde	Discussão dos desdobramentos do desastre para os atingidos e os serviços de saúde em Mariana	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFOP, Mariana
65	05 a 11/12/17	Exposição "O desastre- crime na bacia do Rio Doce: Dois anos de violações, incertezas e resistências"	Exposição fotográfica realizada coletivamente pelo grupo Mobiliza Rio Doce/ Participa UFMG	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFOP, Mariana